

ПОТЭМКИН



**Governo
Bolsonaro
e os Ataques
à Educação**

ПОТЭМКИН

v.1, n.3, 2020.



SINASEFE LITORAL

SINASEFE LITORAL | BIÊNIO 2020-21 - GESTÃO “VOZ ATIVA”

Coordenação Geral

Fernando José Braz e Suelen Cristine Fruneaux

Secretária Geral Mariane Rodrigues de Souza

Suplente Elaine Caroline dos Santos

Tesoureira Geral Leandro Regis

Suplente Samara dos Santos

Secretário de Comunicação e Formação

Política e Sindical Fernando de Britto Falci

Suplente Cloves Alexandre de Castro

Secretário de Assuntos Legislativos

e Jurídicos Ivan Furmann

Suplente Luci Schmoeller

Secretário de Pessoal Juliano Santos Gueretz

Suplente Guilherme Migliorini

Secretária de Representação Araquari/

São Francisco do Sul/São Bento do Sul

Andressa Torinelli

Suplente Luiz Antônio da Rocha Andrade

Secretária de Representação Camboriú/Brusque

Vânia Leonardelli Pereira

Suplente Leisi Fernanda Moya

Secretário de Representação Reitoria/Blumenau

Keli Castro Carneiro

Suplente Deivis Elton Fraines

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

P861 Potemkin, n. 3 (nov. 2020) / Sinasefe Litoral. - Camboriú, SC:
Sinasefe Litoral, 2020.
84 p. : 23 cm

Annual
vol. 1, n. 1 (ago. 2019)-
ISSN 2674-8762
Disponível em: <https://www.potemkin.sinasefe-ifc.org>

1. Ensino profissional. 2. Formação profissional. 3. Institutos
Federais. 4. Sindicatos - Periódicos.

CDD 371.425

Elaborado por Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422

SUMÁRIO

06

APRESENTAÇÃO

Governo Bolsonaro, pandemia e educação

POR MICHEL GOULART DA SILVA

08

O capital e o uso oportunista do genocídio como acelerador da reversão civilizacional: notas sobre a luta de classes no Brasil de Bolsonaro

POR GABRIEL MAGALHÃES

20

Da Utopia 4.0 ao Caos da mão invisível: a pandemia tecnológica

POR PAULA ANDREA GRAWIESKI CIVIERO E RICARDO SCOPEL VELHO

30

A centralidade da cultura: o fenômeno ‘mito’ Bolsonaro

POR LUÍS CARLOS BORGES DOS SANTOS

40

Trabalho remoto: um olhar dos servidores e servidoras do Instituto Federal Catarinense

POR DEIVIS ELTON S. FRAINER, FERNANDO JOSÉ BRAZ, GUILHERME MIGLIORINI, HERLON IRAN ROSA, JOÃO VICTOR B. M. E SILVA, MARINA LEAL, ROBERTA RAQUEL E SUELEN CRISTINE FRUNEAUX

52

Movimentos sociais da atualidade, Capital, Escolarização do Negro e participação no Mercado de Trabalho

POR JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA RIBEIRO E ARLETE RAMOS DOS SANTOS

65

Cotas na educação: perspectivas de cidadania e interculturalidade

POR RENAN EDUARDO SILVA E MARLENE TIRLEI KOLDEHOFF LAUERMANN

73

RESENHA

Helena x Helena: a luta das contrárias que move o mundo

POR DALTON L. DE M. REIS

80

RESENHA

Revisitando as jornadas de junho de 2013 com os olhos de 2020

POR RAÍSSA TAVARES CORTEZ

APRESENTAÇÃO

Governo Bolsonaro, pandemia e educação

POR MICHEL GOULART DA SILVA

Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal Catarinense.

Edição

Michel Goulart da Silva

Revisão

João Moura

Projeto Gráfico

André Altman

Capa

André Altman

Diagramação

João Moura

Conselho Editorial

Cloves Alexandre de Castro
– IFC

Gabriel Magalhães Beltrão –
IFAL

Liamara Teresinha Fornari
– IFC

Liane Vizzotto – IFC

Marcus Fernandes Marcusso
– IFSULDEMINAS

Mateus Gamba Torres – UnB

Mauricio Gariba Júnior –
IFSC

Ricardo Scopel Velho – IFC

uma produção

SINASEFE Litoral

Rua Pedro H. Amorim, 169. Ap
101

Centro, Camboriú/SC.

CEP: 88340-215

(47) 3365-1982

www.sinasefe-ifc.org/litoral

potemkin@sinasefe-ifc.org

potemkin.sinasefe-ifc.org

Desde o começo do ano vivemos uma pandemia que contaminou milhões de pessoas em todo mundo, levou à morte de milhares e que não tem previsão de terminar. Quando o novo coronavírus começou a se espalhar pelo mundo era improvável prever como se daria sua dinâmica, principalmente porque se sabia pouco sobre ele. Contudo, a despeito das poucas informações científicas disponíveis nos primeiros meses, estava claro desde o começo que políticas relativamente simples, como a diminuição de circulação de pessoas e o uso de máscaras, poderiam diminuir o espalhamento da doença e, por conseguinte, a quantidade de pessoas vítimas da doença.

Contudo, para a burguesia e os governos que representam seus interesses o que menos interessava era preservar a vida das pessoas. Quando isso parecia preocupá-los, na verdade queriam que essa força de trabalho se mantivesse saudável para continuar a ser explorada. Em todo o mundo burguesia e governos fizeram todo o esforço possível para que a economia voltasse a funcionar com uma pretensa normalidade, mesmo que para isso fosse preciso deixar uma pilha de cadáveres.

Para piorar, uma crise econômica em escala global, cujos sintomas se mostravam claramente havia meses, foi aprofundada pela pandemia. Diante disso, a burguesia fez de todo o possível para colocar nas costas dos trabalhadores a conta dos seus prejuízos. Nenhum governo hesitou em atacar direitos dos trabalhadores, se limitando a apresentar frágeis medidas compensatórias, como foi o caso do auxílio emergencial no Brasil.

No âmbito da educação, o debate que ganhou mais ênfase foi o do ensino remoto. Desde o começo da pandemia, a maioria dos trabalhadores em educação, sejam os professores de diferentes níveis de ensino ou os técnicos que dão suporte à atuação docente, atuaram neste modelo. Em muitos lugares foram implementadas ações que redundaram no fortalecimento do ensino à distância, por meio de contratos do Estado com grandes empresas e, em muitos casos, transformando os docentes em

meros tutores. Além disso, houve uma ampliação na carga de trabalho, com cargas horárias exaustivas. O Estado economizou nesse processo, em despesas como deslocamento, energia elétrica e manutenção dos espaços físicos. Boa parte dessas despesas foram assumidas pelos trabalhadores, atuando em suas casas, com os mesmos salários que tinham antes. Salários que seguem sendo corroídos pelo aumento dos preços de bens de necessidade básica. Como conclusão desse terrível cenário, vários governos buscam promover o retorno às aulas presenciais, provocando uma nova onda de contaminação e colocando em risco a vida de estudantes, de seus familiares e dos trabalhadores da educação.

Esta edição do *Potemkin* procura discutir alguns elementos desse cenário. Procura-se mostrar como as políticas do governo Bolsonaro, ao responder aos interesses da burguesia, levaram o Brasil à beira de um verdadeiro genocídio. Discute-se o papel da tecnologia nesse cenário, com suas promessas e esperanças, mas sem deixar de responder aos interesses do capital. Debate-se aspectos relacionados à cultura, casos dos textos sobre a construção da imagem pública do atual presidente, e sobre ações relacionadas à política de cotas na educação pública. Este volume conta ainda com a apresentação dos resultados de uma pesquisa realizada pelo GT Atividades Remotas, instituído pelo SINASEFE Litoral para acompanhar o trabalho remoto dos servidores no Instituto Federal Catarinense.

Potemkin cumpre, assim, seu papel de apresentar reflexões críticas sobre o mundo do trabalho, a conjuntura política e a situação da educação, diante da dupla crise, econômica e sanitária. Pode-se, por meio dessas reflexões, avançar na formação teórica e política tanto dos filiados ao sindicato como dos trabalhadores em geral, constituindo a publicação como um importante instrumento na luta e na organização dos trabalhadores. ↗

O capital e o uso oportunista do genocídio como acelerador da reversão civilizacional: notas sobre a luta de classes no Brasil de Bolsonaro

POR GABRIEL MAGALHÃES

*Professor do Instituto Federal de Alagoas, mestre em sociologia pelo ICS/UFAL.
gabrielmbeltrao@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da situação política brasileira diante do governo neofascista de Jair Bolsonaro. Para esse fim, busca-se iluminar o momento atual a partir das tendências de longo prazo da economia brasileira, que vive um processo cumulativo de financeirização e reprimarização, de modo que a ascensão do neofascismo à Presidência passa a ser encarada como um ponto de inflexão com o objetivo de consumir a reversão civilizacional do país. Com este fim, as classes dominantes brasileiras, que apoiaram o golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro, buscam se valer do cenário de pandemia para acelerar o processo regressivo. As disputas entre fascistas e liberais não são de natureza estratégica, seara em que convergem, mas apenas para identificar quem liderará a refuncionalização do Estado às exigências de uma infraestrutura depauperada. Por fim, à esquerda cabe a tarefa de superar a sua crise política, o que exige clareza estratégica para superar as propostas de conciliação de classes, cada vez mais irrealizáveis e mais funcionais à reversão civilizacional.

Introdução

No momento em que este artigo é escrito, o Brasil já acumula mais de 100 mil mortes em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), com mais de 3 milhões de casos confirmados da doença. Se não bastassem esses números estarrecedores, é público e notório que tais dados estão significativamente subestimados, dada a forte subnotificação de casos e do número de óbitos¹.

Enquanto para milhões de brasileiros a pandemia é motivo de lamentação, tristeza e dor, para as classes dominantes é uma “janela de oportunidades”, tendo em vista a aceleração da reversão civilizacional que já está em curso há três décadas e que recrudescer de forma inaudita a partir do golpe de 2016. A presidência de Jair Bolsonaro deve ser vista como a metástase de um processo vicioso de longo prazo e que nos últimos cinco anos vivenciou seus capítulos mais regressivos, um verdadeiro ponto de inflexão.

A chegada de um sujeito incompetente, ignaro e neofascista à Presidência da República, com o apoio do conjunto das classes dominantes e do imperialismo, não pode

palavras chave:

**neofascismo,
desenvolvimento,
neoliberalismo,
estratégia.**

1. Segundo pesquisa desenvolvida pela UFPEL, de cada sete contaminados apenas um toma ciência do contágio. Cf. <https://bit.ly/34g5krk>. Até 27 de julho o país totalizava mais de 35 mil casos de óbito por Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) que não tiveram causa esclarecida. Cf. <https://bit.ly/2HjxKrv>

ser encarada como um “raio num céu de brigadeiro”: causalidades estruturais são as chaves para o entendimento dos acontecimentos políticos dos últimos anos e que nos conduziram ao genocídio e à banalização da morte.

Plano Morgenthau reeditado na América Latina: o Consenso de Washington

Uma breve digressão se faz necessária para se apresentar, sumariamente dado os limites do artigo, tais elementos causais de longa duração que iluminam a trágica contemporaneidade. Ao término da 2ª Guerra Mundial uma das propostas postas à mesa das potências Ocidentais vitoriosas (EUA e Inglaterra) era a de impor uma involução civilizacional à Alemanha derrotada, obrigando o país a uma forte desmilitarização e, principalmente, a “ruralização” da antiga potência industrial vencida. Essa proposta ficou conhecida como Plano Morgenthau, sobrenome do então secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau².

Por razões geopolíticas o plano de involução civilizacional da Alemanha não prosperou e foi substituído pelo Plano Marshall e pelo acordo de Bretton Woods, consentindo-se que tanto a Alemanha quanto o Japão – “convidados estratégicos”, segundo Fiori 2000)– acessassem financiamentos em condições excepcionais e mantivessem por cerca de três décadas um câmbio fortemente desvalorizado, competitivo³. A melhor forma encontrada pelos EUA e pela Inglaterra para blindar esses países da atração socialista da URSS e abrir mais um ciclo de forte crescimento econômico foi a adoção dessas medidas excepcionais, não reeditadas em outras regiões, como na América Latina, que no pós-Guerra viu agravar seus *déficits* no balanço de pagamentos até o completo afogamento do ideário nacional-desenvolvimentista autônomo nos anos 60 e 70⁴.

Em nosso país, o modelo desenvolvimentista dependente e associado ao capital monopolista estrangeiro – inaugurado em 1956 com a Instrução 113 da SUMOC⁵ e consumado com o golpe empresarial-militar em 1964 – ao mesmo tempo que solapou as ilusões nacional-desenvolvimentistas dos setores progressistas (inclusive dos comunistas) ao elevar o capital estrangeiro à condição de dínamo do crescimento econômico e fez recrudescer um modelo assentado na superexploração da força de trabalho e numa correlata superestrutura jurídico-política autocrática, permitiu à tecnocracia *burgo-militar* se valer das brechas deixadas por Breton Woods para avançar na industrialização (dependente) do país.

As baixíssimas taxas de juros vigentes no mercado mundial permitiram aos militares impulsionar a industrialização dependente pela via da ampliação da dívida externa a juros flutuantes, chegando a despertar intentos autocrático-autonomistas que logo foram dissipados pela potência do norte. O imperialismo estadunidense ceifou tanto o nacional-desenvolvimentismo autônomo de Vargas e do trabalhismo quanto o intento subimperialista que teve seu apogeu no II PND do governo Geisel.

Com a crise econômica dos anos 70 e a emergência dos “convidados estratégicos” nos anos 80, os EUA recolocam sua hegemonia global por intermédio do poder do dólar, do espraiamento das tecnologias militares ao uso civil (informática e comunicação) e da reformulação da divisão internacional do trabalho, selando o fim do

2. Cf. PROGRAMA MORGENTHAU para a Alemanha Pós-Guerra. Deutsche Welle, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35UwbsN>. Acesso em 03/10/2020; HOBBSAWM, 1995.

3. Cf. Fiori, 2000; Belluzzo, 2005.

4. Cf. MARINI, 2014 para mais detalhes a respeito da crise de restrição externa e os impactos políticos no bloco no poder constituído em 1937.

5. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central, durante o governo de Café Filho e do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin baixou essa instrução que “facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais”.

modelo fordista-keynesiano firmado em Breton Woods com graves implicações sobre a periferia latino-americana.

A mundialização/globalização do capital reconfigura o bloco no poder do capitalismo mundial, reconvertendo o capital financeiro à condição de fração hegemônica após quatro décadas de amarras keynesianas. A “modernização” imposta aos países latino-americanos, acossados por agudas crises financeiras externas nos anos 80, por intermédio das instituições remanescentes de Breton Woods, FMI e Banco Mundial, envolve um conjunto de medidas sintetizado no chamado Consenso de Washington: “desregulação dos mercados, privatizações, ortodoxia macroeconômica e aposta no dinamismo dos investimentos estrangeiros” (FIORI, 2000, p. 230).

No Brasil, tais políticas neoliberais se iniciaram no governo Collor e enterraram o desenvolvimentismo dependente e associado do período dos anos 60 a 80, produzindo alterações significativas no bloco no poder, que passou a ser hegemônico pelo capital financeiro internacional, pelos grandes grupos econômico-financeiros nacionais e pelo capital produtivo multinacional, secundados e em posição subordinada pelos grandes grupos econômicos nacionais, não organicamente financeirizados, e pelos grandes e médios capitais “que têm maior *especialização* no processo de acumulação: agronegócio, indústria, comércio ou serviços, estando voltados para o mercado interno e/ou externo” (FILGUEIRAS, 2006, p. 184). Tais mudanças produziram um longo processo de desindustrialização da economia brasileira, já em curso há várias décadas. Segundo Filgueiras,

No caso do Brasil, entretanto, o processo de desindustrialização em curso há quatro décadas se caracteriza pelos seguintes aspectos: 1 – Esse processo de desindustrialização não significa um estágio “natural” que todo país deve passar a partir de certo momento do seu processo de desenvolvimento, ao atingir um determinado nível de renda *per capita* (desindustrialização positiva); ao contrário, ele expressa um processo estrutural de reprimarização e especialização regressiva da economia brasileira (desindustrialização “negativa”). 2 – A razão dessa desindustrialização não decorre, portanto, de um estágio mais elevado de desenvolvimento do país, mas é consequência da economia brasileira ter sido “contaminada” pela doença holandesa. 3 – Há uma relação entre a natureza da inserção do país na economia internacional e o processo de desindustrialização. 4 – Há uma relação direta entre esses fenômenos e as políticas macroeconômicas implementadas desde o início dos anos 1990. (FILGUEIRAS, 2019, p. 6)

Passadas três décadas de hegemonia do capital financeiro e da sua política econômica neoliberal, pode-se concluir que o Consenso de Washington produziu um efeito similar àquele pretendido pelo Plano Morgenthau: operou-se uma notória involução econômica, científica e tecnológica do país. A industrialização dependente do período anterior foi capaz de internalizar a 2ª revolução industrial em um período em que havia complementaridade entre a estratégia do capital monopolista internacional e o projeto desenvolvimentista associado. Entretanto, a emergência da nova etapa do capitalismo mundial nos anos 70/80 elidiu essa complementaridade, deslocando as cadeias produtivas e o investimento estrangeiro direto (IED) para o leste asiático a partir das estratégias das grandes corporações, fato este que contribuiu para o distanciamento ainda maior da fronteira tecnológica a partir dos anos 90.

A adoção das medidas do Consenso de Washington acelerou e agudizou ainda mais a reversão civilizacional brasileira, corroendo-se as já precárias bases materiais de

Desta forma, “a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgira no setor externo, (...) [aceitando] que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação, renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada por Vargas” (MARINI, 2014, p. 81).

Evolução da Produtividade Total dos Fatores (com ajuste para capital humano) em países selecionados

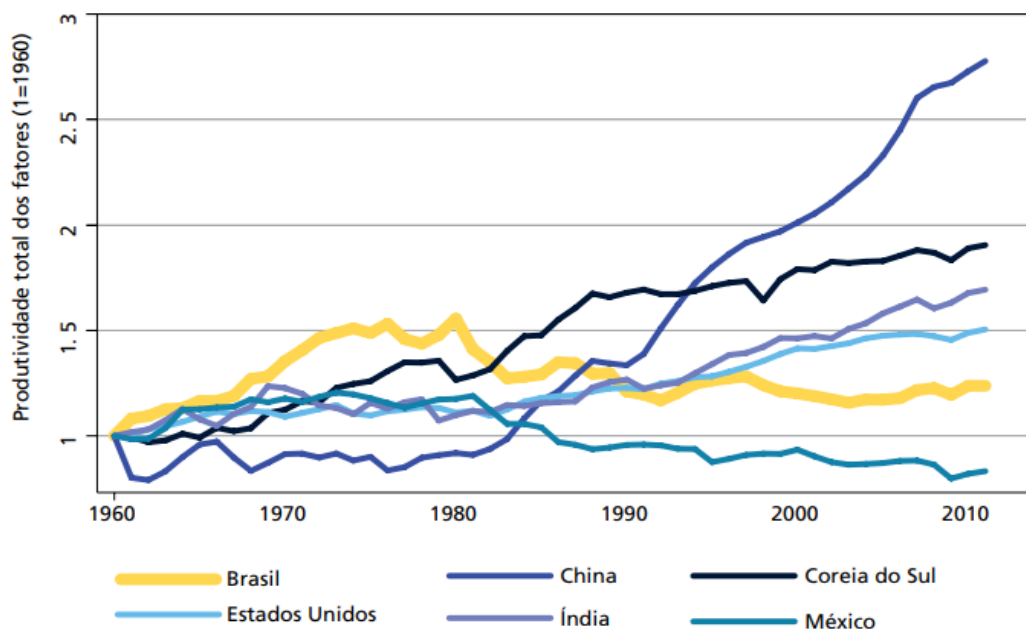


Gráfico 1 | Fonte: NEGRI e CAVALCANTE (2014)

sustentação de uma utópica democracia burguesa que, conforme aspiravam os setores democrático-populares nos anos 80, integrasse satisfatoriamente as amplas maiorias num modelo de bem-estar social e de participação política de alta intensidade. A integração subalternizada ao imperialismo escancarou seu caráter profundamente heterônimo, ficando o país completamente a mercê das estratégias do grande capital estrangeiro.

Mesmo que o modelo de industrialização dependente e associado definitivamente não fosse capaz de se constituir como alternativa à superação da dependência econômica, o comparativo econômico com o Brasil do “padrão exportador de especialização produtiva”(OSORIO, 2012) explicita o processo de involução de longo prazo. De 1980 até o presente, o crescimento da renda *per capita* brasileira foi de míseros 0,7%, contra 1,7% dos países centrais (MACHADO, 2019). Em 1980 a renda *per capita* do Brasil equivalia a 39,9% da dos EUA, regredindo para 25,7% em 2017, proporção semelhante a 1950 (Conference Board *apud* MARTINS, 2018).

Diversos são os estudos que apontam a estagnação da produtividade do trabalho na economia brasileira desde os anos 80, ampliando o fosso que distancia o Brasil dos países centrais, cuja marca é a alta produtividade. Conforme o gráfico incluído por Negri e Cavalcante (2014), o país vivenciou perda de produtividade em relação aos demais países, e mesmo internamente, quando comparado aos anos 80.

A despeito de breves períodos de forte demanda interna, a taxa de investimento da economia continuou abaixo dos 20% do PIB⁶, fator que impossibilita um crescimento de longo prazo. Em 2019, a taxa de investimento do Brasil foi pouco maior que 15%, o menor indicador em 50 anos (BALASSIANO e TRECE, 2019), com o investimento público indo pouco acima de 2% do PIB. Da década de 90 para cá, o Brasil apresenta um forte processo de desindustrialização *precoce*⁷, tendo a manufatura

6. À luz da teoria marxista da dependência, a persistente baixa taxa de investimento na economia brasileira pode ser lida como um efeito crônico da superexploração da força de trabalho, que restringe os efeitos da mais-valia relativa no conjunto da economia. Em economias dependentes a superexploração freia o crescimento da composição orgânica e técnica do capital e mesmo os ganhos existentes e que impactem positivamente sobre a produtividade não deflagram um ciclo alvissareiro da mais-valia relativa, como é típico dos países centrais. Isso ocorre, pois, as unidades produtivas de alta composição técnica se beneficiam de uma alta taxa de lucro proveniente da mais-valia extraordinária (transferência de valor) advinda das unidades produtivas de menor produtividade. Essa assimetria produtiva não é sucedida pela nivelção das taxas de lucro, visto que os capitais de menor produtividade e que perdem mais-valia buscam compensar tais perdas ampliando a superexploração da força de trabalho, num ciclo vicioso que trava um crescimento substantivo e acelerado da produtividade do trabalho no conjunto da economia – a base da mais-valia relativa. Há um insulamento da alta produtividade em alguns setores (bens suntuários) que também se

atingido a cifra de apenas 10,1% do PIB no primeiro trimestre de 2020. A exportação de manufaturados também despenca progressivamente, saindo de 80% do total exportado em 1990 para cerca de 50% atualmente.

Pari passu a este processo de desindustrialização, adquire cada vez maior importância na economia brasileira a exportação de *commodities* agrominerais (reprimarização) e o setor de serviços de baixa intensidade tecnológica e baixa produtividade, cujo efeito para os trabalhadores é a demanda por empregos que remuneram mal e exigem pouca qualificação. O setor primário adquire cada vez mais importância para a economia à medida que os saldos da balança comercial devem compensar as perdas externas com remessas de lucro e outros mecanismos de saída de capitais. Por fim, o Consenso de Washington produziu uma intensa financeirização da economia brasileira, convertendo a burguesia industrial associada ao imperialismo à condição de investidores do mercado financeiro ou sócias menores da pilhagem do patrimônio público no processo de privatização⁸.

A condução da política econômica é essencial para o capital financeiro, garantindo condições para a extração ampliada de recursos públicos por intermédio do sistema da dívida pública. A captura dos fundos públicos para alimentar esse processo regressivo, portanto, deu a tônica da luta de classes nas últimas décadas, com a classe trabalhadora resistindo ao receituário neoliberal em defesa da efetivação de direitos sociais consagrados na Constituição de 1988.

A ressaca neodesenvolvimentista, o golpe e a ascensão do neofascismo

A emergência do chamado ciclo progressista latino-americano embriagou amplas parcelas da esquerda no subcontinente. Aparentemente a *neo-oligarquização do Estado*⁹ consubstanciada no processo de transição aos regimes democrático-liberais haveria sido substituída por democracias populares capazes de implementar projetos que incorporavam, econômica e politicamente, as classes trabalhadoras concomitantemente ao desenvolvimento econômico. A diversificação produtiva garantiria o desenvolvimento sem a exclusão social ocorrida no desenvolvimentismo autoritário dos anos 70/80. Entretanto, os indicadores econômicos apresentados acima deixam evidente que as políticas intituladas como neodesenvolvimentistas não foram capazes de modificar a tendência de longo prazo deflagrada no início dos anos 90.

A despeito de resultados importantes na mitigação da pobreza extrema mediante a adoção de políticas redistributivas focalizadas (social-liberalismo, segundo Castelo, 2012), mas que deixaram intocada a estrutura de propriedade, o “neoliberalismo inclusivo” (SANTOS, 2018) dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entregou o país mais desindustrializado e dependente do capital financeiro e das *commodities* agrícolas e minerais.

O novo desenvolvimentismo negligencia em absoluto a crítica marxista ao desenvolvimentismo clássico, restringindo o seu diálogo com os neoliberais. Tanto o “velho” quanto o “novo” partem da premissa de que o Estado é o demiurgo do desenvolvimento, visto como um ente etéreo e acima das classes sociais e que deve perseguir o bem-estar da sociedade por intermédio dos seus planos econômicos de

beneficiam da superexploração. Neste fenômeno complexo reside a chave explicativa para se entender o caráter autocrático do Estado burguês no capitalismo dependente. Cf. MARTINS, 2018.

7. Segundo Morceiro (2019), a desindustrialização brasileira não se identificaria com aquela dos países centrais ocorrida a partir da internacionalização das cadeias de valor. Diferentemente desta última, a nossa desindustrialização foi *precoce*, ocorreu antes da industrialização atingir o seu ápice e ocorreu principalmente nos setores intensivos de tecnologia e conhecimento. Reflexo do modelo de industrialização dependente do período desenvolvimentista.

8. Para Boito Jr. (2018), trata-se de “nova burguesia de serviços” resultante do recuo do Estado na área dos serviços básicos, oriunda da mercantilização da vida típica do neoliberalismo.

9. Segundo Osorio, “poucos momentos da história latino-americana expressaram um grau tão forte de oligarquização do Estado e uma capacidade tão marcada de ingerência e decisão política de grupos econômicos restritos como o momento vivido pela região entre as ditaduras militares

curto, médio e longo prazo. “Um agente racional, funcional e homogêneo, capaz de construir instituições e formular planos de curto e longo prazo” (FIORI, 2011). A despeito dessa crença utópica no Estado dependente ontem e hoje, Castelo (2012) tem razão ao apregoar a decadência ideológica do “novo” em relação ao “velho”, com o esvaziamento da política e a entronização da macroeconomia. Diz ele:

A despeito dos limites das lutas nacional-desenvolvimentistas, eles falavam em reformas estruturais com apoio popular, lutas anti-imperialistas e antilatifundiárias para pôr fim ao subdesenvolvimento. Hoje, o novo desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo. A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, dando lugar a uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários, como se a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma questão de organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política (CASTELO, 2012).

O novo desenvolvimentismo propõe um conjunto de medidas ainda mais vago e gelatinoso em relação ao anterior. Com relação ao papel do Estado, “neodesenvolvimentismo propõe que ele seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações” (FIORI, 2011).

A dita reedição desenvolvimentista em tempos de hegemonia do capital financeiro realocizou a grande burguesia interna (bancária, comercial, industrial e de serviços) em condições mais favoráveis no interior do bloco no poder. Sem, contudo, superar a hegemonia das finanças no bloco (BOITO Jr., 2018). No entendimento do autor, o neodesenvolvimentismo se constituiu enquanto uma frente política dirigida pela grande burguesia interna brasileira, que contou com a adesão da

baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal [... A] frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder (BOITO Jr., 2018, p. 103).

A frente foi organizada fundamentalmente pelo PT¹⁰, expressando a hegemonia interna ao partido do grupo dirigente composto pela “nova aristocracia do trabalho” da indústria automotiva, do setor petrolífero e bancário, que aspirava à ressurreição do velho desenvolvimentismo sem romper, contudo, com o modelo neoliberal vigente no país (BOITO Jr., 2018, p. 37). Ainda segundo o autor, o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, atuando nestes estreitos limites impostos pelo modelo vigente.

Segmentos do grande capital interno ligados às grandes obras de engenharia (Odebrecht, por exemplo) foram catapultados pelo BNDES e demais instrumentos de política industrial a fim de se converterem em “campeões nacionais”, empresas convertidas em *holdings* que passaram a atuar em outros setores produtivos e tiveram forte apoio governamental para exportar capital na América Latina e África.

A Petrobrás foi reconduzida, mesmo que parcialmente, à condição de empresa pública, adensando a cadeia produtiva com a política de conteúdo nacional e se cacifando como a principal atuante em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em complexidade econômica. A despeito desses êxitos pontuais de diversificação

e o período imediatamente posterior à queda de tais ditaduras [...] o Estado se tornou alvo do botim de alguns poucos grupos” (2014, p. 229).

10. A vitória dessa estratégia política no interior do PT, denominada como estratégia democrático-popular, produziu um progressivo transformismo do partido a partir dos anos 90, processo que é consumado com a chegada de Lula ao governo em 2002. Cf. IASI, 2006.

produtiva, ganhos de escala e complexificação tecnológica, as políticas industriais dos governos petistas não se caracterizaram “nem por buscar complexidade, nem por buscar diversificação, o percentual dos desembolsos aprovados [do BNDES] voltados para atividades novas e mais complexas acabou sendo muito baixo” (MACHADO, 2019, p. 87). Essas políticas beneficiaram majoritariamente os setores produtivos que já gozam de vantagens comparativas (JBS no agronegócio, Vale no setor de mineração) ou setores industriais de baixa produtividade, não sendo suficientes, portanto, para reverter o quadro instituído com o Consenso de Washington.

Entendemos que o golpe de 2016 se deveu a fatores externos e internos, políticos e econômicos. A crise de 2008 proporcionou um cenário externo atípico e que permitiu à política externa brasileira e às grandes empresas de capital interno certa margem de manobra inexistente em condições normais. Com isso, os governos do PT reforçaram suas articulações Sul-Sul e se projetaram na América Latina e na África (em iniciativas como a do BRICS e da CELAC), com as empresas brasileiras tendo ampliado sua projeção na exportação de bens e serviços e de capital para tais localidades.

Simultaneamente as articulações com a China cresceram na região, despertando a insatisfação dos EUA. Desde as denúncias de Edward Snowden ficou explícito que o Departamento de Estado dos EUA atuava na região, no Brasil em particular, a fim de criar condições políticas para reverter essa política externa multifacetada e o crescimento da transnacionalização de empresas brasileiras – Petrobrás, especialmente. Hoje já há material farto que comprova esse vínculo orgânico de parcela do Judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal com organismos do imperialismo estadunidense no bojo da Operação Lava-jato (MANOEL, 2019).

Internamente, as condições econômicas excepcionais que permitiram certa ampliação do gasto público sem ferir os sacrossantos pilares da austeridade fiscal permanente, imposição política da fração hegemônica do bloco no poder, começaram a se dissipar a partir de 2013. O ciclo de alta dos preços das *commodities* puxado pela China pós-crise de 2008 foi deixando de existir e junto com ele as margens de manobra do governo. Enquanto a grande conciliação de classes (capital e trabalho) e de frações e setores das classes dominantes vigorou, o governo petista conseguiu reduzir o desemprego a índices baixos, reduzir fortemente a pobreza extrema (Bolsa Família, Farmácia Popular) e ampliar o gasto público com direitos sociais oriundos da Constituição de 1988 (Aposentadoria rural, Seguro-defeso, Benefício de Prestação Continuada), paralelamente à ampliação do investimento público em obras de infraestrutura (PAC) e moradia (Minha Casa Minha Vida).

Como dito acima, toda essa engenharia política estava erigida sobre condições econômicas e políticas excepcionais, que, ao serem superadas, impossibilitaram a continuidade da política de conciliação de classes. Essas condições se esfumaram e a classe dominante em conjunto exigiu a alteração da condução política do governo Dilma, que em 2015 iniciou uma forte política neoliberal clássica, dissipando o arremedo desenvolvimentista do período anterior.

Para concluir o quadro que permitiu o golpe de 2016, importante mencionar os efeitos das manifestações de junho de 2013. Para as classes dominantes ficou evidente que o PT já não possuía a liderança política junto a amplas parcelas da classe trabalhadora brasileira, principalmente junto aos trabalhadores urbanos, jovens, do setor

dos serviços, marcados por baixa sindicalização e experiência sindical. Se o PT e o governo Dilma demonstraram fidelidade à conciliação de classes ao virar as costas ao movimento e criminalizá-lo, para as classes dominantes as mobilizações contra o governo do PT evidenciaram que era possível galvanizar aquela insatisfação em favor de uma plataforma político-eleitoral mais nitidamente neoliberal nas eleições de 2014.

Sumariamente, afirmamos que o golpe de 2016 contra a política de conciliação de classes do PT evidencia que a superestrutura político-jurídica erigida em 1988, a despeito das suas nítidas limitações e mesmo das restrições adicionais aos interesses populares impostas nas últimas décadas a partir do receituário neoliberal¹¹, atingiu elevado grau de contradição com a depauperada infraestrutura econômica brasileira. A agudização da desindustrialização e da financeirização da economia exige mais uma profunda inflexão político-institucional a fim de tornar a superestrutura condizente com esta realidade que vem sendo tecida desde os anos noventa.

As classes dominantes sob hegemonia do capital financeiro em articulação explícita com o imperialismo impuseram o golpe jurídico-parlamentar para acelerar essa readequação do aparato de Estado às suas necessidades econômicas, não demonstrando nenhum pudor em associarem-se ao neofascismo bolsonarista nas eleições de 2018 e de apoiar o governo até o presente momento.

É necessário ter clareza que os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988, e mesmo suas garantias políticas – as chamadas liberdades democráticas – não encontram “chão social” para brotar e se desenvolver em condições de reversão civilizacional de longo prazo. Não à toa, o autoritarismo¹² e a restrição à efetivação aos direitos sociais têm a primazia de lá para cá, a despeito da luta diuturna dos setores democráticos e socialistas em seu favor. Direitos sociais universais e amplas liberdades democráticas são incompatíveis com o modelo de desenvolvimento verificado nas últimas décadas. Há um anacronismo entre as aspirações democráticas da maior parte da sociedade brasileira e os rumos econômicos que o país tem tomado.

Desta forma, o avanço progressivo da regressão econômico-produtiva nacional vai exigindo uma progressiva adaptação do aparato de Estado (superestrutura jurídico-política), dilapidando o arremedo de bem-estar social e hipertrofiando o autoritarismo típico do capitalismo dependente. Essa adaptação tem se dado de forma progressiva, com momentos de inflexão, saltos de qualidade. Entendemos que a crise econômica de 2015-16 concatenou as classes dominantes em torno da ideia de que o momento exige uma ruptura definitiva com entraves postos pela luta de classes na década de 80.

Na nossa avaliação, a classe trabalhadora sofreu em 2016 uma forte derrota política, que se iniciara em 2013 quando da ascensão das chamadas “jornadas de junho” em virtude do abandono do governo Dilma e do PT ao movimento de massas, o que gerou um vácuo político que pavimentou o caminho para os *think-tanks* da nova direita erigidos à condição de verdadeiros partidos políticos (MBL, Revoltados Online, etc.). A vitória da política de conciliação de classes em 2014 com uma insustentável plataforma neodesenvolvimentista¹³ apenas adiou a derrota, que foi retomada em 2015 com a implementação do receituário neoliberal por Dilma/Levy, o fortalecimento da Lava-Jato/DOJ (EUA) e dos movimentos de rua da nova direita profascista.

11. O Estado autocrático na sua forma (regime) de democracia de cooptação, segundo Florestan Fernandes (2005).

12. Para a crítica ao pensamento convencional e à dicotomia democracia/autoritarismo, Cf. FERNANDES, 2019.

A engenharia política deflagrada tinha objetivos claros: 1) impor uma escalada na superexploração da força de trabalho via ampliação do desemprego a índices “saudáveis” (dois dígitos), acumulação no capitalismo dependente e supressão de direitos trabalhistas; 2) reduzir ou até suprimir custos de seguridade social para o capital e abocanhar cifras trilionárias (R\$ 4 trilhões em 20 anos) deste importante direito social para o financismo (parcialmente conquistada com a contrarreforma da previdência; 3) impor uma camisa de força constitucional aos investimentos públicos, patamar sem precedente de austeridade fiscal neoliberal (EC95); 4) privatizar na “bacia das almas” o que resta do patrimônio público, num processo de pilhagem inaudito, que tem na Petrobrás, na Eletrobrás e nos bancos públicos as “joias da coroa”; 5) acelerar o processo de concentração e centralização de capital na economia brasileira com a supressão do que resta de barreiras comerciais e financeiras, bem como a supressão das míseras políticas industriais do período precedente; 6) radicalizar a desindustrialização em um novo ciclo de conversão dos empresários industriais à condição de investidores no mercado financeiro ou de grandes varejistas de produtos importados; 7) dismantelar a produção científica e tecnológica erigida às duras penas no país, com a privatização da educação superior pública (Future-se), dos Institutos Federais e das empresas públicas que investem em P&D.

Ainda que Bolsonaro não fosse a primeira opção eleitoral em 2018, sua candidatura contou com o apoio do conjunto das classes dominantes naquela oportunidade. Seu governo assumiu a plataforma econômica do bloco no poder e imantou a coalizão de toda a direita brasileira. O movimento neofascista¹⁴ reorganizado em 2015 chegara ao Executivo Federal.

O governo era uníssono na plataforma econômica e na aversão à esquerda (mesmo que aquela dentro da ordem), mas divergia internamente na forma e nos objetivos políticos de médio prazo: para a desmoralizada direita liberal (PSDB, DEM, Globo) a tarefa era eleger Bolsonaro, aprovar a pauta econômica e conter o ímpeto fascista do presidente, tendo em vista o retorno ao governo central em 2022; já para Bolsonaro e seu movimento neofascista a tarefa era/é criar condições para um golpe de Estado que transcenda os limites de um governo fascista no interior do regime democrático restrito, que impõe limites às suas pretensões políticas autoritárias; os militares no governo (mais de 3 mil) foram peças-chave no processo golpista deflagrado em 2016 e no governo demonstram ter mais proximidade do que contradição com o bolsonarismo. Ainda que não sejam fascistas, dada a sua natureza corporativa burocrática e altamente hierarquizada que os fazem desmobilizar a sociedade civil, ao invés de mobilizá-la, os militares se mostraram muito adeptos de teses caras ao bolsonarismo, como a de guerra cultural contra o “marxismo cultural”, a de “golpe branco” do STF contra o Executivo e, por fim, a que defende a intervenção militar “constitucional” amparada no artigo 142 da CF¹⁵.

Com o início da pandemia, Bolsonaro resolveu testar a ordem constitucional, operando uma política de forte mobilização das hostes fascistas, com duros ataques às instituições (STF e setores da mídia) e depuração do seu governo, excluindo todos aqueles não adeptos dos seus intentos. A “bolsonarização” do governo ficou nítida nas demissões do ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), e do laureado ministro da justiça, Sérgio Moro.

13. A crise econômica deixava nítido que a reedição da política de conciliação de classes do período precedente não tinha mais base de sustentação. A ruptura era necessária à esquerda ou à direita. Dilma/PT optou pela segunda opção.

14. Sobre a natureza neofascista do bolsonarismo e do governo Bolsonaro, Cf. BOITO Jr (2019b).

15. Sobre a distinção entre ditadura militar, bonapartismo e fascismo, Cf. Poulantzas (1972).

Ao que tudo indica, o *putsch* bolsonarista (GUGLIANO, 2020) só não ocorreu no final de maio por falta de apoio do grosso das classes dominantes, que ainda acha ser possível consumir a refuncionalização final do Estado brasileiro ao capitalismo dependente financeirizado e reprimarizado a partir do interior da própria democracia restrita. Globo, PSDB e DEM representam essa “oposição” burguesa e neoliberal a Bolsonaro, buscando conter os seus objetivos de ruptura e preservar a agenda econômica na sua máxima radicalidade. Não há, portanto, contradições essenciais entre liberais e fascistas, suas contradições se restringem à definição de quem operará a consumação da reversão civilizacional: a velha classe política constituída na “redemocratização” ou o consórcio estabelecido entre neofascistas e militares gorilas.

Tanto no bloco no poder quanto nas representações políticas da burguesia há um consenso de que se deve aparar as arestas e **aproveitar o cenário de pandemia para acelerar as contrarreformas e privatizações**. A grande mídia já busca pautar a agenda política nestes termos, diminuindo o ritmo na denúncia aos casos de corrupção e de associação às milícias cariocas por parte do clã Bolsonaro e diminuindo a divulgação da situação da Pandemia no país. Igualmente, o STF e o TSE seguram o julgamento de temas políticos candentes para o governo (inquérito das *fake news*, julgamento e cassação de chapa eleitoral) e a política nacional (suspeição de Moro).

A esquerda tenta se reerguer da derrota política dos últimos anos em um cenário difícil, posto que a pandemia artificializa a conjuntura ao impedir grandes mobilizações de rua. A profunda crise econômica intensificada pela pandemia produzirá tensões sociais que por hora estão encobertas pela própria pandemia e pelo auxílio emergencial, **cabendo à esquerda se inserir no seio dos trabalhadores a fim de constituir uma nova liderança política legitimada e estrategicamente muniada, superando os equívocos estratégicos da conciliação de classes das últimas décadas**. A necessidade histórica de derrotar o neofascismo não pode levar a esquerda ao equívoco das frentes amplas sob a hegemonia da direita liberal, visto que esta é responsável direta pela emergência do neofascismo ao governo e protagonista da reversão civilizacional que ora vivencia um ponto de inflexão histórico.

A ampla unidade necessária não deve perder de vista a fronteira de classe e a necessidade estratégica de mobilização das massas em torno de um projeto socialista, único capaz de reverter o processo iniciado nos anos 90 e articular desenvolvimento com os anseios das classes subalternas.

A reedição de estratégias de conciliação de classes, como a do neodesenvolvimentismo, além de não possuírem condições mínimas de efetivação – dada as crises econômicas internacional e da economia brasileira, bem como do recrudescimento do imperialismo estadunidense, desarmam política, organizativa e ideologicamente a classe trabalhadora, ao condicionar a sua atuação aos termos políticos exigidos por setores/frações das classes dominantes que queiram se valer da força política dos trabalhadores para renegociar as condições políticas no interior do bloco no poder.

Mais do que nunca, propostas desta natureza são ainda mais rebaixadas e incapazes de deter a tendência de longo prazo da economia brasileira. É imprescindível o resgate da temática da revolução brasileira e do seu caráter socialista, condição necessária para se romper com a dependência e o subdesenvolvimento. ↗

REFERÊNCIAS

- BALASSIANO, M, TRECE, J. TAXA DE INVESTIMENTOS no Brasil: Menor nível dos últimos 50 anos. Blog do IBRE, 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-nobrasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos>. Acesso em 03/10/2020.
- BELUZZO, L.G. O Dólar e os desequilíbrios Globais, Revista de Economia Política, vol. 25, 2005.
- BOITO Jr., A. Reforma e Crise Política no Brasil. Editora Unicamp, 2018.
- _____. O Neofascismo no Brasil. 2019a. Disponível em: https://www.academia.edu/38906287/O_NEOFASCISMO_NO_BRASIL. Acesso em 03/10/2020.
- _____. O Bolsonarismo é uma variante do fascismo? ANPOCS, 2019b. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/mr-10/mr12-1/12014-obolsonarismo-e-uma-variante-do-fascismo-autor-armando-boito-junior/file>. Acesso em 03/10/2020.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serv. Soc. Soc., n. 122, 2012.
- _____. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. Expressão Popular, 2013.
- FERNANDES, F. Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo, Expressão Popular, 2019.
- _____. F. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- FILGUEIRAS, L. Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e Desindustrialização. Jornal dos Economistas, nº 358/2019, Corecon/RJ. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/D6FBA3C005423E4949B4B1DEA9F469CD.pdf>. Acesso em 03/10/2020.
- _____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. CLACSO, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em 03/10/2020.
- FIORI. J.L. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia americana. Lua Nova, nº 50, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200011. Acesso em 03/10/2020.
- _____. A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Amiseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>. Acesso em 03/10/2020.
- GUGLIANO, M. VOU INTERVIR!. Piauí, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>. Acesso em 03/10/2020.
- HOBSBAWN, E. Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MACHADO, F. A. Avaliação das políticas industriais do século XXI por meio da atuação do BNDES sob a ótica da complexidade econômica, dissertação, IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/felipe-augusto-machado.pdf>. Acesso em 03/10/2020.

MANOEL, J. O PREÇO DO republicanismo ingênuo. Partido Comunista Brasileiro, 2017. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/17830/o-preco-do-republicanismo-ingenuo-o-caso-da-policia-federal>. Acesso em 03/10/2020.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Editora Insular, 2014.

MARTINS, C. E. A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo, Caderno CRH, nº 84, 2018.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira, TD Nerus, São Paulo, 2019.

NEGRI, F. CAVALCANTE, L. R. Os dilemas e desafios da produtividade no Brasil. In.: Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes, IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/documentos/livro-produtividade-no-brasil-1>. Acesso em 03/10/2020.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. Boitempo, 2012.

_____. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Outras Expressões, 2014.

PROGRAMA MORGENTHAU para a Alemanha Pós-Guerra. Deutsche Welle, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1944-programa-morgenthau-para-a-alemanha-p%C3%B3s-guerra/a-319276>. Acesso em 03/10/2020.

POULANTZAS, N. Fascismo e Ditadura, Editora Portucalens, 1972.

SANTOS, F. L. B. Uma história da onda progressista sul-americana. Editora Elefante, 2018.

Da Utopia 4.0 ao Caos da mão invisível: a pandemia tecnológica

POR PAULA ANDREA GRAWIESKI CIVIERO E RICARDO SCOPEL VELHO

Professora do Campus Rio do Sul do IFC. Doutora em Educação Científica e Tecnológica/UFSC.

paula.civiero@ifc.edu.br

Professor do Campus Rio do Sul do IFC. Doutor em Educação/UFSC.

ricardo.velho@ifc.edu.br

RESUMO

O artigo tem por objetivo problematizar a relação entre a assim chamada revolução 4.0 e a atual situação da pandemia do COVID-19, dando ênfase ao caos existente na saúde e da educação pública brasileira. Os elementos de análise são fundamentados na perspectiva de uma crítica social das ilusões advindas de uma concepção salvacionista da tecnologia e de uma ilusão iluminista na educação. Também elencamos as diferentes perspectivas de atuação nas atividades remotas de ensino nesse contexto. Por fim, faz-se uma crítica ao princípio mercadológico estabelecido e afirma-se a necessidade da construção de outra sociabilidade baseada na solidariedade do “bando comum”.

1. A vida imita a arte

No filme de ficção “Alice no País das Maravilhas”, Alice escorrega e cai num mundo caótico, totalmente desconhecido. Um mundo absurdo que ela vai tentando absorver e entender, por mais que pareça muito estranho. No meio do caminho encontra um gato, muitas vezes invisível. A ele, Alice pergunta como faz para sair daquele lugar. O gato muito sábio devolve dizendo que depende de onde ela quer ir. Alice, meio perdida com tudo aquilo, diz que onde ir não tem importância. E o gato, sagazmente, retruca que então não tem importância o caminho que ela tomar. Sem saber que rumo seguir, Alice prossegue até ser condenada à morte por uma rainha louca. Aí ela acorda, era apenas um sonho.

Mas, aqui no mundo real, 2020 não é um sonho e não acordaremos de uma hora para outra, podendo seguir a vida como se nada tivesse acontecido. Na verdade, nada será como antes.

Uma crise econômica, acirrada por um vírus que mata sem distinção. O mundo todo lutando para salvar vidas e alguns insistindo em salvar suas riquezas e, por sua vez, tomando para si as armadilhas do capital. A utopia de uma sociedade de ultra tecnologia que sobrevive sozinha caindo por terra.

No Brasil, vivemos um pesadelo constante e permanente. Um mundo surreal, onde situações nunca aceitáveis agora são aplaudidas. Uma realidade inebriada pela ideologia capitalista, cuja economia e a garantia dos lucros sobressai às vidas. Range-mos os dentes diante da estupidez, mas estamos de mãos atadas, escondidos atrás de máscaras e embebidos em álcool em gel.

palavras chave:

tecnologia,

educação,

equação

civilizatória.

Lá fora, mortes, corpos amontoados em valas comuns e despedidas a distância se acumulam, como se fosse parte de uma normalidade. Temos no comando uma rainha louca, gritando “cortem as cabeças”. Aqui se repete o comando e seguimos escorregando em direção ao caos. Como se estivéssemos num sonho maluco, imprevisível e absurdamente impensável. Entretanto, esse não é um sonho, é a nossa realidade.

Temos vidas dilaceradas pela manutenção da economia num movimento incessante e insaciável de valorização do valor, isto é, do Capital. As duas classes sociais fundamentais na sociabilidade mercantil – Capitalista e Proletariado –, mais uma vez se enfrentam com objetivos antagônicos: a vida ou os lucros.

Então, qual o caminho a seguir? É preciso problematizar alguns elementos antes de responder. Para tanto, temos como objetivo neste artigo questionar os rumos dessa sociedade e provocar uma reflexão crítica sobre o caos provocado pela mão invisível do mercado. Tomamos como fio condutor a ingênua concepção de que o avanço tecnológico é a salvação necessária à equação civilizatória, perpassando alguns elementos da sociedade como o sistema de saúde, a educação pública e as atividades remotas como único recurso para as escolas.

2. Para onde nos leva o avanço tecnológico?

De repente, o “dia em que a terra parou” de Raul Seixas, que se considerava apenas uma letra de música utópica, virou realidade. São dias de parar, de reaprender a conviver e, se possível, refletir e criticar tudo o que se fazia até então. Isso em meio a tantas tarefas realizadas de forma remota, o chamado *home office*.

Ora, saímos buscando um jeito de continuar, de se mostrar importante. Nesta hora, mais do que nunca, a tecnologia se mostrou a saída para acionar o trabalho remoto - para todas as necessidades, uma solução tecnológica encontrada. Até parece que estavam prontas, só esperando o momento certo.

Uma grande parte das atividades laborais foi convertida por meio de tecnologias digitais. Por isso, é importante olhar para a tecnologia não apenas como um aparato, mas como volição humana - isto é, ação de escolher ou decidir.

Para iniciar essa abordagem, se faz necessário assumir que o mundo está completamente mercantilizado, globalizado e *tecnologizado*. Por sua vez, as tecnologias são cúmplices dos maiores desafios atuais.

A tecnologia manifesta-se antes de tudo na forma de objetos, vale dizer, “todos os artefatos materiais fabricados pelo homem cuja função depende de uma específica materialidade enquanto tal” (MITCHAM, 1994, p. 161). Assim, um aparato pode ser qualquer objeto, desde as roupas que nos vestem e protegem, ferramentas de agir como as letras, a linguagem matemática e seus algoritmos, ferramentas de transformação da natureza.

Dessa forma, o planeta inteiro, na medida em que é cada vez mais modificado pela ação humana, pode ser enxergado como um grande artefato (CUPANI, 2016). Nesta ótica,

Se não entendermos como as tecnologias complexas funcionam, como os sistemas tecnológicos se interconectam e como os sistemas de sistemas interagem, ficamos impotentes dentro desses sistemas, e o potencial que eles têm é aprisionado de maneira ainda mais fácil pelas elites egoístas e por corporações desumanas. (BRIDLE, 2019, p. 11).

Cada vez mais, se faz premente entender para onde nos leva o avanço tecnológico. O cenário atual de pandemia causada por um vírus letal desvela algumas implicações tecnológicas, mas também ajuda a entender ao interesse de quem estão tais avanços.

Algumas soluções tecnológicas foram criadas especialmente como tentativa de contribuir para superar a atual situação. Foram desenvolvidos aplicativos para auxiliar não só as autoridades, mas os próprios cidadãos, a monitorar o vírus. São exemplos o aplicativo que avisa por celular quando alguém testa positivo para a Covid-19 num raio de duzentos metros de sua moradia, ou os chamados *checkpoints* acionados com a medição de temperatura das pessoas, ou ainda o uso, como se faz na China, de um *QR Code* nos aparelhos celulares com dados que identificam se o proprietário testou positivo para a Covid-19.

Mas a tecnologia isolada de outros elementos essenciais de nada adianta. Para alimentar tais aplicativos são necessários os resultados dos testes de Covid-19. Ao olhar para o Brasil, evidencia-se que os testes realizados são em números irrisórios para manter o sistema. Mais uma excelente ideia que fica à mercê da realização dos testes, que, por ora, não acontecem.

Esse é apenas um exemplo que mostra que a tecnologia é dependente dos interesses políticos e econômicos. Assim, as pesquisas que promovem o avanço tecnocientífico não são neutras. Pelo contrário, estão condicionadas aos interesses de um poder hegemônico. Tais aplicativos são sustentados por algoritmos que capturam, cada vez mais, nossos dados e que podem servir de moeda num mercado proeminente. Do mesmo modo que podem promover maravilhas, também promovem horrores.

Em relação a captura dos dados digitais, deve-se ter a preocupação com o direito à privacidade. O que serão feitos com esses dados após a pandemia? Controle absoluto do que fazemos, por onde vamos e o que consumimos?

Na China, onde um aplicativo deste tipo foi colocado em ação, as pessoas o consultam mais, antes de sair de casa, do que os aplicativos para verificar o clima. A vigilância se instala, como as *teletelas* descritas por George Orwell no clássico 1984.

Em meio a pandemia, outras tecnologias também foram colocadas em ação: impressoras 3D para produzir equipamentos de segurança para os trabalhadores da saúde, álcool em gel produzido em lugares nunca pensados para isso. Costureiras passaram a confeccionar artesanalmente máscaras, e muitas delas viram nessa situação a oportunidade de ganhar o pão.

O cenário faz com que mude a mercadoria da vez, mas não se questione a matriz dessa forma social. O capital desenterrou a versão médica da reconversão industrial antes usada apenas em guerras.

Deleuze, já em 1990, alertava sobre o verdadeiro potencial das tecnologias:

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as

máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. (DELEUZE, 1990, *apud* MOROZOV, 2018, p. 42).

Com essa dimensão, não há como não introduzir a política e a economia nessa discussão. O debate digital, por si só não basta, ele pode nos conduzir a um equívoco. Sabemos falar sobre as ferramentas tecnológicas, mas não ampliamos o olhar para os “sistemas sociais, políticos e econômicos que são viabilizados ou inviabilizados, ampliados ou atenuados por essas mesmas ferramentas” (MOROZOV, 2018, p. 41).

Nesse cenário, trabalhos remotos se intensificaram, profissionais de distintas áreas se viram obrigados a se conectar, virar blogueiros, produzir *lives*. As reuniões digitais foram acionadas de modo a atingir mais de 500 milhões por dia apenas nas duas maiores plataformas, *Zoom* e *Google Meet*. Aprisionados diante da telinha, seguimos, aliviados por existir essa tal tecnologia digital para que nos sentíssemos ocupados e úteis, unma rotina que muda o comportamento dos trabalhadores.

A inovação tecnológica tem sido fulcral para lidar com essa crise. E certamente continuará sendo uma ferramenta importante. Mas é preciso saber até que ponto essas ferramentas são benéficas, pois a depender das relações sociais que elas exprimem tem-se algumas consequências.

Sob as relações capitalistas, sabemos que as máquinas entram na produção para aumentar a produtividade e diminuir os preços de mercado. Deriva disso que há uma economia de trabalho vivo, ou seja, são perdidos postos de trabalho. No caso em tela - a pandemia durante uma crise econômica-, as empresas não estão pensando duas vezes antes de demitir trabalhadores ou aumentar sua exploração.

Assim, as saídas da crise pela chamada ‘revolução 4.0’ na verdade se mostram uma grande solução para a crise econômica, para os capitalistas. Por desdobramento dessa lógica, transforma-se numa enorme tragédia para a classe trabalhadora - por um lado com a exposição ao vírus e a morte de milhões, por outro lado com o aumento agudo das horas trabalhadas, gerando mais capital para os patrões.

3. Afinal, onde está a revolução 4.0?

Em 2006, Schwab proclamou a chegada da quarta revolução industrial. Segundo o autor, diferente de tudo que a humanidade já experimentara. Novas tecnologias fundindo os mundos físico, digital e biológico de forma a criar grandes promessas e potencialidades, mas também muitos perigos.

A velocidade, a amplitude e a profundidade da evolução, com a superação da revolução digital, estão mudando o comportamento social. Tais mudanças transformam a realidade e por conseguinte conformam uma ‘sociedade 4.0’. Nesse tempo, se exige uma postura não conformada e questionadora dos tempos futuros. Questionar a economia, a justiça social, saber como as organizações criam valor e por consequência o que é ser humano nessa equação civilizatória. Muitos falam das fábricas escuras que não mais precisarão da força de trabalho. Que maravilha se fosse assim, o isolamento social estaria garantido.

Mas não é bem assim. A tal revolução ainda não chegou – e nem vai chegar tão cedo, pelo menos na vigência do sistema capitalista. Os trabalhadores são essenciais, sem eles não há como manter o ciclo vicioso em funcionamento. São eles que produzem toda a riqueza, logo, não podem ficar em casa. É preciso continuar sugando as suas vidas, mesmo que o noticiário avise o tempo todo “Fique em casa!”. – Mas como? -, se perguntam os trabalhadores pelos corredores das fábricas, nas ruas, nas fazendas, nos bancos. Os patrões querem manter as atividades e até fazem os trabalhadores se manifestarem dizendo que querem trabalhar. De um lado, os assalariados que precisam sobreviver, de outro os empresários que precisam lucrar mais e mais.

Nesse ínterim, a classe trabalhadora fica à mercê de um enquadramento funcional ou o descaso do desemprego. De acordo com Schwab:

Há cerca de dois campos opostos quando se trata do impacto de tecnologias emergentes no mercado de trabalho: aqueles que acreditam em um final feliz – os trabalhadores deslocados pela tecnologia vão encontrar novos empregos e a tecnologia irá desencadear uma nova era de prosperidade; e aqueles que acreditam que o fato levará a um progressivo Armagedom social e político, criando uma escala maciça de desempregos tecnológicos. A história mostra que o resultado provável está em algum lugar médio entre estes dois campos. (SCHAWAB, 2016, p. 42).

A idade das trevas, perdura. “As empresas dominam seus funcionários por meio da vigilância e da ameaça da automação” (BRIDLE, 2019).

Nesta ótica, Civiero e Bazzo alertam que

Os desafios criados pela quarta revolução industrial parece concentrar-se principalmente nas desigualdades e nas preocupações crescentes sobre as injustiças sociais. Como já apresentado, a inovação e a ruptura afetarão nossos padrões de vida e bem-estar, que podem ocorrer tanto de forma positiva quanto negativa. Por isso, as preocupações emergentes da nova equação civilizatória, devem estar voltadas à construção do conhecimento e do capital humano, de modo que possa beneficiar a todos (CIVIERO; BAZZO, 2020, p. 91).

Mas do que trata tal equação civilizatória? O termo é uma metáfora, utilizada por Bazzo, a qual poderia ser “uma panaceia para reunir as mais diferentes variáveis que surgem a todo instante em uma civilização que está vulnerável às mais aceleradas mutações em seu comportamento cotidiano” (2019, p. 21). E, portanto, com as implicações que essas questões trazem à sociedade. Isto é, a premência de “proporcionar reflexões e alterações nas nossas formas de trabalhar o conhecimento em tempos tão sisudos dos problemas humanos”. (BAZZO, 2019, p. 20). Metaforicamente, ao resolver a equação com as variáveis contemporâneas, teríamos como objetivo pelo menos garantir os direitos a dignidade humana.

Ou seja, olhar para essa imbricada relação entre as questões técnicas e humanas e repensar o avanço tecnológico em um sentido de que seus interesses estejam voltados para melhor qualidade de vida para toda a humanidade, e não apenas para um grupo seletivo, como acontece na sociedade moldada pelo capitalismo.

4. Sociedade 4.0 em tempos de pandemia

Na estrada da história, há momentos como este em que nos deparamos com obstáculos que nunca imaginamos encontrar. Nesse caminho, podemos ser mais uma pe-

dra ou sermos “marcos de estrada”, que apontam caminhos diferentes rumo a uma sociedade mais humanizada, que faça sentido nesse novo tempo histórico, nessa nova equação civilizatória, capazes de alterar o futuro.

Vivemos em tempos de crise do capital, potencializada pela pandemia da Covid-19. São momentos sombrios, os quais a humanidade nunca experienciou nessa magnitude. Há quem diga que são tempos de guerra. Guerra travestida de pandemia. Todavia, após essa guerra nunca mais seremos os mesmos. Assim, temos duas opções: aprender e atacar ou ser devorados pela máquina mortífera da lógica de mercado.

O cotidiano da produção social foi alterado. De uma hora para outra tivemos que mudar o curso das nossas vidas. O que era rotineiro deixou de existir e para sobreviver foi preciso criar outros processos de interação social. Foi preciso questionar: o que são serviços essenciais? Eu sou essencial? Para muitos foi um choque perceber que não, você não é especial, como já declamado em poesia: “Se desfaça dessa inútil e pesada couraça/ Você não é especial/ A vida é” (VASQUES, 2014).

Se não bastasse o problema econômico, ainda temos que enfrentar o sucateamento da saúde pública. O desenvolvimento biotecnológico resultante da pesquisa básica e aplicada está enfrentando sérios problemas a muitos anos. No momento da pandemia a situação fica explícita.

A tecnociência cumpre um papel importante agora, apresenta equipamentos como respiradores, ventiladores, equipamentos para entubar e fazer respirar os pulmões tomados pelo vírus e, ainda, testes para saber quem está contaminado, quem precisa de isolamento social, na tentativa de salvar vidas. Entretanto, a precarização desse setor, é desvelado, perante a nova situação. Na saúde pública, há muito se vem gritando por socorro, não se têm leitos, tão menos UTIs e trabalhadores da saúde suficientes para atender a população. Pessoas morrem nas filas em espera de atendimento médico antes mesmo do Covid-19 chegar. E agora, com a realidade agravada, como vai ser?

Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde (SUS) voltou a estar no centro das atenções como sistema mais viável para acolher os contaminados e na tentativa de controlar a pandemia. Um sistema que traz em sua essência o mais desenvolvido projeto de saúde pública do planeta, mas que, no entanto, está abandonado, sobrevivendo da maneira mais difícil, sem recursos, sem condições de se manter funcional e manter um atendimento universalizado. Diante do desastre total, primeiro em países europeus e agora no Brasil, os médicos se viram na posição de ter que escolher quem vive, com acesso aos equipamentos, e quem morre, por falta dos equipamentos. E, sobretudo, colocar a sua própria vida em risco. Isso é crueldade! Guerra que mais uma vez coloca na linha de frente os inocentes, os trabalhadores.

Em situação equivalente está a educação pública. Sofre o desmonte acirrado nos últimos anos, sempre com vistas à privatização. Uma narrativa propagandeada sobre a educação pública fez com ela caísse no descrédito e fosse possível seu sucateamento somado ao corte de orçamento. Isso em um país que precisa com urgência investir em ciência e tecnologia. Mas onde se produz ciência e tecnologia no Brasil? Sim, estão nas universidades públicas os mais renomados laboratórios de pesquisa.

A universidade pública, como exemplo específico da educação, vem se colocando como instrumento de enfrentamento à pandemia. Ela volta a ser respeitada pelas autoridades como fonte de informação científica confiável e produção de estudos em busca de conhecer o inimigo invisível, imprescindíveis no combate à doença. Mais do que nunca, pelo menos de forma tão explícita e emergencial, as universidades estão demonstrando sua importância para a sociedade. Todavia, será que a sociedade compreendeu que todo dinheiro investido nesta instituição pública, gratuita, de pesquisa e de padrão internacional retorna de forma clara e multiplicada em benefício social? Ou ao abrandar a pandemia, voltarão a ser desacreditadas ou vendidas à iniciativa privada?

Além das universidades, outra instituição teve seu cotidiano alterado radicalmente, a escola básica. Ela foi a primeira a ser fechada. Estudantes, professores e trabalhadores da educação, todos foram enviados para casa. Mas não é tão simples assim. Os esforços na área da educação têm grande repercussão na sociedade e com a máxima “temos que salvar o ano letivo”, profissionais da educação têm se debruçado para evitar o risco de perder o ano letivo, se adaptando e se adequando à nova realidade. Alguns têm questionado se preceitos básicos da educação presencial podem estar sendo abandonados como a necessidade de diálogo, de escuta ativa, de construção coletiva, de perceber como o outro está, de olhar nos olhos, vários elementos que conectam professores e alunos antes de tomar decisões. Outros, querem dar conta, e defendem o uso de aparatos tecnológicos para enfrentar a situação.

Primeiro veio o receio, vamos transformar o ensino presencial, tão defendido para a educação básica, em ensino à distância (EAD)? problematizar a situação é fundamental. O que se criou de forma emergencial em meio ao isolamento são as atividades de ensino remotas. Disponibilizadas nas mais distintas formas. Por um lado, muitas instituições correram para se adequar ao sistema Google, o mais preparado para atender a demanda, devido a empresa ser uma das maiores corporações com investimentos nas novas oportunidades de mercado digital. Agora falar em *classroom*, *meet*, etc. ficou comum em quase todas as famílias que têm acesso à internet. No entanto, acessar tais plataformas exigem uma condição econômica favorecida, e essa não é a realidade da totalidade dos estudantes e, também, de muitos professores.

Observar essa desigualdade de acesso aos mecanismos educacionais durante o isolamento é ponto chave na reflexão pedagógica atual. Primeiras questões: 1. a educação pode ser reduzida ao repasse de conteúdos e listas de exercícios? 2. O uso das tecnologias digitais são apenas emergenciais ou devem fazer parte da formação integral? 3. É possível reproduzir as aulas apenas alterando a plataforma - da sala de aula para uma telinha de algum aparato tecnológico? 4. Existe ensino-aprendizagem de forma remota? Isso nos remete a algumas implicações sobre os princípios fundantes de uma sociedade democrática.

O princípio da dignidade humana, pedra fundamental das constituições pós-guerra, exige um conjunto de valores construídos coletivamente, o que imprime a necessidade do convívio social. Nesse sentido, os encontros proporcionados em sala de aula são imprescindíveis para se poder olhar nos olhos, fazer uma escuta ativa, promover o diálogo, entender como o outro está e promover ensino-aprendizagem reflexivo e crítico, realmente humanizador. Todavia, essas atitudes estão sendo negadas pela distância exigida pelo isolamento social.

5. A educação escolar e a tecnologia

Em relação aos educadores, temos dois segmentos distintos. Por um lado, nem todos os profissionais da educação se alicerçam nos parâmetros comentados acima para eleger o que é uma boa aula. Independente dos seres que se apresentavam nas salas de aula, as dinâmicas já estavam previamente definidas, com um conteúdo programático para se dar conta, não sobra tempo para outras distrações. Destarte, a entrega de conteúdos e o depósito de atividades já era corriqueiro. As respostas às perguntas podem ser antecipadas num *chat* ou anexo ao próprio conteúdo, pois já se sabe quais serão. São sempre as mesmas, aquelas induzidas pelo próprio andar das aulas, cujo professor já sabe as respostas, o que lhe assegura manter-se em uma certa zona de conforto. Para esses, transpor suas aulas, do quadro negro ou dos *slides*, para a telinha é simples. Certamente, tem-se alteração para converter o livro didático para plataformas virtuais, o que também requer tempo e habilidades, mas nada tão crucial.

Continua sendo uma mera entrega de tarefas que já era comum nas aulas presenciais, apenas mudou o *locus*. Nessa premissa, o papel dos alunos continua passivo, seus cadernos continuam sendo preenchidos eloquentemente, muitas vezes sem saber para quê. Provas continuam a ser elaboradas e executadas. Para repassar os conteúdos prontos e inquestionáveis, a tecnologia utilizada cumpre seu papel. Para esses docentes, pode ser que quando tudo passar e pudermos questionar ‘e agora?’ a resposta seja que tudo pode se manter como está, pois nada mudou.

De outro lado, estão os professores que organizavam suas aulas não atrelados ao modelo tradicional, não condicionados ao positivismo lógico. Para esses que faziam de suas aulas um verdadeiro laboratório de investigação e provocações, que usavam a arte das perguntas para aguçar a curiosidade epistemológica e criar situações inovadoras um novo desafio se apresenta.

Além da habilidade tecnológica para comandar novos aparatos será preciso inovar, usar mais das tecnologias acessíveis, blogs, vídeos, filmes, *podcasts*, séries, redes sociais e tudo aquilo disponível na internet. Reaprender, criar e buscar alternativas não para mostrar que se está trabalhando e cumprindo a carga horária, mas para dar significado àquilo que se ensina. Buscar nas variáveis contemporâneas materiais para explorar as discussões, mesmo que virtuais. Usar os conteúdos programáticos como uma base para propor investigações, interpretações e reflexões que deem conta de preparar os sujeitos para enfrentar a realidade dessa equação civilizatória.

Mudanças conceituais e epistemológicas se fazem necessárias. O mito iluminista da educação escolar é derrotado por um vírus. Isso só demonstra a enorme ilusão com que boa parte dos educadores conviveram até essa derrota catastrófica. Que esse caos, que nos coloca na zona de risco, sirva para perceber o quão significativo são nossos encontros em sala de aulas.

6. Considerações finais

As várias vezes que a humanidade se defrontou com desafios civilizatórios, como na peste da idade média, nas guerras de independência no século XIX, ou mesmo em algumas revoluções do século XX, ocorreram mudanças profundas no modo de organizar a vida cotidiana.

Seria essa pandemia algo desse porte? Parece-nos que não, pois dessa vez a forma cotidiana de existir é organizada por relações capitalistas, em que a produção de valor se faz prioritária. Está muito claro para todos os trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho que os capitalistas querem priorizar a economia ao invés da vida. No entanto, qual a alternativa ao trabalhador?

Uma grande crise é muito importante para o sistema capitalista, pois nela se pode jogar fora os restos “não essenciais” da vida - ou seja, boa parte das atividades que não geram lucros. Nisso, estão incluídas as escolas públicas, os hospitais, as universidades, os centros de pesquisa, contraditoriamente, exatamente de onde pode sair a vacina ou a cura para a atual pandemia.

Que contradição é essa? Bem, para responder a essa questão teremos que voltar no tempo até a Paris de 1871, quando os *comunards* choravam seus mortos por fuzilamento quando tentaram “assaltar os céus”; até as mães enterrando seus filhos mortos pelo exército branco czarista durante a guerra civil russa após a revolução bolchevique; até os hospitais de atendimento às vítimas dos bombardeios de *napalm* lançados pelos estadunidenses durante a guerra do Vietnã; até os moradores de rua ou trabalhadores em frigoríficos em qualquer cidade brasileira dos dias atuais.

A questão elencada acima, de qual a contradição entre uma crise do capital e os mortos dos eventos históricos citados é a seguinte: 1. O mercado precisa de lucratividade, e algumas atividades não têm esse perfil em sua função de atendimento público, nascem assim os interesses privatistas; 2. Quando os trabalhadores compreendem a situação, normalmente numa situação extrema, protestam contra tal condição; e 3. Ao protestar são dizimados pelos inimigos de classe, os capitalistas, por meios armados, ou simplesmente pelo desprezo total às necessidades básicas de existência.

É por esse motivo que nascem os sindicatos, as cooperativas, as organizações operárias, para salvaguardar os trabalhadores em tempos difíceis, quando as contradições afloram, quando os inimigos de classe querem o nosso sangue derramado ao invés de seus prejuízos.

Dessa forma, na situação atual, e com o aprendizado das derrotas que sofremos, só temos uma alternativa: a mudança profunda de matriz civilizatória. Isso não é possível por dentro do capitalismo, pois ele a cada crise se retroalimenta, se nutre da carne morta para dar vida a seus novos lucros, precisa devorar sua cria para manter sua liquidez econômica. Eis a nossa condição, como criaturas desse sistema. Temos que escolher entre a vida ou a morte. E nós trabalhadores exigimos nosso lugar no mundo e escolhemos a morte do sistema à morte de nossos pais, filhos ou avós. Ao que parece, parte da população escolhe trabalhar, mas isso não é uma escolha, é uma falta de escolha, pois se não o fizer, morrerá por falta de salário. Ora, aqui é que está o segredo do momento, temos que escolher tomar as fábricas, as fazendas, os bancos, as escolas e fazer tudo o que precisamos para continuar vivos.

Até porque, quem escolher manter-se nesse sistema está armado. Sim, aqueles todos que queriam estar armados conseguiram. Estão armados com o vírus do ódio à humanidade, o ódio orwelliano se reapresenta. São os que querem matar seus irmãos de classe, que querem matar os pais e avós de todos nós trabalhadores. Vez ou outra na história esses tipos tiveram suas entranhas penduradas nas entradas das aldeias para demonstrar a força que o “bando comum” tem sobre os indivíduos odiosos que ali tentaram impor o individualismo.

É o momento desse “bando comum” aprender que tudo depende da cooperação e da solidariedade de classe. Nessa crise estão surgindo comitês de solidariedade, organizações de ajuda mútua, vizinhos se conhecendo e se familiarizando, são tempos de aprendizado coletivo. Uma lição dura, complexa, que o Deus Mercado não conseguiu ensinar, pois sua “mão invisível” não está curando, não está salvando, não está fazendo a humanidade progredir. Pelo contrário, o Deus Mercado quer que mais gente morra e que pague seus seguros de saúde para poder aumentar seus lucros.

Como em outros momentos da história foi preciso uma catástrofe humanitária para reaproximar os humanos. Visualiza-se que a solidariedade do “bando comum” é a única ação capaz de fazer que nos mantenhamos vivos. Mas ainda há os que preferem a mão invisível, para talvez abafar a última tosse antes de sua morte lenta e dolorosa diante do altar do lucro e do ódio. ↗

REFERÊNCIAS

BAZZO, W. A. De técnico e de humano: questões contemporâneas. 3. ed. atual., ampl. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2019.

BRIDLE, J. A nova idade das trevas: A tecnologia e o fim do futuro. Tradução Érico Assis. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

CIVIERO, P.A.G.; BAZZO, W.A. A equação civilizatória e a pertinência de uma educação insubordinada. RITEM, v. 10, n.1, pp. 76-94, 2020.

CUPANI, A. Filosofia da Tecnologia: um convite. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

MITCHAM, C. Thinking through technology: the path between engineering and philosophy. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

MOROZOV, E. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018. Coleção Exit.

SCHWAB, Klaus. tradução Daniel Moreira Miranda. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

VASQUES, J. Recado para colar no espelho. 2014. Disponível em <<https://eupassarim.wordpress.com/2014/05/04/recado-para-colar-no-espelho/>>. Acesso em 30/08/2020.

A centralidade da cultura: o fenômeno ‘mito’ Bolsonaro

POR LUÍS CARLOS BORGES DOS SANTOS

*Mestrando em Ambiente e Sustentabilidade e Pós-Graduando em Educação e Cultura pela UERGS
simioni.luiscarlos@gmail.com*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a construção do fenômeno Bolsonaro visto através de duas correntes teóricas: os estudos culturais de Stuart Hall e da psicologia política. Busca entender os efeitos políticos dos eventos que possibilitaram a eleição de Jair Bolsonaro e como esse processo cultural foi construído no imaginário político considerando três aspectos: 1) a construção do imaginário cultural na política brasileira; 2) a centralidade da cultura; 3) o Discurso da desregulação e regulação da cultura.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo, através dos Estudos Culturais e da Psicologia Política, problematizar a construção do fenômeno “mito” Bolsonaro na perspectiva de Stuart Hall em *A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo* (1997). Vamos concatenar as ideias do autor com as problemáticas levantadas sobre as eleições de 2018, usando da Psicologia Política (GUARESCHI, 2019; MONTERO, 2015; SILVA, 2015) como campo de análise conceitual.

Para tanto, entendemos que os estudos culturais somam-se à psicologia política de uma forma interdisciplinar, pois ambos conceitos podem ser analisados do ponto de vista político. Para os estudos culturais, a política pode ser analisada por vários momentos sociais de sua época. Quando temos por base analisar um fenômeno político através dos estudos culturais logo se abre uma nova interpretação, fora do âmbito da esfera econômica “marxizante”, como diria Milton Santos (2006).

Sobre essa categoria de análise econômica, Hall (1997) destaca:

A velha distinção que o marxismo clássico fazia entre a “base” econômica e a “superestrutura” ideológica é de difícil sustentação nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infraestrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes nestas sociedades. (HALL, 1997, p.17).

Neste texto, Stuart Hall (1997) levanta a enorme expansão da cultura e tudo que está associada a ela e o seu papel constitutivo. Seu principal foco é a regulação da cultura, que examina as tendências e direções contraditórias da mudança social. É sobre essa mudança social que vamos amarrar nossas considerações acerca das eleições de 2018, a qual acreditamos que se encaixa perfeitamente na centralidade da cultura.

palavras chave:
estudo cultural,
psicologia
política,
elites políticas.

Através da Psicologia Política vamos poder entender a “enorme curiosidade pelos fatos que produzem na vida cotidiana de qualquer sociedade e que nos afetam como cidadãos e cidadãs” (MONTERO, 2015, p.41).

Mas para que usar a Psicologia Política nesse texto? Utilizaremos dessa teoria para alicerçar nosso posicionamento frente a construção do imaginário do ‘mito’. Acreditamos que as problemáticas levantadas por Hall (1997) através dos Estudos Culturais e a Psicologia Política se somam para podermos entender esse fenômeno. A Psicologia Política, nesse caso, será um suporte importante para as explicações teóricas dos fenômenos políticos (MONTERO, 2015). A Psicologia Política e os Estudos Culturais são um campo interdisciplinar que utilizam de análises psicossociais, afetivas e sociais, ambos podem analisar o comportamento das pessoas no cenário político (SANDOVAL, 1997).

Para tanto, dividimos esse texto em três problemáticas: a 1ª, da *construção do imaginário cultural na política brasileira*, em que vamos apresentar como a construção do imaginário cultural se constrói na perspectiva midiática; a 2ª, da *centralidade da cultura: o “mito” chamado Bolsonaro*, vamos, através dos conceitos levantados por Hall (1997) sobre centralidade cultural, problematizar como se formou o “mito” Bolsonaro nas eleições de 2018; e na 3ª, do *discurso da desregulação e regulação da cultura*, vamos tecer considerações sobre o processo/formação do discurso na formação eleitoral.

Para tanto, nosso propósito nesse texto não é fazer uma análise profunda dos fenômenos eleitorais de 2018, pois para aprofundarmos nessa temática teríamos que organizar um trabalho de pesquisa mais aprofundado. Por ora, vamos utilizar de dados secundários. Nossa empreitada nesse momento é problematizar através dessas duas categorias de análise: cultura e política.

A construção do imaginário cultural na política brasileira

Esse primeiro ponto de análise visa problematizar através do texto de Stuart Hall *A centralidade da cultura* (1997) alguns pontos referentes a construção midiática que o autor aborda em relação a construção cultural. Temos por provocação algumas perguntas: O que é central na cultura brasileira? Quais elementos são marcantes? Como somos vistos no exterior? O que caracteriza nossa(s) cultura(s)?

Para podermos ter um fio condutor de análise, vamos partir do entendimento que Hall (1997) levanta sobre o processo cultural midiático que interfere nas relações da sociedade. Para o autor, da mesma forma que acontecem as transformações culturais globais, as vidas das pessoas são afetadas por esse processo de comunicação. Ele destaca que essas mudanças culturais influenciam o nosso modo de pensar e agir, pondera que esse modo cultural midiático invade completamente a privacidade e o cotidiano da sociedade.

Para a Psicologia Política, o processo de comunicação afeta diretamente o sujeito em construção, ou seja, os padrões de pensamento, sentimento e identidade tem ligação direta na política, e essa ligação de sentimento se concretiza nas eleições. O processo eleitoral democrático é uma conquista política e cultural.

Como podemos perceber a construção do imaginário na política brasileira a partir de como os brasileiros são vistos no exterior? Para responder a essa indagação vamos conceituar brevemente a questão do Imaginário. O imaginário possui uma função social. Para Carvalho: “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, por símbolos, alegorias e mitos” (1987, p.11).

Na formação política brasileira, o cenário sempre foi constituído por um imaginário de “salvador da pátria”. Quem fosse pleitear alguma posição na política já saberia que estava representando “o salvador”. Mas como ver essa relação com a cultura da política? Será que tudo é cultura? Como indaga Hall (1997)?

Hall (1997, p. 32) provoca da seguinte forma: Tudo é cultura? Não há nada fora do discurso? Neste ponto o autor levanta algumas considerações referentes a cultura e o processo político da cultura.

Há práticas políticas que se referem ao controle e ao exercício do poder, da mesma forma que existem práticas econômicas, que se referem à produção e distribuição dos bens e da riqueza. Cada uma está sujeita às condições que organizam e regem a vida política e econômica destas sociedades. Agora, o poder político tem efeitos materiais muito reais e palpáveis. Contudo, seu verdadeiro funcionamento depende da forma como as pessoas definem politicamente as situações (HALL, 1997 p.34).

Para responder as provocações sobre os elementos marcantes da cultura brasileira e como essa cultura é vista no exterior, vamos trazer nossa discussão para o âmbito da conjuntura política brasileira e como as influências midiáticas mudam a forma de pensar e agir. Para Hall a “prática social tem condições culturais ou discursivas de existência (1997, p.34).

Pensar nesse processo cultural de práticas discursivas nos leva a entender as eleições de 2018. Mas o que é central na cultura brasileira?

Quando pensamos em cultura brasileira logo nos remetemos à musicalidade, gastronomia, dança, e segundo DaMatta, o famigerado ‘jeitinho’:

Um modo simpático, muitas vezes desesperado e quase sempre humano de relacionar o impessoal com o pessoal, propondo juntar um objetivo pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, rigidez das normas, etc.) com um obstáculo pessoal” (DaMatta, 2004, p.48).

No tocante dessa construção cultural, precisamos analisar como no exterior essa imagem do brasileiro e sua cultura é vista, e como isso se reverbera na política brasileira. Será que a política brasileira tem legitimidade fora de seu território?

O trabalho publicado na Revista Científica de Campinas de 2008, *O Brasil pelo olhar do outro: Representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje* (SCHEYERL E SIQUEIRA, 2018) aponta que, no contexto do exterior, o Brasil é visto dessa forma:

Eu sabia alguma coisa que aprendi na escola. Os problemas ambientais da Amazônia, carnaval, Pão-de-açúcar, Corcovado, criminalidade, inflação. **(Alemão)**
A imagem de um lugar selvagem, onde havia extremos, tanto positivos quanto negativos. **(Australiano)**

Clima tropical, mulatas, samba, futebol e carnaval. Junto com isso, um país com muita pobreza e baixos índices educacionais. **(Chilena)**
 Imagem de um lugar selvagem. **(Australiano)**
 Futebol (Flamengo) e as vitórias de Ayrton Senna. **(Malaia)**
 Muitas árvores e florestas. **(Americano)** (SCHEYERL & SIQUEIRA, 2008, p.383).

Clichês como carnaval e futebol, violência, drogas e favelas, também são construídos no imaginário dos estrangeiros. Sabendo disso, como é vista a cultura política no Brasil no exterior? Como as eleições de 2018 reverberaram culturalmente fora do País?

A centralidade da cultura: o “mito” chamado Bolsonaro

A partir desse ponto, vamos problematizar como se construiu esse “mito” chamado Bolsonaro da perspectiva cultural e política. Nosso objetivo principal é colocar à baila a discussão sobre a construção do ‘mito’ através dos estudos culturais e políticos. Sabemos que essa empreitada não é fácil, uma vez que, para analisar um fenômeno social, se faz necessária uma pesquisa detalhada sobre o processo psico-afetivo dessa dimensão que é o ‘mito’. No entanto, vamos através desse texto provocar algumas reflexões.

Mas como se constrói um ‘mito’? A historiografia brasileira é carregada de ‘mitos’ fundadores, ‘salvadores da pátria’. Desde a vinda dos portugueses ao Brasil, a cultura dos ‘salvadores’ sempre caminhou pelas terras do Brasil. Tanto aos anos de 1500 quanto a 2018, os discursos dos ‘salvadores’ sempre se fizeram presentes. De um lado, a cruz e a espada para livrar o Diabo na terra do sol, de outro Deus acima de tudo.

Na formação social brasileira a construção de um ‘mito’ tem aspectos histórico e sociológico colonizador e escravagista. Um fenômeno social como do ‘mito’ se vale dessas situações para construir um imaginário de salvação. Assim, o elemento principal para a formação do ‘mito’ através de entendimento teológico, da história como realização do plano de Deus ou da vontade divina, vai se construindo através dessa fragilidade social.

No governo Lula, por exemplo, as políticas sociais estiveram à frente de seu mandato, a classe que vive do trabalho começou a se inserir nos espaços que outrora só pertenciam a elite brasileira, como as Universidades Públicas. De certa forma, essas políticas sociais começaram a causar um desconforto na classe média, que também, para chegar ao seu nível, fez uso dessas políticas sociais.

Se o Brasil é a “terra abençoada por Deus” e havia uma bandeira vermelha tremulando algo estava errado. As elites políticas brasileiras, formadas pela Bancada Ruralista, Evangélica e Militar, conhecida como Boi, Bala e Bíblia, começaram a montar seu projeto político. Surge aí o Messias: “Deus Acima de todos, Brasil acima de tudo!”.

No cenário brasileiro, as relações entre política e cultura nunca foram tão presentes quanto nas eleições de 2018. Na historiografia brasileira, a cultura subversiva sempre esteve de certa forma oposta ao cenário político - veja o período militar, onde a cultura de oposição esteve censurada. Mas porque essas culturas mudaram no decorrer dos tempos? Por que durante as eleições não houve tantas manifestações frente ao projeto político de Bolsonaro? Vimos nos meios midiáticos algumas referências de oposição, mas não tão significativas quanto no período militar, por

exemplo. Nessas relações temos por base teórica a psicologia política, que neste texto vamos apresenta esses comportamentos.

Nas eleições de 2018, tivemos dois principais candidatos à presidência. Este lugar foi conquistado de duas maneiras: de um lado um candidato que pregava a liberação das armas como mote de sua campanha, de outro um candidato que tinha como bandeira o resgate do antigo governo popular.

Para a candidatura de Bolsonaro (PSL) à presidência o peso das oligarquias brasileiras foi decisivo, tendo como aliada uma massiva onda de *Fake News* a seu favor promovida por grupos de direita no Brasil¹. Para Hall (1997), a tecnologia é um fator determinante para a dispersão das culturas, pois através da tecnologia as distâncias culturais são curtas.

Hoje, a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e ideias (HALL, 1997, p.17).

Entendemos, nesse sentido, que a tecnologia e sua versatilidade colaborou para a rapidez das *fake news* da campanha eleitoral de Bolsonaro. Guareschi *et al* (2019) destacam que:

O pesquisador Fabrício Benevenuto, da Universidade Federal de Minas Gerais, monitorou 347 desses grupos de discussão política no *WhatsApp*, de 16 de agosto a 7 de outubro de 2018. Em um universo de 18.088 usuários que postaram 846.905 mensagens o estudo pode avaliar a capacidade de propagação das notícias falsas (GUARESCHI *et al.* 2019, p.364).

Nesse cenário cultural das eleições se propagava um regime de regulação da cultura, que Hall (1997) destaca da seguinte forma: “Isso ocorre especialmente com questões relativas à sexualidade, moralidade, crime e violência, padrões de conduta pública, relações parentais (pais/mães *versus* filhos/as), ‘valores familiares’ etc” (1997, p.38). O discurso conservador de Bolsonaro defendia essa regulação conservadora da cultura.

Nessa análise em questão, ressaltamos que em Hall (1997) a centralidade da cultura tem uma dimensão epistemológica, que ele aponta como virada cultural. Ou seja, ele se refere a esse poder instituidor de que são dotados os discursos circulantes no circuito da cultura, transformando nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo (HALL, 1997). Sobre esses discursos circulantes, Hall destaca que esses mecanismos são tomados pelos sujeitos a partir dos discursos:

[...] não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural (HALL, 1997, p. 20).

Com a polarização política no Brasil, os discursos conservadores foram sendo construídos quando os sujeitos – receptadores- se reconheciam através desses discursos. Através dessa construção do discurso, Bolsonaro alicerçou suas ideias. Sobre o processo de significação da linguagem, Hall (1997) aponta para a concepção de cultura como um conjunto de significados partilhados; conforme o autor a linguagem atribui sentido.

1. Cf. PAULO MARINHO já confessou que foram disparadas *fake news* durante campanha (vídeo). Brasil 247, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3nf1BB7>. Acesso em 11/08/2020; SEGALLA, V. ARTICULADOR POLÍTICO de Bolsonaro financiou maior rede de *fake news*. Partido dos Trabalhadores, 2018. Disponível em <https://bit.ly/3kkWRYI>. Acesso em 11/08/2020.

E nesses sentidos que a figura de Bolsonaro foi sendo construída, com seus significados e representações. Na *figura 1* podemos observar essa construção da linguagem que Hall(1997) problematiza.



Figura 1 | Fonte: BANDEIRA NEGRA (2017)

Com base na Psicologia Política, como os fatores psicológicos ajudam a determinar a conduta política? O discurso é o principal produto. O discurso é também o principal produto dos candidatos nas eleições, e não poderia ser de outra forma numa época de polarização política e midiaticizada. Entendemos em Hall a pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas (1997, p.26). Ou seja, essa cultura que foi construída através de um discurso do ódio aos partidos políticos de oposição e às minorias, mesmo correndo o risco de ser reproduzida pela mídia de uma maneira nem sempre simpática, se mantinha de parte do candidato Bolsonaro pois ele sabia que estava atingindo uma grande parcela da sociedade que, midiaticizada, corroborava com ela.

Nesse cenário, Hall (1997) destaca a ‘virada cultural’ como uma revolução de atitudes em relação à linguagem. Mas como podemos concatenar esse processo de análise de linguagem com as eleições de 2018? Como isso impactou nas urnas?

Como apresentado na figura, o candidato Bolsonaro sempre manteve seu discurso voltado para as elites e contra quem se colocasse contrário às suas ideias e convicções. Para Hall (1997) o discurso tem esse significado:

O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. (HALL, 1997, p.29).

Para Bolsonaro, uma mesma frase é um encadeamento de formas linguísticas, podendo dar origem a enunciados diferentes, ou seja, “fuzilar petralhada” ou “Não te

estupro porque você não merece”² foram proferidas pelo candidato. Aliado a isso, temos que o extremismo político não é um fenômeno novo. O Brasil carrega em sua herança colonial, escravagista, coronelista, machista, conservadora, esta relação entre senhor/escravo, terra (latifúndio), oligopólio da mídia. E a conformação de classe sustenta o discurso de Bolsonaro.

Mas por que uma parcela da sociedade brasileira não contestou a fala de Bolsonaro? Se pensássemos em uma sociedade igualitária de direitos, talvez essas ofensas vindas de um candidato de imediato seriam rechaçadas pela sociedade em sua totalidade. Mas não foi isso que aconteceu. Boa parte da sociedade que o elegeu compactua com o seu discurso, pois, no Brasil, carregamos a herança da escravização que atualiza a sociabilidade brasileira a partir de um ódio contra o pobre, preto, periférico, ódio a noção radical de democracia. Entendemos no discurso de Bolsonaro que o ódio está entranhado no tecido social da classe média brasileira, alimentando conforme a conveniência das oligarquias de ocasião. Portanto, é equivocado considerar que algo deu errado na história recente do País: o fenômeno Bolsonaro não é um acidente, é um projeto.

Sobre isso, Hall (1997) destaca que a centralidade da cultura está ligada à regulação social, à moralidade e ao governo da conduta social. Ou seja, quanto mais o discurso conservador é alimentado pelas oligarquias de ocasião, mais forte a imagem de Bolsonaro se concretizava no cenário político. Para Hall, “Quanto mais importante – mais ‘central’ - se torna a cultura, tanto mais significativa são as forças que a governam, moldam e regulam” (1997, p.35).

E como a Psicologia Política se posiciona sobre isso?

Nesse sentido, um dos objetivos da psicologia política é saber mais sobre como se desenvolvem os fenômenos políticos e o porquê se produzem da forma que se produzem. Disso decorre que, didaticamente, se poderia dizer que um primeiro nível organizativo da psicologia política estariam os cidadãos e as questões referentes ao como e por que pensam sobre a política a se fazer; as expressões cidadãs e seus modos de materializar-se, de participar ou mesmo negar-se a participar nos processos políticos; ou ainda o modo como percebem a eficácia das instituições políticas, representantes e líderes, ou inclusive o governo em seu conjunto (SILVA *et al* 2015, p.20. *apud* SILVA, 2012, p.14).

A partir desses dois posicionamentos sobre a formação do discurso e como isso se reverbera na sociedade vamos a partir de agora construir nossa análise sobre essa regulação e desregulação da cultura.

O Discurso da desregulação e regulação da cultura

Eles querem “falar, falar sempre, mesmo que seja para não dizer nada” (RODRIGUES, 1996). Esta citação poderia ser bem colocada antes das eleições de 2018, talvez nas eleições de FHC, Lula e Dilma, quando o discurso dos candidatos seguiam essa máxima, mas não caberia nas eleições de 2018, quando os candidatos e, especialmente Bolsonaro, sabiam a quem queriam atingir.

Certamente é assustador para quem analisa o cenário político brasileiro saber que a eleição presidencial do Brasil foi ganha através de um esquema milionário de *fake news*, onde os protagonistas foram o “kit gay” e a “mamadeira erótica”. Se os estran-

2. LUNA, Y. “NÃO TE ESTUPRO porque você não merece”, volta a dizer Bolsonaro a deputada. JusBrasil, 2014. Disponível em <https://bit.ly/3pnlbgy>. Acesso em 11/08/2020.

geiros viam na cultura do Brasil o carnaval e a caipirinha, certamente as eleições de 2018 ficaram na História.

Mas como isso afetou a cultura política? Para Hall (1997) o processo de desregulação da cultura começa quando a cultura passa para o senso comum nessa nova era neoliberal. Quando Bolsonaro atribuiu o “kit gay” ao candidato de oposição, ele estava dizendo para a sociedade brasileira que o estado estava fadado ao “comunismo” e, de certa forma, seria necessário resgatar os princípios morais cristãos da família brasileira. Ou seja, baseado nos princípios conservadores, Bolsonaro defendia que a cultura estava sendo desmoralizada e ele defendia a desregulação da cultura.

A principal investida, em relação à cultura, tem sido a de retirar do Estado suas responsabilidades na regulamentação dos assuntos culturais e abrir a cultura, paulatinamente, ao jogo livre das “forças de mercado”. A liberdade, ampliando as opções, aumentando a diversidade e o pluralismo cultural, acabando com o paternalismo do Estado em relação às pessoas - estas são algumas das formas pelas quais a desregulação tem sido “vendida” positivamente pelos seus partidários (HALL, 1997, p.36).

Entendemos da seguinte forma: “o movimento em direção às “forças libertadoras do livre mercado” e a estratégia de “privatização” tornaram-se a força motora de estratégias econômicas e culturais, tanto nacionais, quanto internacionais. Ou seja, para Bolsonaro o discurso sempre deveria partir da concepção neoliberal do Estado, usando como princípio a privatização e o moralismo.

Nessa centralidade da cultura, o *marketing* de produtos e ideias circulam socialmente (HALL, 1997), e nesse produto de ideias a principal marca de Bolsonaro era o *slogan*: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Esse modelo de produto funcionou como santinho que pulsava na mente de todos. Em torno disso giram as discussões sobre sua personalidade política. Sua imagem positiva para a comunidade conservadora era que Bolsonaro liberaria o porte de arma e acabaria com a corrupção. Em geral sua história na política nunca foi de grandes feitos.

Até o presente momento, propomos um apanhando de interpretações sobre o fenômeno Bolsonaro, sua postura frente as eleições, seus discursos sobre as minorias. A pergunta que deixamos aqui é: baseado nas eleições anteriores, onde os candidatos tinham como premissa o debate de seus projetos para o Brasil, como Bolsonaro, através de um discurso de ódio e conservador, tornou-se Presidente?

Para iniciarmos essa discussão tomamos de início a colocação de Hall (1997):

Mas poderia valer a pena pararmos aqui para nos perguntarmos por que importa o “governo da cultura”. Por que ele é de vital importância? Por que deveríamos nos preocupar com a forma como são regulados os meios de comunicação (rádio e TV) e suas instituições, com o que podemos ou não ver em nossas telas ou comprar nas prateleiras das livrarias; com a possibilidade ou não das culturas nacionais se protegerem contra a onda das redes globais de comunicação; e com a forma como a diversidade cultural deve ser negociada ou com os debates e as apreensões relacionadas à moralidade e aos padrões de conduta sexual? (HALL, 1997, p.39)

Quando Hall (1997) destaca ‘governo da cultura’, já poderíamos entender como dito anteriormente: Bolsonaro não chegou ao poder por acaso, ele foi um projeto construído pelas oligarquias de ocasião. A credibilidade do discurso depende do

lugar de fala: Bolsonaro construiu o seu a partir de uma base política conversadora (bancada do boi, da bala e da bíblia) e sustentado por um projeto neoliberal.

Considerações finais

Procuramos nesse texto problematizar um fenômeno social. Buscamos na literatura de Stuart Hall (1997) entender esse mecanismo através da cultura, como se constrói um 'mito' e de que forma os meios midiáticos influenciam nessa construção.

Buscamos problematizar essas questões e também apresentarmos através dos conceitos da psicologia política como ocorre essa mudança de comportamento na sociedade e as influências das elites políticas na formação dessa cultura. A utilização das narrativas durante as eleições de 2018 formaram e constituíram o eleitorado. As ideias de salvação se alicerçaram na velha política do bem contra o mal. O uso da tecnologia através dos inúmeros disparos de *fake news* se somaram para a vitória do fenômeno Bolsonaro.

Vimos que durante as eleições se usou muito do patriotismo verde e amarelo, demonizando a bandeira vermelha. Em outras palavras, a ordem e o progresso foi captada pelas elites políticas como mote de campanha, fazendo a população acreditar que somente um Messias poderia salvar o Brasil do comunismo. Procuramos nesse texto apresentar a questão da centralidade da cultura, através dessa construção midiática. Como colocaria Hall, a "crescente centralidade nos processos globais de formação e mudança, sua penetração na vida cotidiana e seu papel constitutivo e localizado na formação de identidade e subjetividades"(1997, p.43).↗

REFERÊNCIAS

A intolerância religiosa não é exclusividade de... Bandeira Negra Anarquismo/Facebook, 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/bandeiranegraanarquismo/photos/a.340892572969444/532871763771523/?type=3&theater>>. Acesso em 04/10/2020.

CARVALHO, J. M. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAMATTA, R. (2004). **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco.

_____. (1984). **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco.

GUARESCHI, Pedrinho. AMON, Denise. GUERRA, André (Orgs). **Psicologia, comunicação e pós-verdade** – Florianópolis: ABRAPSO, 2019.

_____. GUARESCHI, P. **As eleições presidenciais no Brasil em 2018: uma análise Histórico-Crítica**. pp 353-402

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. V.22, n.2 (1997) pp 16-46

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O discurso mediático**. Editora Presença. 1996

SANDOVAL, Salvador. **O Comportamento Político como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: A Reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social**, in Leôncio Camino, Louise Lhullier e Salvador Sandoval (orgs.), Estudos sobre Comportamento Político: Teoria e Pesquisa, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

SANTOS, Milton. **Encontro com Milton Santos: O mundo Global visto do lado de cá (2006)**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>. Acesso em 05/ de outubro de 2020.

SILVA, Alessandro Soares da & Corrêa, Felipe. Org. **No interstício das disciplinaridade: a psicologia política**. 1 ed. – Curitiba: Editora Prisma, 2015

_____. **A psicologia política: ser /estar nos interstícios das disciplinaridade**. pp 13-39

_____. MONTERO, Maritza. **Para que Psicologia Política?** 2015. pp41-64

SCHEYERL, Denise, SIQUEIRA Sávio. **O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 47(2): 375-391, Jul./Dez. 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/tla/v47n2/a07v47n2.pdf>> Acesso em 10/08/2020.

Trabalho remoto: um olhar dos servidores e servidoras do Instituto Federal Catarinense

POR DEIVIS ELTON S. FRAINER, FERNANDO JOSÉ BRAZ,
GUILHERME MIGLIORINI, HERLON IRAN ROSA, JOÃO VICTOR B. M. E SILVA,
MARINA LEAL, ROBERTA RAQUEL E SUELEN CRISTINE FRUPEAUX

Doutorando em Saúde Pública, professor do IFC, deivis.frainer@ifc.edu.br

Doutor em Ciência da Computação, professor do IFC, Fernando.braz@ifc.edu.br

*Pós-graduando em Gestão Pública, Técnico Admin. em Educação (TAE) do IFC,
migliorini.guilherme94@gmail.com*

Mestre em Biologia, TAE do IFC, herlon.rosa@ifc.edu.br

Mestre em Comunicação, Jornalista do SINASEFE Litoral, jvmouraesilva@gmail.com

Especialista em Ensino de Ciência, TAE do IFC, marina.leal@ifc.edu.br

Doutora em Geografia, professora do IFC, roberta.raquel@ifc.edu.br

Mestre em Educação, professora substituta do IFC, suelencristine@hotmail.com

RESUMO

O trabalho remoto foi instituído desde o início da pandemia de COVID-19, em portaria publicada em março de 2020 pelo Ministério da Educação – MEC. Grande parte dos Institutos Federais, assim como demais instituições de ensino da rede federal, substituíram as atividades presenciais por atividades à distância. A abrupta mudança fez emergir novos problemas a serem enfrentados, não obstante as centenas de milhares de mortes, a crise econômica, e impactos sociais ainda desconhecidos instituídos pela condição pandêmica. Diante disso, a Seção Sinasefe Litoral elaborou uma pesquisa com os servidores e servidoras do Instituto Federal Catarinense (IFC), a fim de conhecer a situação destes em meio a pandemia. A pesquisa objetivou conhecer desde as condições de trabalho dos e das servidoras até as condições de saúde física e mental. Participaram da pesquisa 146 servidores de distintos *campi* do IFC e seus dados preliminares estão condensados neste artigo, construído pelo Grupo de Trabalho Atividades Remotas da Seção Sindical.

Educação a Distância x Ensino Remoto x Trabalho Remoto

A primeira questão que se coloca a respeito do trabalho remoto e do ensino remoto está associada ao fetiche da tecnologia, pensar sobre sua neutralidade – ou melhor, sobre a sua não neutralidade, é reflexão fundamental para analisarmos o atual momento em que vivemos. Devemos considerar que tanto a produção tecnológica quanto seu uso são construídos a partir de relações sociais historicamente determinadas. Portanto, é preciso considerar os interesses políticos que recaem sobre o aparato técnico.

No campo da educação, esse processo se desenvolve desde a década de 90, com a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em que questões em torno da Educação a Distância (EaD) surgiram. De lá pra cá, o tema tem ocupado um grande espaço no conjunto das políticas educacionais. É exemplo disso

palavras chave:
trabalho remoto,
ensino remoto,
pandemia,
servidores.

a existência de espaços institucionais que prezam pela EaD, como a Secretaria da Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação – MEC.

Dessa forma, segundo Nascimento (2015), vai se consolidando o projeto capitalista de transformar a EaD em uma proposta de educação de massa, viabilizado pelas novas tecnologias de informação e de comunicação já incorporadas no processo produtivo. O autor ainda afirma:

Considerando a relação orgânica entre Estado e capital, ressalta-se que, no conjunto das políticas neoliberais, o primeiro usa o aparato tecnológico como um mecanismo ideológico, para implementar o ajuste estrutural imposto pelos organismos internacionais e o segundo o faz com a finalidade de recompor suas taxas de acumulação, garantir o controle do processo produtivo e explorar novos nichos de mercado, como é o caso da esfera educacional via EaD (NASCIMENTO, 2015, p. 114)

Decorre que esse discurso, na atual conjuntura pandêmica, vem ganhando força, tanto no âmbito das políticas públicas, que estão a serviço do capital, quanto na narrativa de algumas instituições educacionais.

Mas, afinal, o que é EaD?

A EaD, regulamentada pelo decreto 9057 de 2017, ocorre pela mediação didático pedagógica nos quais os processos de ensino e aprendizagem ocorrem com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

No entanto, sabe-se que o acesso a tais meios e tecnologias não são universais, portanto, o pressuposto constitucional de direito à educação não é garantindo, criando assim o primeiro e principal empecilho do processo de ensino e aprendizagem¹.

Ocorre que, por meio da Portaria 544/2020 do MEC, ficou autorizada a “substituição das disciplinas presenciais [...] por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” (BRASIL, 2020) por instituições integrantes do sistema federal de ensino até 31 de dezembro de 2020.

Assim sendo, é preciso deixar claro que a Rede Federal sequer está realizando EaD, mas o que se convencionou chamar ‘ensino remoto’, um arremedo com os mesmos pressupostos tecnocráticos. Sem adotarmos uma postura ludista ou anti-tecnológica, é preciso refletir sobre as condições por trás das tecnologias, seus interesses e seus ganhos. Alinhada a essa perspectiva é a reflexão da professora Olinda Evangelista:

O discurso que sustenta a necessidade das formas remotas de ensino na Educação Básica traz subjacente a ideia de que se os indivíduos “vulneráveis” ou muito “vulneráveis” não se mantiverem aprendendo durante a quarentena, suas condições desiguais não apenas se manterão, como se aprofundarão. A escola privada está na frente, bordão disseminado por alguns intelectuais, soa como chantagem e ameaça simultaneamente. O ensino remoto emerge, pois, como a caridosa varinha de condão que impediria um desastre maior que a própria morte: parar de aprender, ficar para trás e não poder enfrentar o futuro. Logra-se encobrir a separação entre escolarização e formação humana crítica, cujo distanciamento recrudescerá com a oferta de “criativas” estratégias remotas de ensino. (SOUZA e EVANGELISTA, 2020).

Associado a este modelo de ensino e como outro ponto nevrálgico desse processo está o trabalho remoto, entendido como uma modalidade de trabalho que necessita

1. Nesse sentido, ver PNAD Contínua - TIC, IBGE (2018). Disponível em: <https://bit.ly/3eYvYsM>

de acesso à internet, máquina de qualidade e espaço adequado para ser desenvolvido da casa de quem o realiza. O trabalho remoto, também conhecido como teletrabalho ou *home office*, mesmo no serviço público dialoga diretamente com os conceitos de *uberização* e *pejotização* desenvolvidos por Ricardo Antunes (2018). O autor não considera trabalhar remotamente por si só uma forma de precarização, mas alerta que esse processo abre uma fresta enorme para um trabalho que seja também terceirizado e sem os direitos trabalhistas historicamente consolidados garantidos.

O isolamento social imposto pela pandemia de covid-19 completa a conjuntura de uma “nova” morfologia do ambiente de trabalho. Juntos, estes fatores causam um forte impacto sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora, já abalada pelos constantes ataques contra o serviço público, que operam como uma verdadeira tortura psicológica aos servidores públicos federais.

Para refletir esse contexto, a Seção Litoral do SINASEFE estabeleceu um Grupo de Trabalho sobre Atividades Remotas no IFC. O GT, por sua vez, organizou uma pesquisa de opinião com os servidores do Instituto, a fim de conhecer a experiência de trabalho remoto vivenciada por eles, sua condição de saúde física e mental.

Perfil dos sujeitos da pesquisa

Ao todo, 146 servidores responderam a pesquisa, que contava com perguntas de múltipla escolha e questões abertas. 54,8% dos participantes é técnico-administrativo em educação (TAE) no Instituto e os outros 45,2% é formada por docentes. 52,7% identificaram-se com o gênero feminino e 47,3% com o gênero masculino. 78,1% é filiado a alguma Seção Sindical do IFC e 21,9% declarou-se como não filiado a nenhuma delas². 78,1% é também a porcentagem de pesquisados realizando apenas atividades remotas quando responderam o questionário. 21,2% declararam estar em regime ‘híbrido’, comparecendo ao trabalho presencialmente em algumas ocasiões. Apenas 0,7% afirmou estar em regime plenamente presencial.

Declararam que são mães, pais ou responsáveis pela guarda de crianças ou adolescentes 48,6%, como mostra o gráfico 1.

Em relação à faixa etária, a maioria dos participantes da pesquisa declarou ter idade de até 49 anos como mostra o gráfico abaixo, sendo que apenas 17,8% têm acima de 50 anos.

Entre os servidores que responderam 70% declararam não fazer parte do grupo de risco. No entanto, um pouco mais da metade afirmou que mantêm contato direto com pessoas que fazem parte do grupo de risco. Salientamos ainda que apenas 0,7% declarou que realizou teste.

O tempo em tempos de trabalho remoto

O trabalho remoto tem se mostrado um grande desafio para os trabalhadores e trabalhadoras das instituições de ensino, seja pela falta de estrutura, dificuldade de acesso à tecnologia, dificuldade de acompanhar as atividades dos estudantes, aumento da carga de trabalho, incongruência nas formas de controle, dentre outros fatores.

2. A pesquisa permitia a participação da totalidade dos servidores do IFC, incluindo aqueles de *campi* que não são representados pela Seção Litoral. No total, são cinco Seções representadas dos trabalhadores do IFC – as Seções Concórdia, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e Videira, além da Seção Litoral.

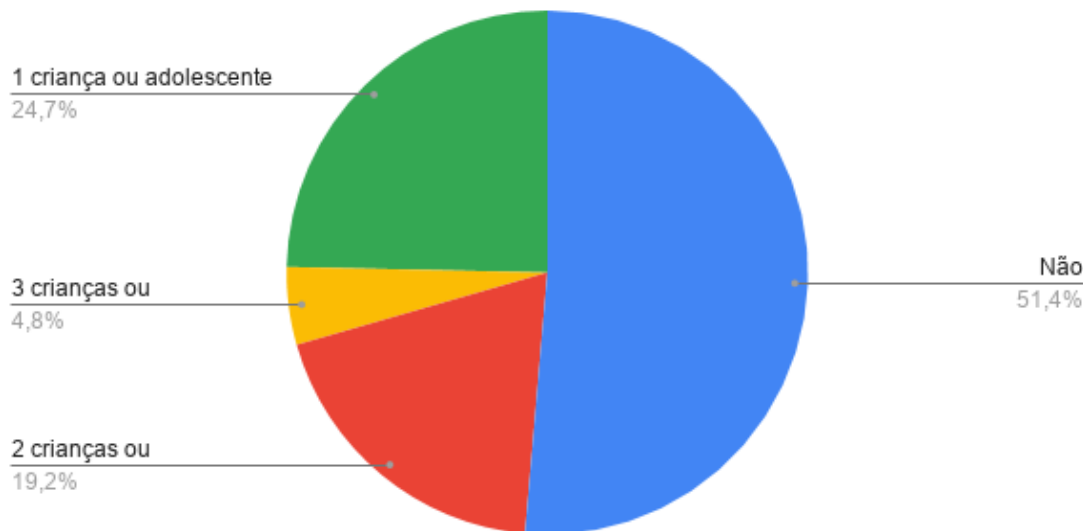


Gráfico 1 - Número de filhos por responsáveis | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

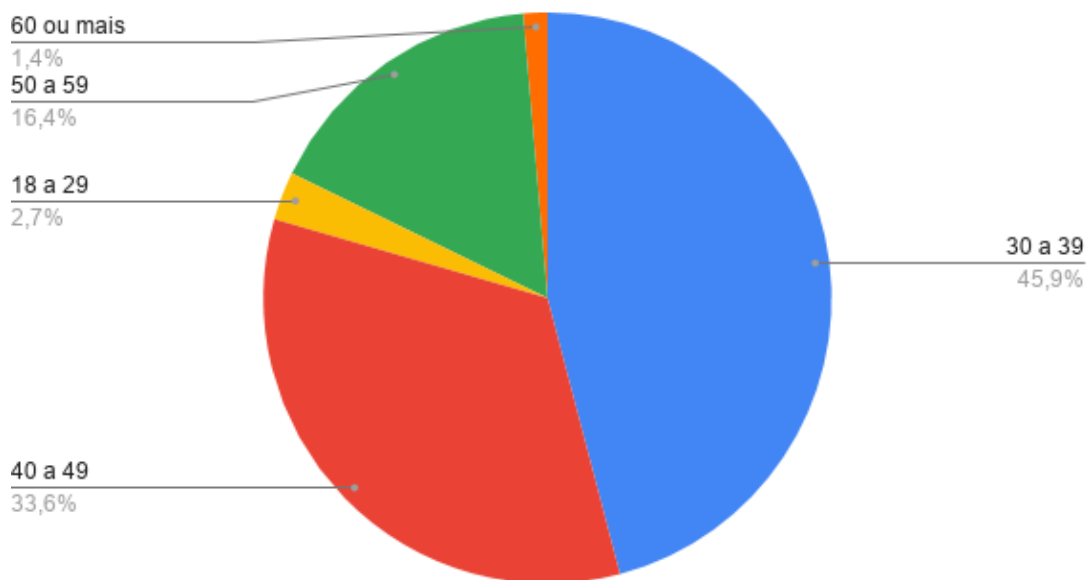


Gráfico 2 - Faixa Etária dos Servidores | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

Tendo em vista a natureza de trabalho de cada servidor, nem todos estão em trabalho integralmente de forma remota, parte o realiza de forma híbrida, ou seja, trabalho presencial e remoto. Para essa parcela de servidores, em sua grande maioria composta por técnicos administrativos, 56,3% apontam que a demanda de trabalho aumentou durante o período de Pandemia, como mostra o gráfico 3.

Em relação ao tempo dispendido para a realização das demandas de trabalho, 28% dos servidores que estão sob regime híbrido afirmaram que gastam mais tempo para cumprir a demanda.

Quando analisamos os servidores que atuam integralmente de forma remota – em sua grande maioria docentes, identificamos que esse número é ainda maior: 64%

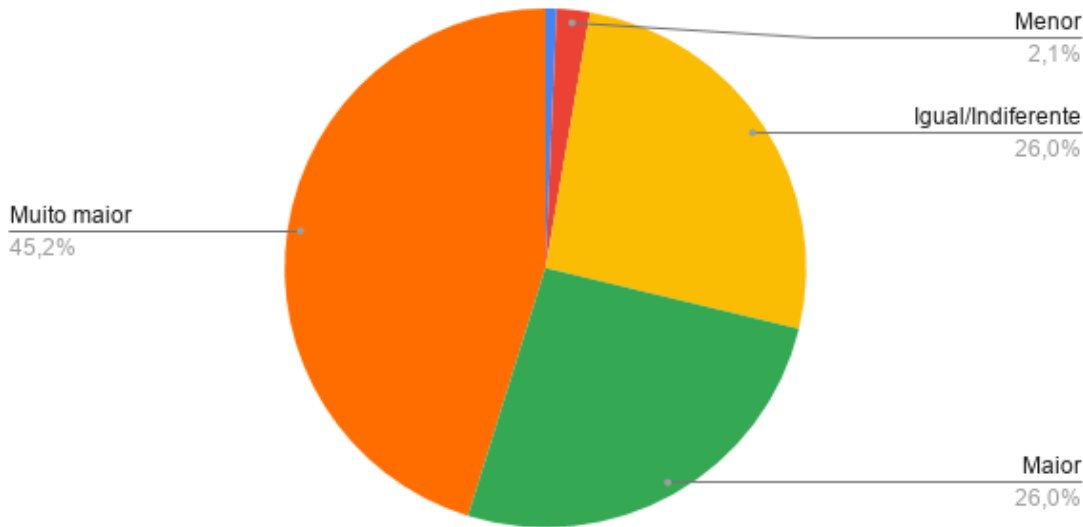


Gráfico 3 - Demanda de trabalho durante o período de Pandemia | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

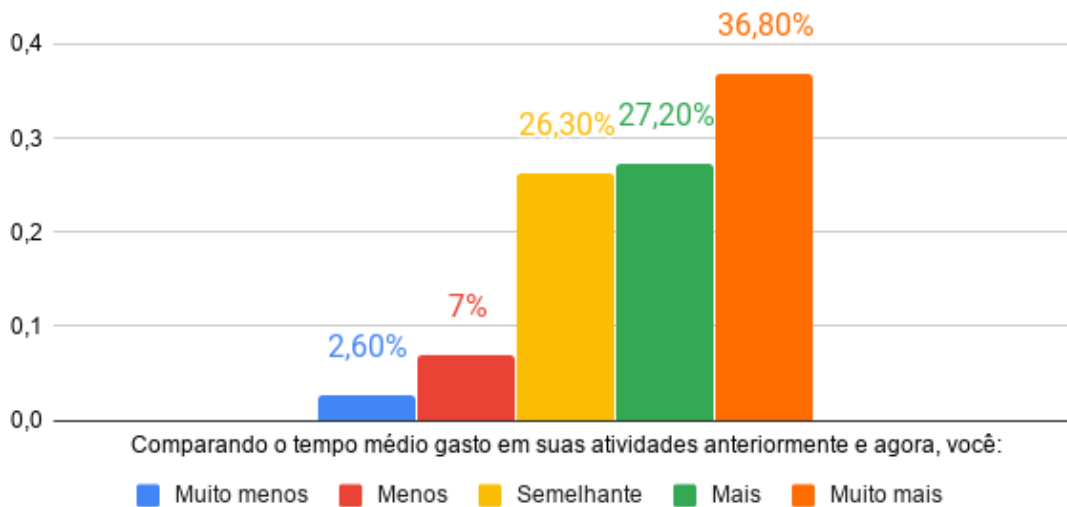


Gráfico 4 - Comparação do tempo médio gasto nas atividades durante a Pandemia | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

declararam que gastam ‘mais tempo’ ou ‘muito mais tempo’, para desenvolver suas atividades quando comparado ao trabalho presencial que prestavam anteriormente.

Embora a demanda de trabalho seja, teoricamente, a mesma, o tempo gasto com o trabalho remoto tem sido um grande problema para os docentes por envolver também o tempo de aprendizagem com os novos recursos tecnológicos deste período, o que tem sugado as energias desses servidores. O depoimento na questão aberta a comentários ao final da pesquisa descreve essa exaustão:

‘Embora as horas de trabalho efetivo tenham diminuído, devido às demandas domiciliares, o esforço que essas atividades de trabalho demandam parece muito maior, acarretando maior cansaço e esgotamento psicofísico. As reuniões via *web* são extremamente cansativas, duas horas de reunião parecem consumir a energia de 6 ou 8 horas de trabalho’ (Servidor 1).

Agregado a isso é possível perceber também entre docentes a preocupação com a liberdade de cátedra e a insegurança com direito de imagem. Assim como demonstra o depoimento seguinte:

Há diversas críticas ao trabalho remoto, principalmente a questão de estarmos quase obrigados a realizar videoaulas sem nenhuma segurança de uso de tecnologia e de direitos autorais, podendo os audiovisuais serem utilizados contra nós por extremistas como a escola sem partido e alunos também podem cair em golpes cibernéticos. (Servidor 2)

Essa obrigatoriedade de deveres deve vir acompanhada de uma obrigatoriedade de direitos, mas em nenhum momento o IFC colocou em debate essa questão. E isso tem gerado angústia entre os docentes, além da preocupação com a efetividade do ensino remoto.

O tempo estabelecido pela pandemia mudou não apenas nossa percepção sobre ele. *Gastamos tempo inclusive para aprender a viver com os novos tempos*, estabelecemos novas estratégias cotidianas a fim de conciliar todas as atividades que precisamos executar: casa, filhos, relatórios, aulas, projetos...

Este período anuviou a separação entre dias de semana e os finais de semana. Aquilo que não conseguimos terminar durante o dia, fazemos durante a noite. A capacidade para nos concentrarmos, diante de tanta informação que nos rodeia e em ambientes pouco estruturados para o trabalho resulta em mais tempo para conclusão das tarefas.

Trabalho remoto x Trabalho doméstico

Ainda que o gasto de horas com deslocamentos entre a casa e o ambiente de trabalho tenha diminuído, o tempo dedicado às atividades domésticas cresceu, especialmente no caso de servidores mães e pais. Embora não remunerado, o trabalho doméstico é parte fundamental para a reprodução da vida. Com o trabalho remoto, as atribuições domésticas e laborais se misturam, capturando o tempo das e dos servidores, como corrobora o depoimento a seguir:

‘Os horários de trabalho precisam ser respeitados, demandas surgem à noite, de madrugada, em finais de semana, tanto por *e-mail* quanto por mensagens no *WhatsApp*. Houve invasão dos espaços privados em casa pelo trabalho, não há tempo e espaço de separação entre a vida em família e o trabalho’ (Servidor 3).

Dos servidores pesquisados, mais de 50% afirmaram terem *muita* dificuldade para conciliar o trabalho remoto e o trabalho doméstico. Entre as principais atividades domésticas desenvolvidas cotidianamente pelos servidores estão: o preparo de refeições; limpeza e arrumação da casa; lavar e passar roupas; cuidado com filhos; cuidados com idosos.

Os servidores que são pais e mães são os que menos conseguem essa conciliação, já que além das atribuições rotineiras precisam auxiliar filhos e filhas nas tarefas escolares, tendo em vista que as crianças e adolescentes também estão em atividades remotas.

Historicamente, o trabalho doméstico não remunerado está relacionado ao trabalho reprodutivo e recai de forma desigual sobre as mulheres. Ainda que, quanto a capa-

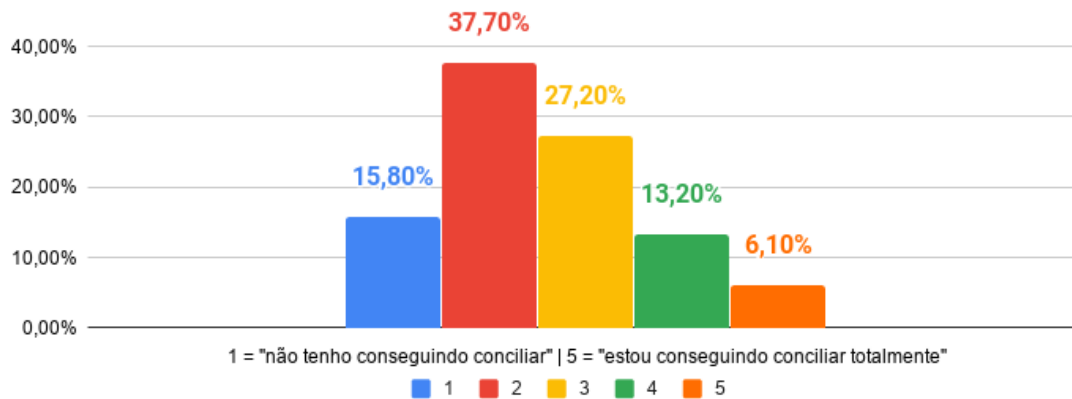


Gráfico 5 - Conciliação entre trabalho remoto e rotinas domésticas | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

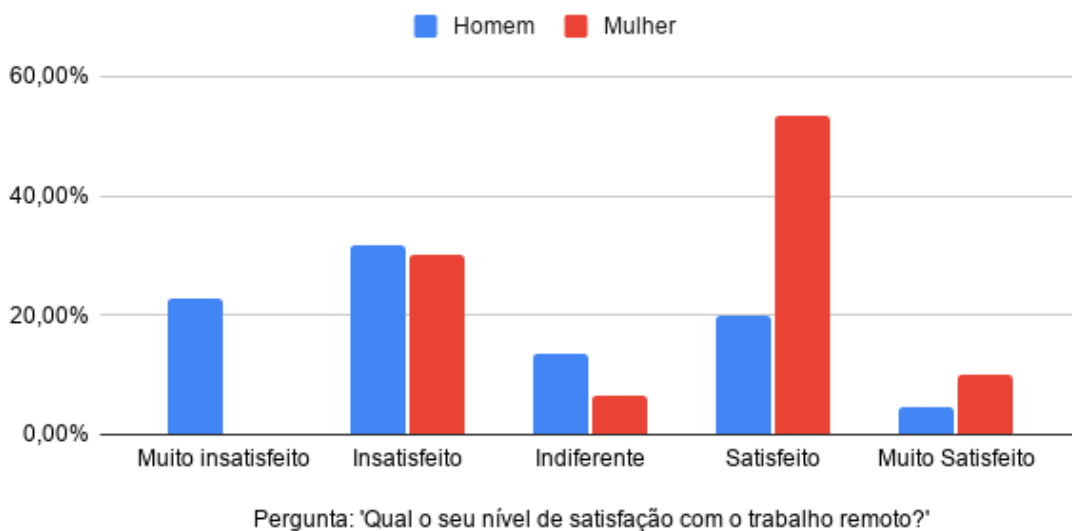


Gráfico 6 - Satisfação com o trabalho remoto | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

cidade de conciliação das atividades domésticas com a rotina do trabalho, os dados da pesquisa indiquem médias muito parecidas entre homens e mulheres, é no nível de satisfação com esse processo que se impõem as diferenças de gênero.

Tendo feito o recorte para servidores apenas em trabalho remoto com filhos, o gráfico 6 mostra que as servidoras mães declararam estar mais satisfeitas com o trabalho remoto do que os servidores pais. Nossa hipótese é que esse nível distinto de satisfação se explique no comprometimento maior das mulheres diante das tarefas domésticas muito antes da pandemia. Ainda que sobrecarregadas pelo período, portanto, elas já estavam "habituidas" com a prática de dupla ou tripla jornada. Diferentemente, os servidores pais declararam estar menos satisfeitos com essa nova necessidade de conciliar o trabalho remoto com o trabalho doméstico.

A pesquisa identificou ainda que, dentre os servidores que declararam cuidar de idosos, 70% são mulheres. O que corroboram os dados e pesquisas históricos que indicam que, dentro dos núcleos familiares, são usualmente as mulheres as responsáveis pelos cuidados com os idosos.

‘No trabalho remoto tenho conciliado com o cuidado da casa e do filho mantendo a mesma produtividade, porém de forma diferente do presencial. Pois o trabalho de agora é feito com muitas interrupções, então alguns dias produzo pouco e outros mais e o saldo compensa. Além disso, também é feito concentrado em menos horas que antes. Por isso, sugiro o relatório por atividades do mês e não diário para todos. Além disso, não é possível seguir o horário comercial de trabalho, realizo o trabalho às vezes de madrugada, de noite em horários alternativos, sem problemas. Já quando há *webs* [*webconferências*] onde é preciso conduzir, é muito complicado, recomendo que seja sempre feito em duplas a condução. Reforço que quem tem filhos ou idosos para cuidar não deve ter tratamento diferenciado, mas que a forma de trabalho remota seja pensada de modo a contemplar todos, pois ao diferenciar estigmatizamos uma parcela’ (Servidor 4).

A fala acima representa bem os problemas enfrentados pelos servidores, principalmente aquelas e aqueles que tem sobre sua responsabilidade o cuidado com crianças e adolescentes. Muitos afirmam que conseguem conciliar o trabalho remoto e o trabalho doméstico, mas em grande medida às custas da própria saúde e bem-estar. Sabe-se que o sono é um estado vital, portanto, tê-lo privado, ou passar madrugadas trabalhando a fim de conseguir finalizar tarefas, pode comprometer a própria qualidade de vida.

Ademais, o depoimento evidencia os problemas relacionados com o controle sobre as atividades remotas desenvolvidas pelos servidores. Os relatórios exigidos não condizem com a realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do IFC. Estabelecer regras de controle de forma universal desconsideram particularidades e subjetividades dos sujeitos. O seguinte relato evidencia que a produtividade exigida contradiz com o momento que vivenciamos:

‘O distanciamento dos colegas de trabalho também acarreta um sentimento de solidão, muitas vezes. As expectativas de produtividade não atingidas lançam num sentimento de frustração. Aliado a isso, esse contexto de pandemia e da situação política nacional que são extremamente angustiantes’ (Servidor 5).

Essas frustrações e angústias são sentidas e registradas nos corpos. É preciso suprimir a ideia dicotômica entre corpo e mente, os corpos são manifestações do sentir. O corpo reage, o corpo fala.

Quando o corpo fala

A atual forma de trabalho adotada pelas instituições de ensino, alinhada à difícil realidade imposta pela pandemia e o distanciamento social, tem intensificado os efeitos danosos sobre a saúde física e mental dos servidores.

Embora os servidores apresentem níveis semelhantes de satisfação e insatisfação com o trabalho remoto – 43,9% e 44,8%, respectivamente, é possível identificar um forte impacto sobre o bem-estar e a saúde dos pesquisados: mais de 80% relataram sofrer uma ou mais alterações em suas condições físicas e emocionais.

Tal dado demonstra que o trabalho remoto tem causado uma série de danos sobre os corpos de trabalhadores e trabalhadoras. Os motivos são variados: horas de trabalho a mais, equipamentos (como cadeiras e mesas) inadequados, ambientes pouco apropriados, tempo excessivo em frente a computadores e telas, pressão por

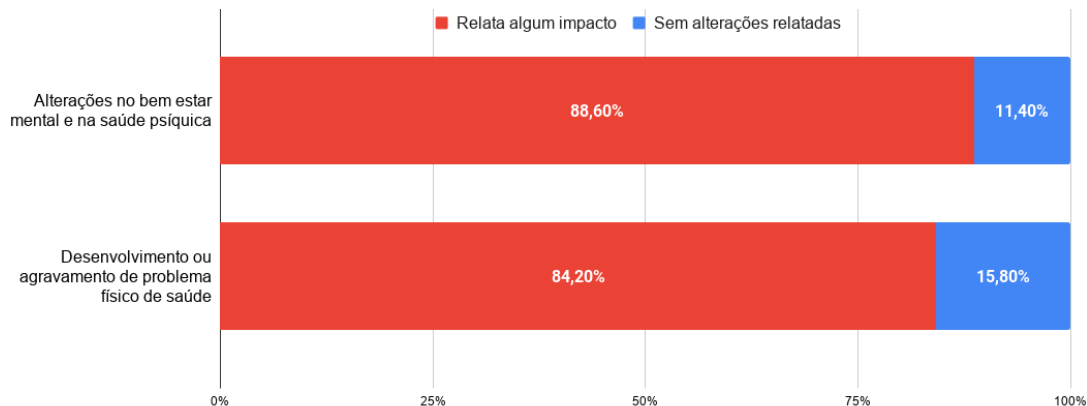
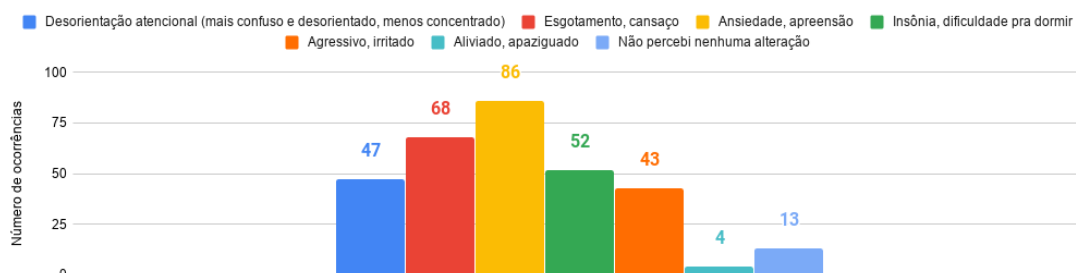


Gráfico 7 - Impactos do trabalho remoto na saúde e bem-estar | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

produtividade, cobranças e controles excessivos, frustrações e, certamente, medo pelo desconhecido. Os gráficos 8 e 9 expõem os principais problemas enfrentados.

O gráfico 8 indica 86 ocorrências de ansiedade e apreensão entre os servidores e outras 46 de esgotamento e cansaço. Já o gráfico 9 mostra que dores na coluna e aumento de peso são as ocorrências mais relatadas³, seguidos de dores de cabeça e musculares e dores nos punhos, cotovelos e ombros. Índícios da ausência de atividades físicas e da constância de longos períodos sentados à frente do computador em



Questão: Percebeu alterações no seu bem estar mental e na saúde psíquica durante o período de trabalho remoto? Quais?

Gráfico 8 - Relação entre bem-estar e trabalho remoto | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

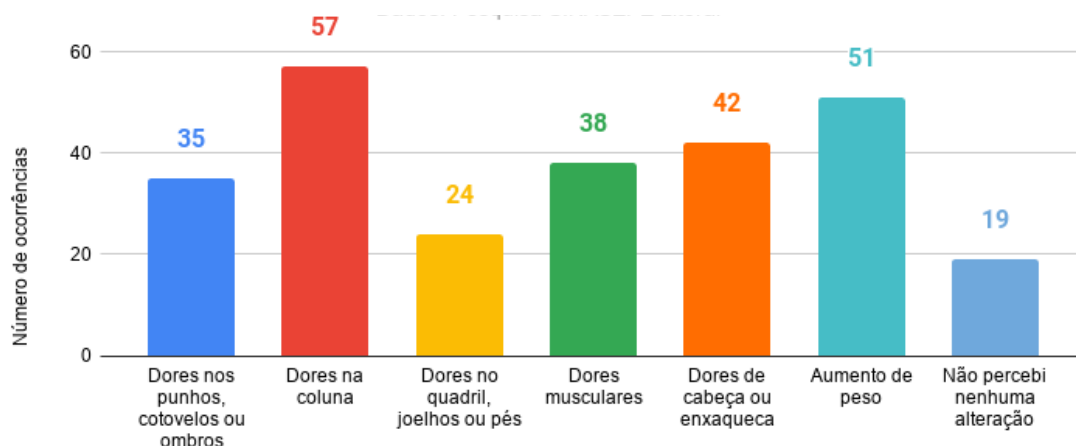


Gráfico 9 - Relação entre saúde e trabalho remoto | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

3. As questões sobre saúde e bem-estar permitiam assinalar mais de uma opção, ou seja, os servidores podiam apontar um ou mais problemas enfrentados no cotidiano do trabalho remoto.

equipamentos e espaços inadequados. Os relatos dos servidores 6 e 7 evidenciam essa situação:

‘Um ponto estressante é não ter um local adequado para trabalhar, no momento uso a mesa de jantar, que ninguém consegue mais usar, devido à papelada, *note-book* etc. [... sinto] dores no corpo por não ter um local bom para sentar, ombros, cotovelos, etc.’ (Servidor 6).

‘Seria interessante prover meios de trabalho remoto aos servidores. Minha internet é ruim, preciso trabalhar no sofá pra não piorar minha síndrome do túnel do carpo, não tenho iluminação ideal, recebo mensagens em tempo integral (manhã, tarde, noite), não tenho seguido os intervalos corretamente por ansiedade de terminar todo o trabalho a tempo’(Servidor 7).

A necessidade de adaptação não se deu apenas no campo da (re)organização da rotina dos lares, mas também na própria estrutura das casas, com muitos dos servidores pesquisados relatando a aquisição ou melhoria de equipamentos tendo em vista seus trabalhos. O relato abaixo traz à tona essa realidade:

‘Em casa não tenho muito recurso para desempenhar com eficiência o trabalho remoto (tive que adquirir equipamento de informática) e não houve da administração muita importância em disponibilizar condições adequadas e nem informações sobre as atividades, tudo teve que partir de minha própria vontade e determinação’ (Servidor 8).

De acordo com a pesquisa, 38,6% dos lares pesquisados atendiam parcialmente as necessidades de equipamentos de informática e acesso à rede de internet. Outros 7% declararam não ter nenhuma estrutura para o trabalho em casa.

Os gráficos mostram ainda que os espaços para o trabalho são um desafio ainda maior para os servidores. Apenas 25,5% deles declarou possuir em casa um espaço completamente adequado para o trabalho. 3 em cada 4, portanto, não tem um espaço silencioso, ergonômico e climatizado para realizarem suas atividades.

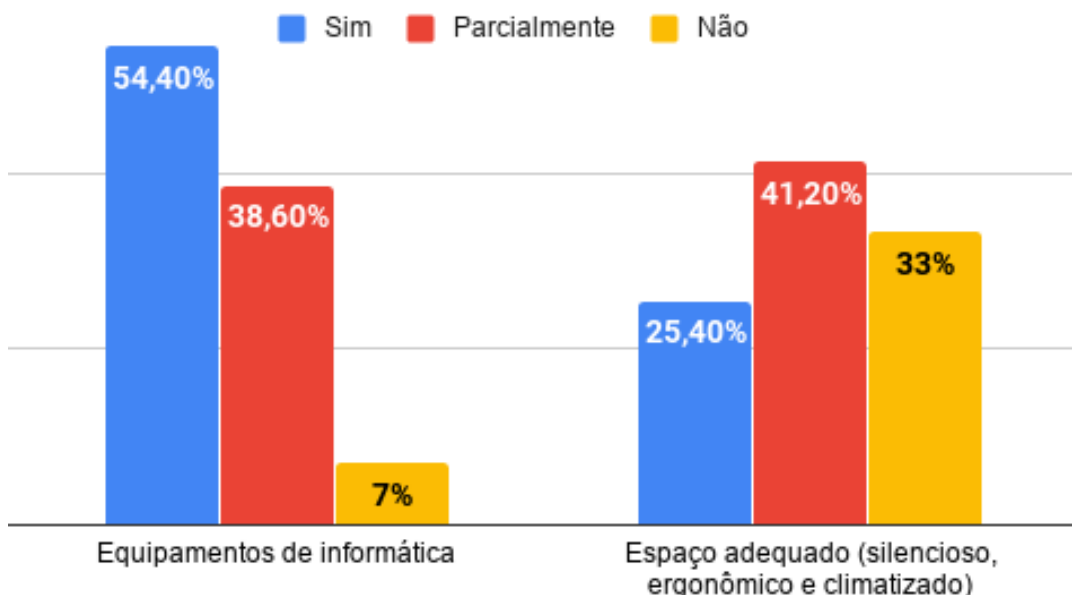


Gráfico 10 - Infraestrutura para o trabalho remoto | Fonte: Pesquisa 'O trabalho no IFC em tempos de pandemia' (GT Atividades Remotas/SINASEFE Litoral)

A necessidade de distanciamento social é parte do problema que afeta a saúde das e dos servidores do IFC, mas as condições de trabalho potencializam tais problemas. Nesse sentido, torna-se necessário fornecer um suporte institucional para atender aquelas e aqueles que vêm sofrendo com esse processo.

Considerações finais

Os descaminhos que temos trilhado durante o período de Pandemia não parecem ser os mais adequados. Ainda que seja uma situação nova para todos, as escolhas que a gestão do IFC tomou baseou-se em pouco - ou quase nenhum, debate e análise. O que se comprova com o trabalho remoto ter se iniciado apenas uma semana após o cancelamento das aulas presenciais.

Após estes meses de trabalho remoto, é possível perceber uma série de iniciativas, por parte da instituição, a fim de tentar incluir os estudantes nas atividades e minimizar os problemas que o ensino remoto provoca, mas nenhuma delas tem sido capaz de realizar uma inclusão verdadeiramente universal.

Essa conjuntura recai sobre as condições de trabalho e impacta diretamente na qualidade de vida dos docentes, que têm tentado, de muitas formas, se aproximar do processo de ensino-aprendizagem ao custo de noites adentro de trabalho, de atendimento a inúmeros chamados de estudantes via *WhatsApp*, a exposição de suas imagens e com sua liberdade de cátedra muitas vezes ameaçada.

No caso dos TAEs há ainda aqueles que, devido à natureza de seus trabalhos, precisam realizar suas atividades de forma híbrida. Sobre eles recai o medo e os perigos da contaminação – embora todos os cuidados sejam tomados no ambiente de trabalho para evitá-la, além da necessidade de adaptação às novas exigências tecnológicas e de controle do trabalho desenvolvido.

A forma de controle do trabalho remoto por parte da instituição é uma das angústias dos servidores. Os dados recolhidos mostram que o grau de satisfação dos servidores com a forma de controle sobre seus trabalhos é menor do que com o próprio trabalho dentro destas condições. Muitas vezes, os modelos de relatórios que comprovam o trabalho nestes novos termos não correspondem à realidade vivida pelos e pelas trabalhadoras. As horas gastas para apreender novas tecnologias, o desgaste físico e emocional do trabalho neste momento, a disponibilidade em horários muito distintos daqueles do cotidiano pré-pandemia se perdem nas contas frias dos relatórios.

O *tempo* é outro, os tempos são outros. Não podemos, em meio à crise epidemiológica, cair no conto da inovação e do produtivismo para justificar uma modalidade de ensino que não vem se mostrando inclusiva e que está, sobretudo, a serviço de uma lógica neoliberal da compreensão da educação e do trabalho. Dessa forma, esse primeiro exercício de diagnóstico do trabalho remoto no âmbito do IFC se mostra fundamental como um ponto de partida para que, de forma coletiva, possamos construir uma proposta de educação popular e emancipatória. ↗

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria** nº 544, de 16 de junho de 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. In: MOTTA, Vânia C. da; PEREIRA, Larissa D. (Org.). Política educacional, docência e serviço social: para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NASCIMENTO, Alberico Francisco. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 65, p.113-127, out, 2015.

SOUZA, A. G.; EVANGELISTA, O. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. Contrapoder, 2020. Disponível em <<https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>>. Acesso em 13/10/2020.

Movimentos sociais da atualidade, Capital, Escolarização do Negro e Participação no Mercado de Trabalho

POR JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA RIBEIRO E ARLETE RAMOS DOS SANTOS

Especialização em andamento em Gestão da Inovação no Setor Público - UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Especialista no Ensino de Geografia - FACE (Faculdade de Ciências Educacionais). Professor da rede pública de Poções (BA), carlosoliveira80@yahoo.com.br

Pós-doutora em Educação e Movimentos Sociais do Campo pela UNESP, Docente da UESB, arlerp@hotmail.com

RESUMO

Os movimentos sociais de luta por terra no Brasil começaram a surgir na década de 1960, justamente para pressionar o governo federal na agilização dos projetos de reforma agrária no país, sobretudo para redistribuição das terras, uma vez que já era percebido que no Brasil a estrutura fundiária tinha causado ao longo do tempo muitos problemas sociais devido à má distribuição das terras. Assim, o trabalho de pesquisa usa o exemplo do Extremo Sul da Bahia para revelar que após muitas lutas de movimentos sociais em busca da tão sonhada terra, entra em cena um consenso entre empresas capitalistas do agronegócio, políticos eleitos no governo petista e muitos líderes dos movimentos sociais para fazerem parte do governo. Dessa forma, os movimentos ficaram numa certa inércia, uma vez que os líderes compoendo cargos públicos dentro das estruturas de governos ficaram aliados a estes políticos. Tratando também de uma discussão histórica sobre as questões do povo negro e sua participação no mercado de trabalho e dos empecilhos traçados desde o período do Brasil colônia e a escravidão dos mesmos, a discriminação racial e a exclusão desses povos dos espaços públicos como escola, igreja e repartições públicas, o artigo traz uma discussão da inclusão dos negros a partir da implementação de políticas públicas no país.

Introdução

A má distribuição de terra no Brasil ocorre desde o início da colonização das terras no século XVI, quando foi feita a distribuição das sesmarias às pessoas ligadas à Coroa portuguesa. A partir daí começava a distribuição desigual, pois muitos ficaram de fora, como os negros vindos de maneira cativa da África.

A forma que os povos negros foram introduzidos no Brasil, sem dúvida que isto ia de certa forma causar sequelas enormes, prejudicando o desenvolvimento dessas pessoas em nível de igualdade com povos brancos, motivos pelos quais projetaram-se nessa parte do povo brasileiro desigualdades sociais gritantes, pois foram ao longo do processo de colonização do país e expansão do capital sendo inicialmente escravizados e, quando foram “libertos” não tiveram nenhum amparo por parte do Estado, sempre foram discriminados por serem da raça negra.

Porém, a partir da década de 1990 começa as discussões sobre políticas públicas para os povos negros no Brasil e somente a partir dos anos 2000 a 2010 efetiva-

palavras chave:

movimentos

sociais,

política,

reforma agrária.

mente algumas políticas públicas se materializaram de forma concreta. Como, por exemplo, as políticas de cotas para negro nas universidades públicas, bolsas para os negros ofertadas nas instituições particulares e algumas organizações voltadas para assistência aos negros.

Mesmo a partir das políticas públicas para os povos negros, ainda é bastante perceptível as desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil, mas esperamos que com estas políticas públicas uma parte dessa desigualdade entre brancos e negros possa diminuir, principalmente o preconceito racial.

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, com suas ações iniciadas a partir da década de 1960, revelavam a grande importância de pressionar o governo federal para agilizar os projetos de reforma agrária, uma vez que a falta de terras para o trabalhador do campo cultivar à lavoura tem causado muitos problemas sociais como, por exemplo, conflitos entre trabalhadores camponeses e fazendeiros, fazendeiros e povos indígenas, capitalistas e trabalhadores camponeses, etc.

Dessa forma, os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil tiveram de certa forma bastante espaço para expandir suas lutas, pois no país existem milhares de famílias que pretendem por meio da luta conseguir um lote de terra para trabalhar. Porém no Extremo Sul da Bahia, os movimentos sociais de luta por terra tomaram outras vertentes, como descreve Santos (2016) em seu livro *Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica no campo*, que trata das questões dos movimentos sociais de luta por terra e do consenso entre líderes dos movimentos sociais com empresas capitalistas do agronegócio e a participação destes líderes nos governos petistas, consolidando assim o que a autora denomina de consenso político ideológico que, na visão crítica da autora, colidiu com o enfraquecimento dos movimentos sociais no Extremo Sul da Bahia, o que se observa não somente na região citada, mas em todo o país a partir dos governos petistas.

Movimentos Sociais da Atualidade, Campesinato e Capital

Os assentamentos rurais no Brasil representam a materialidade das lutas realizadas pelos trabalhadores sem-terra devido a não distribuição das terras para os mesmos e, sobretudo, os pequenos agricultores que por algum motivo perderam suas terras para os grandes latifundiários ou porque nunca foram proprietários, mas que sempre almejavam conseguir a posse ou lote de terra no sentido de produzir alimentos para a subsistência da família (RIBEIRO, 2010 p. 12).

Ao longo da história do Brasil, os trabalhadores rurais sempre foram alvo da exploração por parte dos grandes latifundiários. Esses trabalhadores passaram por um processo de expropriação para se chegar ao estágio atual. Inicialmente foram escravizados, porém houve momentos em que lutaram para fugir da situação precária em que viviam.

Em primeira instância os trabalhadores escravizados, para fugirem da exploração que eram submetidos, procuravam formar os “quilombos”, lugares bem distantes das propriedades dos senhores, que representavam os territórios da vida e do trabalho e em que se podia ter um pouco de liberdade.

No processo de expropriação dos camponeses, por outro lado, emerge na produção do espaço do meio rural as marcas de um povo que se organiza para permanecer na terra através das lutas e dos desafios. Assim, vai resistindo diante do capitalismo a agricultura camponesa em busca de uma produção de subsistência para atender as necessidades alimentares da família.

Apesar das lutas e conflitos para que os camponeses consigam uma posse ou lote de terra, aqueles que já conseguiram vivem em péssimas condições de vida e a produção agrícola é ainda bastante deficiente na maior parte dessas unidades de produção, pois dependem muito das políticas públicas do governo no sentido de implementar ações que possam garantir a “produtividade” nos assentamentos.

Dessa forma, a estratégia que os camponeses recorrem para conseguir demonstrar suas insatisfações são as manifestações em frente aos palácios dos governos, reivindicando dos mesmos os recursos para o atendimento das necessidades das famílias assentadas, uma realidade na luta dos trabalhadores que querem retirar da terra o seu próprio sustento (Ribeiro, 2010 p. 12).

A vida do camponês em resistência ao capitalismo é sempre marcada por lutas e conflitos, pois a distribuição das terras continua desigual e a questão fundiária do país segue um grave problema social.

O campesinato no Brasil se formou com diferenças quando comparado com o campesinato de outras partes do mundo, como na Europa, em que sua origem é de pequenos proprietários de terra que foram expulsos de suas pequenas propriedades devido a expansão do capitalismo. No Brasil, existe o camponês que não tem terra e muitos trabalham como meeiros cultivando a terra dos proprietários fundiários, pagando com produtos ou dinheiro o uso da área cultivada, conforme apontou Andrade (1986, p. 33). Considerando as diversas leituras feitas sobre o campesinato, realizadas em outras sociedades do mundo, Souza (2008) destaca que:

Considerando o debate travado por Marx, em relação ao capital, retomamos aqui a discussão sobre o campesinato enquanto classe social que existe e resiste no campo, em diversas partes do mundo, como aprovam os estudos de vários autores, dentre os quais Teodor Shanin e Henri Mendras. Nessa discussão cabe pensar o que significa ser camponês e o que difere este sujeito social, no tempo e no espaço, da classe dos trabalhadores assalariados, ou mesmo dos proprietários fundiários, segundo a análise sobre classes sociais desenvolvida por Marx. (p.1).

Assim, os camponeses vêm ao longo da expansão do capital se constituindo enquanto classe de forma contraditória e subjetivamente resistindo as imposições do capital e construindo seu meio de sobrevivência, sem se sujeitar o capital de produção.

Quando referimos o termo subjetividade é pelo fato dos camponeses estarem inseridos numa classe na qual eles foram sujeitados devidos às imposições do capital, de onde vem resistindo e criando e recriando enquanto classe de resistência assim como quando os negros eram escravizados e para se libertarem fugiam para os quilombos.

Como se percebe, o campesinato no Brasil surge a partir de pessoas que não tinha posse de terra e si, para conseguir primeiro era organizada uma ocupação, na época dos quilombos eram áreas de terras consideradas devolutas – terras sem dono. Dessa forma, eles faziam o usucapião da terra, e atualmente muitas dessas áreas já

foram reconhecidas e documentadas, como por exemplo a comunidade da Lagoa do João no município de Poções na região do Sudoeste da Bahia.

Para tanto, se faz indispensável retomar as abordagens sobre o campesinato, enfatizando as que defendem o seu desaparecimento, com base nas análises iniciais de Marx, o que é resgatado por Lênin e, ao mesmo tempo, estabelecer o contraponto com outras análises, como a desenvolvida pelo russo Alexander Chayanov, até chegar aos estudos mais recentes desenvolvidos por Teodor Shanin, Henri Mendras e outros; bem com os reflexos destes estudos sobre o campesinato, a partir da sua efetiva participação (não apenas em termos de quantidade de população, mas também no que se refere ao papel político desempenhado) nas diversas sociedades latino-americanas e no Brasil especificamente, objeto de estudo de vários pesquisadores em Ciências Sociais, dos quais cabe-nos rememorar José de Souza Martins, Alexandrina Luz Conceição, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez M. Marques e outros (Souza 2008. p.1).

De acordo com a autora, nas diversas análises realizadas sobre o campesinato, em diferentes momentos históricos e lugares dos mais variados, é mister destacar concepções de mundo diferenciadas e que apontam, muitas vezes, para perspectivas opostas, nas mais conhecidas teorias desenvolvidas.

Assim, considera-se que, o capitalismo vem reproduzindo de forma contraditória, ao longo de sua existência, uma classe de trabalhadores que enfrentando todas as dificuldades procuram resistir ao sistema capitalista de produção – são os camponeses. Segundo Martins (1986) essa é uma palavra nova no vocabulário brasileiro:

As palavras “camponesas” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta [...] (p.21).

De acordo com Fernandes (2002, p.50) a organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Os seres humanos para se sentirem mais fortes politicamente e serem ouvidos e atendidas suas reivindicações pelos governantes começaram a se organizar em grupos, assim passou a se potencializar suas forças e formar movimentos com ideais a fim de lutar por diversas questões, lutando por questões que contemplassem a todos aqueles que compartilhem da ideologia formada pela grande maioria.

Dessa maneira, os movimentos sociais cresceram e repercutiram em vários países, primeiro na Europa no século XVIII e mais tarde nos outros países como, por exemplo, na América do Sul, onde existe uma grande insatisfação por parte dos trabalhadores rurais que precisam da terra para tirar dela o seu sustento. São pessoas que querem terra para cultivar, principalmente, pequenas lavouras de subsistência

que, no Brasil, começam a se organizar em movimentos sociais a partir da década de 1960 (GOHN, 1997, p.11).

Mas as lutas dos camponeses sem terras na maioria das vezes culminam em conflitos por terra, uma vez que a área ocupada na maioria das vezes ainda não foi desapropriada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Como o proprietário sempre quer a reintegração de posse, envia pistoleiros seus ou tropas policiais para expulsar os camponeses da área ocupada, e há casos em que os conflitos são tão intensos que terminam com mortes de trabalhadores.

Após os governos de Lula e Dilma, os movimentos sociais começaram a ficar na inércia, com os enfrentamentos às políticas de governos, bem como a ocupação de terras deixando de existir. Segundo Santos (2016, p.27), este fenômeno se deu justamente pelo fato de muitos líderes e militantes dos movimentos sociais de luta por terra estarem ocupando cargos nos governos tanto a nível estadual quanto a nível federal. A pesquisa de Ribeiro (2010, p. 53) deixa claro esta inércia ao citar que o representante da Pastoral da Terra em Vitória da Conquista afirmava que os movimentos sociais estavam parados pelo fato do governo ser aliado destes.

Diante disso, os pesquisadores acreditam que as lutas e os enfrentamentos, partindo dos movimentos sociais devem continuar, pois a tão sonhada reforma agrária de certo não chegou a todos aqueles que querem um pedaço de terra para trabalhar. Que é preciso questionar os desmandos e práticas absurdas que vem acontecendo nos governos da atualidade. Que os movimentos sociais ainda não saíram da inércia, e que precisam que se manifestem rapidamente para tentar corrigir o que ocorreu neste tempo em que os movimentos sociais ficaram praticamente parados. Que é necessário pressionar os poderes públicos para apressar a implementação de políticas públicas que atendam a sociedade e que deem retorno ao povo o quanto antes.

É preciso que os movimentos sociais voltem a lutar pelos seus ideais, deixando de se renderem ao capitalismo de produção, pois o capital está conseguindo o que sempre quis: dominar o campo e a cidade não dando lugar aos pequenos trabalhadores rurais, como ocorre no Extremo Sul da Bahia com o consenso entre os posseiros e os capitalistas (SANTOS, 2016, p. 61).

Santos (2016, p. 61) afirma que nesta região os posseiros nos assentamentos estão se sujeitando às imposições do capital, com as empresas do agronegócio explorando a força de trabalho no campo e fazendo acordos com líderes e militantes dos movimentos sociais para não terem suas áreas ocupadas. Em troca, os trabalhadores recebem algumas melhorias nos assentamentos como recompensa.

Assim, os movimentos sociais, tão importantes para fazer valer os direitos conquistados através da política de enfrentamento, devem retomar a luta pelos seus ideais para que preservem os princípios ideológicos dos mesmos, pois o capital ao longo do tempo e em sua expansão no mundo já conseguiu dominar quase todos os espaços, explorando os recursos naturais e a força de trabalho. Mesmo os países que resistiam à entrada do capital aos poucos cederam, como o caso da China. Lá, segundo Harvey (2005, p.42), fica bastante evidente que o capital e a busca por sua acumulação está mais interessado em seu próprio crescimento, não importando como as pessoas vivem, se em boas ou em péssimas condições.

Se, por um lado, os movimentos sociais estão em estado de inércia, por outro o campesinato continua resistindo às imposições contraditórias do capital. Segundo Almeida e Paulino (2010, p. 20), o capital (re)cria espaço para o campesinato, uma vez que este rejeita as condições impostas pelo capital de forma subjetiva, pois a maioria dos camponeses não consegue aumentar sua capacidade de produção pelo fato de não ter acesso a financiamentos bancários. Neste caso, o camponês não faz nenhuma mediação com o capital como define Mészáros (2011, p. 180): “[...] graças à preponderância das mediações de segunda ordem do sistema do capital esconde-se o fato de que, em qualquer circunstância, as condições de reprodução social só podem ser garantidas pela mediação”.

Dessa forma, o campesinato não faz nenhuma mediação com o capital, uma vez que esta classe trabalhadora sobrevive apenas da produção que consegue, sem ligação alguma com os meios de produção capitalista. Fernandes (2002, p. 49) arremata que: “Compreender o campesinato como classe não significa ter uma visão mecânica, mas sim, considerar a estrutura e as dimensões que compreende o seu modo de vida, a partir do seu território”.

Para Santos (2019), o enfrentamento é necessário para reativar as lutas da classe, como já ocorreu no passado. A autora acredita que à medida que os movimentos sociais retornem com o seu espírito de luta, pressionando o Estado a reativar as políticas públicas voltadas para a realização de projetos de reforma agrária, estariam de fato cumprindo com o seu compromisso com aqueles que esperam na implementação dessas políticas uma condição de acesso à terra.

No raciocínio de Santos (2016) fica evidente que os movimentos sociais devem sempre manter uma política crítica e de enfrentamento ao Estado e o capital de produção, e nunca tornar-se aliado entre o Estado e o capital, pois quando isso ocorre os movimentos sociais se enfraquecem politicamente, ficando na inércia.

O Capital, o Negro no Mercado de Trabalho, Escolarização e Políticas Públicas

Sobre as questões do povo negro no Brasil, e, sobretudo, sua participação nos meios de produção, bem como a escolarização e considerando os problemas gerados pela discriminação racial das pessoas negras, através da exploração e escravização no período colonial até o final do século XIX, foi algo devastador para o povo negro, segundo (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 2).

Cabe acrescentar, ainda, mais um ponto de interdição da população negra no espaço escolar, isto é, a reprodução nas instituições e práticas escolares dos estereótipos negativos presentes no imaginário social brasileiro sobre as manifestações culturais e religiosas da população de ascendência africana. Assim, a desigualdade no acesso e permanência da população negra no sistema oficial de ensino refletiu-se atualmente na defasagem educacional que acomete os negros no Brasil. (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 2).

Sobre este contexto histórico e as condições desumanas as quais os negros foram submetidos, o legado que restou ao negro foi o preconceito, a discriminação racial e as mais humilhantes condições, uma vez que estes povos vindos do seu continente

de forma cativa, isto é, forçados, chegavam ao Brasil sem que lhes restasse nenhum direito de liberdade.

No período da escravidão uma série de atos oficiais legitimava as restrições que subtraíam aos africanos e seus descendentes direitos sociais e políticos básicos. Era proibido aos escravizados, por exemplo, fazer negócios, alugar casas, andar a noite após as dez horas sem a autorização escrita do senhor, entre outras restrições utilizadas pelo Estado para manter a ordem escravista (LIMA, 2002 *apud* SANTOS e SANTOS, 2012, p.4).

No que se refere ao ingresso em espaços de instrução pública, ressalta-se que mesmo quando no campo da legislação abriam-se possibilidades para que os negros tivessem acesso à instrução, como na primeira Carta Magna do país, a Constituição de 1824, que embora proibisse o acesso de escravos aos bancos escolares já que a estes não se atribuía o status de cidadãos, assegurava a instrução primária gratuita como direito de todo cidadão brasileiro, o que incluía negros livres ou libertos. No entanto, algumas províncias contrariaram a determinação constitucional impedindo o acesso de negros, mesmo livres ou libertos, as aulas públicas, como por exemplo, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com a Lei de 22 de dezembro de 1937 (VEIGA, 2007 *apud* SANTOS e SANTOS, 2012, p.4).

O tratamento de hostilidade ao longo do tempo criou sequelas que, mesmo os governos implementando políticas públicas para tentar reparar os danos, será muito difícil, pois os problemas da discriminação racial estão impregnados na cultura. É certo que as políticas públicas buscam minimizar as desigualdades sociais que existem, mas não conseguem eliminar da sociedade as marcas da discriminação racial e o preconceito (SANTOS e SANTOS, 2012).

Além disso, constata-se a proeminência de estudos que discutam os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, esses de certa forma justificam a implementação das políticas de ações afirmativas, que ao gerar mudanças no acesso às universidades públicas do país tem provocado reações contrárias de alguns setores da sociedade. Tal fato pode ser explicado como afirma Henriques (2002, p.14) pela naturalização da desigualdade que '[...] engendra, no seio da sociedade brasileira, resistências teóricas, ideológicas e políticas para identificar o combate à desigualdade como prioridade das políticas públicas' (SANTOS e SANTOS, 2012).

E tudo isso que aconteceu com o povo negro no Brasil foi justamente para alimentar a expansão do capital, uma vez que explorava a força de trabalho sem dar nenhum retorno ao trabalhador, e a mais-valia era algo extraordinário pois quase tudo que era produzido era convertido em lucro para os exploradores capitalistas, como afirma Martins, (2012, p. 452). É preciso observar, no entanto, que já nos fins da década de 1960 a busca contínua de extração da mais-valia conduziu a um deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto.

No final do século XIX, com a “libertação dos escravos” os povos negros foram praticamente expulsos das propriedades rurais, sem direito algum, entregues a própria sorte. Assim, mais uma vez o capital ganhou força e de forma subjetiva vai eliminando dos meios de produção aqueles que não têm condições financeiras. Dessa forma, as políticas públicas de valorização dos povos negros, e, sobretudo, da sua cultura se fazem necessárias para ir reparando essas sequelas, construídas ao longo do tempo, para assim reconhecer os valores culturais e humanísticos do povo negro.

Com os povos negros de fora das propriedades de terras, ao longo do tempo também foram excluídos do sistema escolar, colocando assim nos piores índices de analfabetismos e cada vez mais longe de ocupar os melhores empregos no mercado de trabalho.

No que diz respeito às taxas de analfabetismo observou-se mais uma vez uma acentuada desvantagem da população negra que ostenta o índice de 19,8% de analfabetos em comparação a população não negra com 8,3%. O índice de analfabetismo funcional, até 3 anos de estudo, também é maior entre a população negra 55% contra 40% do total da população não negra.

O terceiro ponto destacado pelo autor foi à escolaridade média entre a população adulta (25 anos de idade ou mais). Levando em consideração o recorte racial, constatou-se que a escolaridade de um jovem negro com 25 anos de idade é em média de 6,1 anos de estudo enquanto um jovem não negro com a mesma idade tem em torno de 8,4 anos de estudo, uma diferença de 2,3 anos de estudos. (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 3).

É possível observar a grande desigualdade intelectual entre brancos e negros no Brasil e que é preciso fazer muitas ações afirmativas e a implementação de políticas públicas para diminuir esta desigualdade e incluir os povos negros nos meios acadêmicos e, sobretudo, no mercado de trabalho, pois sem uma boa escolarização é impossível recuperar as grandes perdas educacionais e progressão social do povo negro.

Segundo Santos e Santos (2012), somente a partir da década de 1990 surgem alguns movimentos no Brasil voltados para a educação superior dos povos negros.

Em 1990 nascem organizações cujas ações são direcionadas exclusivamente para a área educacional, destacam-se a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e preservação da Vida criada em São Paulo no ano de 1990, a Cooperativa Steve Biko, na cidade de Salvador em 1992 e o Educafro no Rio de Janeiro em 1993. É nessa época que também se intensifica a preocupação em aumentar o índice de participação da população negra no Ensino Superior, a primeira iniciativa formulada foi à criação de cursos pré-vestibulares. (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 9).

Diante disso, percebemos que as políticas públicas para escolarizar os povos negros ainda precisam ser mais efetivas, pois a demora na implementação dessas políticas retarda ainda mais o avanço da população negra em ter acesso ao ensino superior, uma vez que as desigualdades sociais entre os negros e brancos ainda são muito elevadas. Ainda na década de 1990 foram criadas várias Leis federais que estimularam a implementação das ações afirmativas com o objetivo de ofertar o ensino superior aos povos negros:

Outras propostas de ações afirmativas podem ser observadas ainda na década de 1990 no âmbito do poder legislativo, destacam-se a proposta de Emenda Constitucional na época do deputado federal Florestan Fernandes (PT/SP); em 1995, a senadora Benedita da Silva (PT/RJ) apresenta os projetos de Lei n. 13 e 14; nesse mesmo ano o deputado federal Paulo Paim (PT/RS) encaminha o projeto de Lei n.1.239, em 1998, o deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) elabora os projetos de Lei n. 4.567 e 4.568; e, em 1999 o senador Antero Paes de Barros (PSDB), apresenta o projeto de Lei n.298. Esses projetos sugeriam as mais variadas propostas desde a concessão de bolsas até a criação de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas e o estabelecimento de cotas para o ingresso nas instituições de Ensino Superior (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 10).

Mészáros (2008, p. 61) postula que a educação é o meio para que uma pessoa possa sair da situação degradante, das forças opressoras e dominadoras que de forma sub-

jetiva o torna alienada. A educação deve servir de resgate às pessoas para a vida em sociedade, que as transforme em não mais ignorantes, mas sabedoras de seus direitos e deveres enquanto cidadãos conscientes e livres da dominação subjetiva aceita antes. Assim, a educação tem algo criador, esclarecedor e clareador da mente das pessoas, que antes do conhecimento científico e filosófico eram submetidas às condições mais degradantes criadas pelo capital. A partir daí, é possível ver o mundo em uma nova interpretação, que os expõem como seres transformados e libertos pela educação.

Dessa forma, a educação será capaz de libertar as pessoas das forças opressoras do capital. É certo que, no sistema capitalista, nenhuma pessoa está fora da exploração, mas com o conhecimento intelectual cada um poderá reivindicar o seu direito enquanto ser humano, sabedora do certo e do errado, e consciente político, cultural e socialmente defensor de seus ideais dentro da sociedade.

Para Lima (2010) foi o governo de Luís Inácio Lula da Silva que deu início a implementação de políticas públicas para a inclusão dos povos negros nos meios acadêmicos. Além dos projetos de lei voltados para as ações afirmativas, foram criadas as cotas para negros nos processos vestibulares promovidos pelas instituições de ensino público e bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior. Portanto, estas ações políticas vão se concretizando e se materializando a partir da década de 2000 a 2010 (LIMA, 2010, p. 77).

Dessa forma, quando Mézáros (2011, p. 175) aponta que o capitalismo tem ao longo do tempo estabelecido a incapacidade de tratar da estruturação da sociedade, permitindo assim a exclusão de parte da sociedade que não usufrui dos meios de produção, este argumento se encaixa perfeitamente no povo negro do Brasil, que ao longo do tempo tiveram explorados as suas forças de trabalho sem usufruir dos meios de produção e sem os benefícios oferecidos pelo Estado no período pós-escravidão, quando foram proibidos de frequentar espaços públicos como escolas, igrejas, dentre outros.

Segundo Martins, (2012, p. 457) com o fim da escravidão, os negros ficaram excluídos do mercado de trabalho, mesmo com a expansão do capitalismo e o crescimento do espaço urbano. Somente a partir dos anos de 1940 que o negro vai se redefinindo no mercado de trabalho, como trabalhador em situação precária ou na informalidade. Este é também o período da chegada de muitos imigrantes europeus, que passaram a movimentar o mercado de trabalho composto por brancos, como parte de uma política de branqueamento da população brasileira a qual reforçava ainda mais a discriminação racial. Esta política ficou demonstrada na região Sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo. Dessa forma, o capital de produção no Brasil se expande e com ele as desigualdades sociais,

[...]Assim, fazendo-se evidentes no cenário brasileiro após a constituição do trabalho livre, a desocupação e o trabalho precário, com que o negro se depara, se constituem expressões das estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital daquela fase histórica do capitalismo. Enquanto possuidor da mercadoria força de trabalho, os negros, a partir da transformação da ordem social, começam a competir com a força de trabalho imigrante (MARTINS, 2012, p. 457).

Para Mézáros (2011, p. 176), o capital é incapaz de tratar as causas como causas. Dessa forma, sempre existirão as desigualdades, uma vez que o capital produz na

sociedade a exclusão subjetiva. O capital produz as desigualdades sociais, desestrutura e reestrutura, entra em crise e se recupera, enquanto o socialismo em falência e decadente, ao longo do tempo, pois num mundo de economia globalizada o sistema socialista em muitos casos se isola do mundo, o que torna muito difícil se desenvolver politicamente, socialmente, e, sobretudo, crescer de forma significativa na economia.

As mediações de segunda ordem do capital constituem em círculo vicioso do qual aparentemente da mediação primária entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução a natureza. A mediação é um meio que no sistema capitalista existe entre a sociedade e os meios de produção.

Seguindo o raciocínio do autor, para aqueles que defendem o capital a condição alienante e pobreza de parte da sociedade trabalhadora é vista como algo divino. Dessa forma, o capital é algo cruel e desumano, uma vez que não consegue satisfazer humanamente todos os indivíduos dentro da sociedade e culmina na exclusão daqueles que não são participantes ativos dos meios de produção, principalmente nos países periféricos, onde as desigualdades sociais são gritantes.

Na segunda ordem do capital, este se reestrutura culminando por meio da subjetivação. Dessa forma, o capital vai reproduzindo na sociedade os efeitos da desigualdade que materializa na pobreza extrema de muitos que não participam dos meios de produção, este cenário é muito comum nas grandes e médias cidades espalhadas pelos países periféricos, principalmente do sul.

Capital, Meio Ambiente e Movimentos Sociais

Conforme Santos (2016, p. 34), na expansão do agronegócio na região do Extremo Sul da Bahia é possível identificar que se dá em acordo com trabalhadores assentados em projetos de reforma agrária. Apesar desses trabalhadores estarem aceitando o que as empresas propõem, por outro lado estão permitindo também a degradação do meio ambiente, uma vez que, na área referida, está sendo cultivado o eucalipto, uma planta considerada invasora, pois a mesma não é nativa da região, e segundo especialistas, quando introduzimos uma espécie vegetal onde ele não existe isto causa impactos ambientais. No caso do eucalipto, causa ressecamento do solo, deixando o solo incapaz de desenvolver a vegetação nativa, bem como a atividade agrícola. Alguns pesquisadores afirmam com veemência que o seu plantio deve ser revisto para evitar danos maiores (VECHI e MAGALHÃES JUNIOR, 2018, p.499). Segundo os autores, o eucalipto é uma planta dominante, então naturalmente acaba expulsando do ecossistema todas as espécies nativas da área. Por este motivo, quando observamos uma plantação de eucalipto em baixo das árvores não conseguimos visualizar quase nenhuma espécie de vegetal.

Dessa forma, o capital que explora da força de trabalho existente na região está provocando, ao longo do tempo, sérios problemas ambientais, uma vez que ao deixarem de cultivar o eucalipto o solo não será aproveitado para outras culturas, ou terá que se esperar muito tempo para que o solo se recupere naturalmente. Além desses danos a longo prazo, o capital está causando problemas de ordem social, pois a população que vive na área afetada ficará sem meios de sobrevivência.

O agronegócio em sua grande cadeia produtiva utiliza muitos agrotóxicos, que podem infiltrar no subsolo e contaminar os aquíferos livres, prejudicando a população da região que utiliza da água para seus afazeres domésticos. Também estes agrotóxicos prejudicam a biodiversidade, pois partes dessas substâncias químicas permanecem na superfície terrestre, sendo escoadas através da água da chuva para se juntarem às águas superficiais, contaminando rios, lagos e córregos que servem para abastecimento de água à população local.

Por tudo isso, é preciso que os movimentos sociais que defendem a preservação do meio ambiente façam enfrentamentos com o objetivo de pedir políticas públicas para essa área, já que atualmente os projetos do governo federal do presidente Jair Bolsonaro para tratar das questões ambientais tem sido alvos de muitas críticas pelo fato de não estarem dando importância para a conservação dos meios naturais. Precisamos pensar na sustentabilidade ambiental do nosso país e do mundo, uma vez que impactos ambientais que ocorrem em uma região podem gerar problemas ambientais de ordem global.

Considerações Finais

Como um trabalho de pesquisa bibliográfica, a metodologia do artigo foi a revisão bibliográfica acerca das questões ligadas aos movimentos sociais de luta por terra, demonstrando como está sendo feita a política dos mesmos e a materialização dos movimentos sociais no campo.

O tema tratado neste trabalho de pesquisa tem como relevância a importância da discussão dos movimentos sociais de luta por terra na atualidade, atuação do Estado e a expansão do capital, pois o que tem se percebido com base nos autores pesquisados é que os movimentos sociais de luta por terra precisam novamente voltar aos enfrentamentos políticos em busca de uma reforma agrária sem muitos interesses pessoais, mas voltados para a função social e não para a expansão do capital.

Muitos líderes destes movimentos têm demonstrado interesses pessoais e isso tem desviado o papel dos movimentos, porque esses “interesses pessoais” acabam se rendendo ao capital e, sobretudo, aliando-se até mesmo às estruturas de governos por serem de um partido político apoiador dos mesmos.

Ainda há aqueles que se aliam aos capitalistas do agronegócio, e os capitalistas se aproveitam disso para barrar as ocupações de suas referidas áreas. Portanto, uma política de enfrentamento é necessária, o viés político partidário e o consenso entre capitalistas não podem deixar atenuar o pensamento ideológico dos movimentos sociais. ↗

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correa de. **O Homem e a Terra no Nordeste**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e / ou Agricultura Familiar. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, João Pessoa/PB, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. ed. 2ª, Editora Annablume, São Paulo, 2006. Tradução: Carlos Szlak.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no governo Lula**. Novos estudos CEBRAP 87, julho 2010, p. 77-95.

MARTINS, José de Souza, **os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª edição, Petrópolis Rio de Janeiro, Editora, 1986.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Serv. Soc. São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

MÉSZÁROS, István, 1930- **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** /István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

_____. **Educação Para Além do Capital**. Tradução: Isa Tavares. ed. 2ª. Editora: Boitempo, São Paulo, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. ed. 1ª. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, José Carlos de Oliveira. **Agricultura camponesa, reprodução do espaço e condições de vida no Assentamento Amaralina em Vitória da Conquista na Bahia**. (Trabalho monográfico de final de curso: Volume 1) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo)desenvolvimentista: Movimentos sociais e reforma agrária de consenso**. ed. 1ª. Editora CRV, Curitiba, 2016.

_____. **Ocupar, Residir e Produzir, Também na Educação! O MST e a Burocracia Estatal: Negação e Consenso**. Paco Editorial, Jundiá, 2014.

SANTOS, Diana Viturino e SANTOS, Josimari Viturino. **Um olhar à história da Educação dos Negros no Brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao Ensino Superior**. VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade, 20 a 22 de setembro de 2012, São Cristóvão, Sergipe. Disponível em: <http://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/p_ss2010/pa_af/index.html>.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao Discurso “Hegemônico” do Capital à Atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo Território no Sudoeste da Bahia** (Tese de doutorado: Volume1). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão /SE, 2008.

VECHI, Anderson de. MAGALHÃES JUNIOR, Carlos Alberto de Oliveira. **Aspectos positivos e negativos da cultura do eucalipto e os efeitos ambientais do seu cultivo**. Revista Valore, Volta Redonda, 3, (1): 495-507, Jan./Jun. 2018.

Cotas na Educação: perspectivas de cidadania e interculturalidade

POR RENAN EDUARDO SILVA E MARLENE TIRLEI KOLDEHOFF LAUERMANN

*Especialista em Direito Civil pela Universidade Anhanguera.
Servidor do Campus Concórdia do IFC, renan.silva@ifc.edu.br.*

*Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Empresarial
de Chapecó. Servidora do Campus Concórdia do IFC, marlene.koldehoff@gmail.com.*

RESUMO

A educação como um direito de natureza social tem como objetivo a promoção da justiça social pela defesa da igualdade de oportunidades entre os indivíduos. Neste intuito, visando assegurar efetividade a este direito, o Estado por meio de ações afirmativas busca meios para eliminar as desigualdades sociais e compensar as perdas ocasionadas pela discriminação e marginalização. Ante o exposto, o presente artigo traz para discussão a política de cotas na educação, analisando a mesma segundo a perspectiva da efetivação da cidadania pela igualdade de oportunidades a grupos subalternizados, e pela perspectiva da interculturalidade como elemento de valorização das diferenças culturais e promoção de um sistema de ensino plural e inclusivo.

Introdução

Como políticas sociais, as ações afirmativas constituem-se como importantes meios para a conquista da cidadania e inserção na sociedade de segmentos historicamente excluídos.

Na medida em que a igualdade de condições para o acesso e permanência em uma instituição de ensino é um direito exposto no artigo 206, I da Constituição Federal de 1988, a escola não pode ser concebida para uma elite. De modo que a defesa de uma escola inclusiva passa pela valorização da herança multicultural brasileira e respeito às diferenças de um patrimônio humano heterogêneo.

Na área educacional, a política de cotas é vista como a principal das ações afirmativas, representando o reconhecimento da exclusão social e dívida histórica com negros, pardos e índios.

Assim, as cotas visam à reparação histórica de desvantagens e desigualdades por meio da possibilidade do ingresso no ensino público, postulando pela promoção de um modelo de ensino multicultural, o qual reconhece e valoriza as diferenças como meios para o desenvolvimento da sociedade.

Deste modo, o presente estudo busca trazer um entendimento amplo voltado à perspectiva da interculturalidade e efetivação da cidadania pela política de cotas no sistema público de ensino.

palavras chave:
cidadania,
cotas, educação,
interculturalidade

Direito à educação

A educação é um dos mais significativos meios para a emancipação humana, constituindo-se em um dos pilares em que se erige o Estado Democrático de Direito e um fundamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário.

Segundo o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana, pelo fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, de modo que promova a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais ou religiosos, agindo em prol da manutenção da paz nas atividades das Nações Unidas.

Este direito é ainda mais aprofundado em várias convenções internacionais, em especial no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹ e na Convenção sobre os Direitos da Criança².

No Brasil, o direito à educação está inserido no âmbito dos direitos fundamentais no contexto dos chamados direitos de 2ª dimensão, nomeados direitos sociais, econômicos e culturais.

A educação é tratada como um direito social por ser responsável pela preparação da cidadania (que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 1º) e para formação de recursos humanos que permitirá garantir o desenvolvimento social construindo uma sociedade livre, justa e solidária (STEFANO, 2014, p.344).

Tendo como base a Constituição Federal de 1988, a educação é definida como direito de todos, dever do Estado e da família, de maneira que a garantia da educação de qualidade contempla o respeito aos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e de ensinar, valorização profissional e gestão democrática.

No espaço escolar, todos independentemente da condição de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual, de credo religioso, têm o direito de expressar livremente suas opiniões, com o respeito a suas crenças e modos de vida.

O direito ao ensino, por sua vez, prima pelo desenvolvimento da autonomia, do senso crítico, pelo aprimoramento das habilidades e competências individuais e coletivas, de forma que a pessoa esteja preparada para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho.

Portanto, a noção de educação se traduz em autonomia - ultrapassando a visão errônea do cumprimento de ordens e obediência-, para se constituir em uma ferramenta eficaz para garantia de outros direitos essenciais na sociedade.

No entanto, a educação como um direito demanda mais que a sua simples positividade no texto constitucional. Para isso é necessário que o Estado representado pelos poderes da República e a sociedade busquem meios para assegurar a efetividade a este direito, visando garantir a promoção da justiça social.

1. Ver artigo 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Disponível em:

<https://bit.ly/2IBfSZC>

2. Ver artigo 18 da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Disponível em:

<https://uni.cf/3lse186>.

Política de cotas para efetivação da cidadania

A educação brasileira historicamente traz marcas de privilégios com desigualdades, discriminações, preconceitos e desrespeitos com negros, pardos e índios. Esta herança cultural é um obstáculo à erradicação da pobreza, da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Uma das condições do Estado Democrático de Direito é ampliar as conquistas dos mecanismos de proteção dos direitos já conquistados, o que se dá por meio de políticas públicas de ações afirmativas³, de inclusão e redução das desigualdades.

Rocha (1996) destaca que as políticas públicas de ações afirmativas devem se concentrar no excluído social, daquele que não participa política e democraticamente como lhe é assegurada na Constituição Federal, porque não se lhe reconhecem os meios efetivos para se igualar com os demais.

Visando universalizar o direito à educação no Brasil, o Estado brasileiro tem o papel de desenvolver políticas públicas destinadas a garantir o direito ao ensino de maneira progressiva. Logo, a caracterização e conceituação de política pública não é uniforme, em vista da multidisciplinaridade de suas ações.

Para Bucci (2002, p. 241-243) políticas públicas “são programas de ação governamental [...] voltados ao atendimento das necessidades socialmente relevantes e politicamente determinadas”.

Segundo Arzabe (2006, p. 63) políticas públicas compreendem “um conjunto de programas de ação governamental [...] dirigidos à realização de direitos e de objetivo social que buscam concretizar oportunidades para cada pessoa viver com dignidade e exercer seus direitos”.

Por sua vez, Souza (2007, p.69) leciona que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio que governos democráticos traduzem seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

No contexto da instituição do programa de expansão e investimento nas universidades e institutos federais (REUNI), houve um crescimento no número de matrículas no ensino público, de modo que a proposta de um sistema de cotas para negros, pardos e indígenas foi discutida pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou constitucional a adoção destas ações afirmativas⁴.

Com inspiração no valor do princípio da igualdade entre as pessoas, entra em vigor a Lei 12.711/12 orientando a política de cotas em universidades federais.

As **cotas**, como desdobramento das **políticas públicas de ação afirmativa**, **visam garantir mais oportunidades de acesso ao ensino público** para candidatos de grupos alijados da sociedade como negros, pardos e indígenas. Sua finalidade é minimizar os efeitos decorrentes de séculos de desigualdades sociais.

Esta medida de inclusão social pela educação tem gerado conflitos e divergências a respeito da isonomia e meritocracia na disputa pelas vagas nas universidades públicas. No entanto, não há que se esquecer de que o ponto de partida para o acesso no sistema de ensino é diferente, sendo que negros, pardos e indígenas em sua maioria

3. Ações afirmativas são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam promover a igualdade substancial, através da descriminação positiva de pessoas integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável, e que sejam vítimas de discriminação e estigma social. (SARMENTO, 2007. p. 202).

4. Ver ADPF 186. Disponível em: <https://bit.ly/2UJLWnt>

vivem em condições degradantes de extrema pobreza. Quanto a este aspecto, Sarmiento (2007, p.203) leciona que:

Um país não pode fechar os olhos para o seu passado. Não há como ignorar que a situação desfavorável dos negros hoje na sociedade brasileira tem relação direta não só com a escravidão, mas com a discriminação de que foram e continuam sendo vítimas após a abolição da escravatura. Ademais, a afirmação da injustiça desta compensação se lastreia numa premissa excessivamente individualista, que ignora a possibilidade da existência de relações entre grupos, que podem inclusive assumir uma dimensão intergeracional, e dar margem ao surgimento de direitos coletivos, titularizados também por grupos. Por isso, o argumento de justiça compensatória parece-nos, no mínimo, uma razão coadjuvante para a adoção das medidas de discriminação positiva.

Aristóteles (2001, p. 139), em sua obra *Ética a Nicômaco*, destaca que “se as pessoas não são iguais, não receberão coisas iguais”. O filósofo afirma exatamente que o princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual.

Nesse ponto, para Nery Junior (1999, p.42) “o tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”. O jurista Paulo Bonavides, enfatizando a importância do princípio da igualdade, assim complementa:

O centro medular do Estado social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade. Com efeito, materializa ele a liberdade da herança clássica. Com esta compõe um eixo ao redor do qual gira toda a concepção estrutural do Estado democrático contemporâneo. De todos os direitos fundamentais a igualdade é aquele que mais tem subido de importância no Direito Constitucional de nossos dias, sendo, como não poderia deixar de ser, o direito-chave, o direito-guardião do Estado social (BONAVIDES 2001, p. 340-341).

A política de cotas no sistema de ensino transparece como norma de eficácia plena, voltada à efetivação da cidadania pela igualdade de oportunidades por um tratamento isonômico condizente a dignidade da pessoa humana.

Desta forma, com a garantia constitucional que assegura a todos o direito ao acesso e permanência na escola, as políticas de cotas objetivam concretizar a igualdade material pela neutralização da discrepância no sistema de ensino entre brancos, negros e indígenas.

O sistema de cotas não se justifica somente na justiça compensatória, mas também, possui a vertente da justiça distributiva⁵, no sentido de promover a distribuição de direitos, vantagens e riquezas para aqueles que a sociedade esqueceu.

As ações afirmativas de cotas buscam na essência contribuir positivamente com os cidadãos excluídos, redefinindo projetos, sonhos e mudando realidades por meio do acesso a universidades públicas.

Cotas e interculturalidade

O sistema de cotas não representa somente a garantia do acesso à educação como meio para o sucesso da trajetória escolar e profissional de grupos subalternizados.

5. Segundo Leite (2017, p.117) a justiça distributiva é desenvolvida a partir de uma ideia central de que todos os bens primários sociais – oportunidades, renda e riqueza– devem ser distribuídos igualmente, a menos que uma distribuição desigual de qualquer um ou de todos estes bens seja vantajosa para os menos favorecidos.

É necessário perceber os benefícios implícitos desta ação afirmativa para todo o sistema de ensino.

Como política de Estado voltada a democratização da educação, as cotas representam uma maior diversidade social no ambiente escolar com a convivência de alunos de diferentes culturas e grupos sociais. Para Silva (2014, p. 73):

[...] na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença.

Portanto, no campo educacional a política de cotas aparece sob o aspecto da interculturalidade⁶, revelando a adoção de um modelo de ensino voltado ao respeito às diferenças, a aceitação do “outro”, a cooperação e o intercâmbio cultural de experiências para o progresso da sociedade.

A adoção de cotas para um modelo de ensino multicultural⁷ não representa somente uma forma de compensação aos que foram esquecidos pela sociedade, mas também um novo campo para enriquecimento intelectual pelo conhecimento de novas experiências e realidades, rompendo com o padrão de “branqueamento” da educação superior brasileira. Quanto a isso, Sarmiento (2007, p. 204) pontua que:

Na sala de aula de uma Universidade, ou no ambiente de trabalho de um escritório de advocacia, por exemplo, as experiências humanas ficam mais ricas e frutíferas com a pluralidade racial. Portanto, as instituições que põem em prática políticas de ação afirmativa lucram com a diversidade racial, tornando-se mais abertas e arejadas.

A interculturalidade no ambiente escolar pela adoção das cotas age como mecanismo para a construção de relações democráticas no ambiente de ensino, pela formação de uma cidadania inclusiva, emancipatória e libertadora a classes inferiorizadas que não possuíam voz.

A garantia da educação voltada ao reconhecimento da diversidade étnico-racial é um dos princípios da educação nacional⁸ voltados à mudança de mentalidade de um modelo de ensino homogêneo racial, com o desenvolvimento da consciência do respeito ao próximo e o empoderamento de pessoas e grupos subalternizados como sujeitos de direitos ativos, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A construção dos conhecimentos pressupõe um sujeito ativo, que participa de maneira intensa e reflexiva da sociedade. Um sujeito que constrói sua inteligência e sua personalidade por meio do diálogo estabelecido com seus pares, com os professores e com a cultura, na própria realidade cotidiana do mundo em que vive. Dessa maneira, paralelamente à reestruturação curricular, um projeto educativo que almeje a construção de personalidades morais autônomas e críticas deve prever maneiras de trabalhar o conhecimento privilegiando o desenvolvimento da competência dialógica e reflexiva dos educandos (ARAÚJO 2002, p.50-51):

Como espaço plural de construção do conhecimento, a escola está intimamente ligada ao respeito da diversidade cultural e promoção da justiça social por meio da política de cotas. Segundo Gatti (2019) “transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu papel para impulsionar o desenvolvimento é uma visão compar-

6. Para Walsh (2009, p. 4) a interculturalidade tem a necessidade de mudar não apenas as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação.

7. Segundo Valentim (2014, p.3) o modelo multicultural fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, colaborando para o empoderamento de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e estimula os processos de construção da autonomia num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre diferentes sujeitos e atores socioculturais.

8. Ver artigo 3º, XII da Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <https://bit.ly/3nlzQqK>

tilhada por todos aqueles que se comprometeram com uma agenda de educação holística e que não deixe ninguém para trás”.

A interculturalidade e a multiculturalidade advindos da política de cotas fomentam a consciência social crítica do abandono de segmentos sociais historicamente discriminados e excluídos, de modo que a educação como um direito humano e fundamental deve estruturar-se na equidade étnico-racial da garantia da cidadania, pela igualdade de oportunidades para o acesso e permanência no sistema de ensino.

Considerações finais

Possibilitar uma reflexão sobre as perspectivas de cidadania e interculturalidade da política de cotas na educação foi o objetivo do presente trabalho.

A partir das considerações antecedentes, evidenciou-se que o reconhecimento da educação como um direito humano e fundamental está atrelado a sua implementação por meio de políticas capazes de democratizar o acesso ao ensino superior.

A política de cotas como ação afirmativa de inclusão e redução das desigualdades expressa o compromisso com uma educação mais inclusiva voltada à igualdade de oportunidades para a efetivação da cidadania de indivíduos historicamente subalternizados como negros, pardos e indígenas.

A democratização do ensino superior pela política de cotas demonstra claramente que há uma dívida e uma desigualdade para a ascensão a níveis mais altos de ensino no país. Assim, além de ser uma ação afirmativa destinada à garantia da igualdade material aos esquecidos pela sociedade, a política de cotas expressa uma educação intercultural que afirma o respeito à diversidade brasileira.

Deste modo, a adoção deste modelo de mitigação de desigualdades sociais históricas, contribuiu para a formação de um modelo de ensino multicultural extremamente enriquecedor para o desenvolvimento da área educacional.

A educação deve inserir no cotidiano das instituições de ensino o respeito à diversidade. As ações afirmativas educacionais devem postular pela inclusão pela igualdade de oportunidades a todos. A política de cotas requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres como protagonistas de suas histórias. ↗

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências**. São Paulo: Moderna, 2002.

ARZABE, Patrícia Helena Massa. In: Bucci, Maria Paula Dallari (org). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. Ed. Brasília, DF: Edunb, 2001. Tomo V, 3, 1131 a, 7, apud, TABOSA, Adriana Santos. Revista de Filosofia Polymatheia, Fortaleza. Volume III, número IV, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional: A importância do Princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros editores, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.ht 1988. Acesso em: 04/08/2020.

____. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04/08/2020.

____. **Supremo Tribunal Federal**. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStfArquivo/anexo/ADPF186.pdf>. Acesso em: 05/08/2020.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GATTI, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 04/08/2020.

____. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pacto_internacional.pdf. Acesso em: 04/08/2020.

____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 04/08/2020.

NERY JÚNIOR, Néelson. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **A Ação Afirmativa – O Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade Jurídica**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 33, n. 131, jul./set., 1999.

SARMENTO, Daniel. **A igualdade Étnico-Racial no Direito Constitucional Brasileiro: Discriminação “De Facto”, Teoria do Impacto Desproporcional e Ação Afirmativa**, in CAMARGO, Marcelo Novelino (org.). *Leituras Complementares de Constitucional: Direitos Fundamentais*. 2° Edição. Bahia: Editora Juspodivm. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

STEFANO, Isa Gabriela de Almeida; CANEGUSUCO, Miriam; KUMPEL, Vitor (Coord.). **Direito Constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. **Educação intercultural crítica e ação afirmativa: avanços e desafios**. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?* 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural: Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz, 2009.

Helena x Helena: a luta das contrárias que move o mundo

POR DALTON L. DE M. REIS

Doutor em Educação, Servidor do Campus Blumenau do IFC, dalton.reis@ifc.edu.br

Sobre a paródia Mulheres burguesas (de Atenas) de Rafael Hagemeyer¹.

A liberdade apenas para os partidários do governo, apenas para os membros do partido, por muitos que sejam, não é liberdade. A liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de outro modo.

Rosa Luxemburgo

A ironia é a expressão mais perfeita do pensamento.

Florbela Espanca

O diabo é que todos os direitistas que conheço são muito mais direitistas do que dizem e todos os esquerdistas são muito menos do que afirmam

Millôr Fernandes

Uma discussão, após realizada, nem sempre encontra um ponto em comum. Isso se deve a um conjunto diverso de fatores que variam desde o tipo de assunto abordado, o conhecimento relativo aos assuntos tratados, como também a forma de ver as coisas do mundo que cada indivíduo possui. De mais a mais, isso acontece, inclusive, se o tema abordado tiver o pressuposto de conter algum consenso, como por exemplo: a consideração da prática fascista como um tipo de conduta execrável.

Esse é um tema muito sério. É difícil achar graça na quantidade de mortos pelo regime liderado por Benito Mussolini. Entretanto, de minha parte, é difícil não ocorrer a elevação da comissura labial, por meio do movimento do músculo zigomático maior, ao ver a foto do *Duce* pendurado de cabeça para baixo. O que talvez demonstre o meu gosto duvidoso para o humor...

O humor abrange áreas de estudo como da neurociência cognitiva, da linguística, da psicologia, da antropologia, da história e mais uma reunião variada de disciplinas. Dentro de cada uma dessas áreas, encontram-se múltiplas teorias que podem ser estudadas por quem quiser se enveredar neste campo de estudos. O humor também é um palco de intermináveis debates. Qualquer humorista que já foi entrevistado deve ter ouvido a pergunta: “O humor tem limites?”. Eu não sou humorista, nem estudo sobre o tema e mal sei contar duas piadas. Mas isso não me impede de

1. ‘Mirem-se no exemplo daquelas mulheres/Burguesas/Vivem bem como querem/Em-poderadas burguesas

Com dinheiro, com propriedade/Tem direito a privacidade/E seus dilemas/Falam de colonialidade/Gênero na diversidade/E outros problemas/Resenhas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres/Burguesas/Loiras, negras morenas/Grisalhas ou ruivas, chinesas

Com denúncias, críticas, cotas/Reconhecem dívida histórica/Questões endêmicas/Contam com a Fundação Ford/Promovem inclusão de quem pode/Que torna penas/Amenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres/Burguesas/São como a Petra Costa/Democracias burguesas

Elas não têm medo de nada/De marido ou de namorada/Têm gozo apenas/Vestem-se de Gucci ou de Prada/Bolsa de valores cotadas/Suas empresas/Soberbas

Mirem-se no exemplo/Daquelas mulheres/Burguesas/Exploram a mais valia/Ficando ricas/Burguesas

analisar o tema e de ter um posicionamento diante dos eventos que ganham algum destaque “nessa *bad trip* escrota em que a gente se meteu”².

No documentário *O riso dos outros*, de 2012, é apresentada uma interessante reflexão que permeia a pergunta sobre os limites do humor. Nele, além da exibição de alguns dos trechos de *stand-ups* que deixam claro o posicionamento dos humoristas, aparece também a questão: “De qual lado da piada você está?”

Muito recentemente, escutei uma paródia de Rafael Hagemeyer³ que acabou gerando uma polêmica devido à natureza da temática abordada no contexto atual de protagonismo dos debates sobre a questão de gênero no mundo e em especial no Brasil. A paródia, que é um gênero acusado de inimigo da originalidade por alguns, exerce um papel importante tanto no sentido de ser uma crítica aguda aos mais variados temas, quanto no de resgatar as lembranças, com o potencial de reelaborar a compreensão daquilo que já foi vivenciado pelos sentidos na experiência com as manifestações artísticas. Ou seja, é da natureza da paródia provocar os nossos sentidos e, principalmente, afrontar a nossa razão. O mérito de uma paródia pode ser medido pelo quanto ela é capaz de instigar alguém a se posicionar sobre o assunto tratado ou pela polêmica por ela gerada. Esse é caso da paródia intitulada *Mulheres burguesas (de Atenas)*, de Hagemeyer.

O objeto parodiado, a música composta por Chico Buarque e Augusto Boal *Mulheres de Atenas* foi e continua a ser um caso de análise e busca por interpretações novas. A letra em si evoca de forma irônica a condição subalterna da mulher, a opressão e a dominação masculina ocorridas na cidade de Atenas. Esta primeira ironia se desloca no tempo e no espaço ao se verificar que os autores escreveram em plena ditadura empresarial e militar e buscaram trazer essa condição da mulher de Atenas como uma metáfora da vida sob a ditadura. Aliás, uma canção que cabe bem na atual conjuntura brasileira capitalista-pandêmica-protofascistóide.

Alguns dos temas que estão presentes no conteúdo de ambas as letras das músicas possuem um caráter universal. É o caso dos conteúdos relativos ao tema da dominação. Em Hegel, o assunto transpassa destacadamente no texto da *Fenomenologia do Espírito*, quando o autor apresenta o processo da busca de reconhecimento da consciência-de-si por outra consciência-de-si. Esse processo ficou conhecido na passagem que o autor descreve a relação entre o senhor e o servo. Embora tenha uma aparência simples, o assunto indica a complexidade na qual cada consciência integrante de uma relação de dominação, seja na posição do ser dominador ou do ser dominado, acomoda-se em um ponto de aceitação de sua condição e passa a usufruí-la. O deslocamento do tempo no devir se dá por meio do movimento da ação entre contrários, no qual surge a possibilidade da consciência dominada superar a sua condição por meio da dimensão do trabalho (produzir a sua própria vida e a vida de seu senhor) e da luta política. A dominação continua a ser um tema dos mais importantes no tempo presente.

Curiosamente, se pretendesse realizar uma transposição do tema no viés hegeliano para pensar a questão de um gênero que busca o **reconhecimento** a partir de sua **identidade**, esbarrar-se-ia com a particular forma com que Hegel caracteriza o papel da mulher. Entre os que estudam o assunto, a forma de perceber o papel da mulher em Hegel é definida como o de complementariedade de gênero.

Elas com suas empregadas/Não parecem muito malvadas/Demitem apenas/Mas gostam do Chico Buarque/ Investindo em obras de arte/E escolhem os temas/Mecenas Mirem-se no exemplo/Daquelas mulheres/Burguesas/Morrem quase de tédio/Não há remédio/Burguesas

As conservadoras reações/Progressistas hipster ricas/Não fazem cena/Fazem contas, fazem de conta/Dedução de imposto é que conta/Nas suas rendas/ Obscenas

Mirem-se no exemplo/Daquelas mulheres burguesas/ Quem humilha os machistas/São feministas/Burguesas

Disponível em:
<https://bit.ly/3pqDgdl>

2. Expressão/bordão utilizado pelo podcast *Medo e delírio em Brasília*, escrito por Pedro Daltro e produzido por Cristiano Botafogo. O sentido do termo é o de uma *viagem ruim* e que prefiro entender como a “merda de mundo em que a gente se meteu”. Em <https://bit.ly/3eT-IJm>

3. Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Seus projetos de pesquisa e extensão estão relacionados a Música, Cinema, Arte e Política, movimentos sociais e meios de comunicação.

Para entender o significado disso em Hegel é preciso dar um passo em direção ao entendimento do papel da família para o autor alemão:

Como substancialidade imediata do espírito, a família determina-se pela sensibilidade de que é una, pelo amor, de tal modo que a disposição de espírito correspondente é a consciência em si e para si de nela existir como membro, não como pessoa para si (1997, p. 149).

Ocorre que, para formar esta coisa **una**, os componentes da família devem compor um todo orgânico no qual o homem substancializa a sua parte com a intervenção na esfera “do Estado, na ciência, etc., e também na luta e no trabalho” (1997, p. 155). O que resta para a mulher senão retribuir o seu amor na forma de substancializar as suas ações com o cuidado do lar e da prole? (*Tenho que registrar que a frase anterior é uma ironia*). A importante contribuição filosófica da teoria hegeliana deve ser reconhecida dentro de uma etapa muito importante de constituição dos elementos teóricos para poder ascender à compreensão do **real** tal qual temos hoje. Contudo, fica evidente que o esforço do autor ao abordar a relação entre os sexos não ultrapassa nenhuma forma anterior que já tenha explicitado a condição subalterna da mulher. Nem anterior e nem posteriores, como por exemplo, os representantes da igreja.

Em 29 de junho de 1995, é lançada a *Carta do papa João Paulo II às mulheres* (Paulo II, 1995), na qual se reproduz a compreensão de complementariedade. A condução do texto da carta se dá dentro de um contexto explicativo a partir do livro do *Gênesis*, que argumenta sobre a criação do homem feita por Deus. Em certo momento, mesmo cercado pelas inumeráveis criaturas do mundo visível, o homem se sente só. Deus, então, fez uma intervenção: “Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele” (1995). O auxílio, segundo o sumo pontífice, tem um caráter de reciprocidade complementar:

A mulher é o complemento do homem, como o homem é o complemento da mulher: mulher e homem são entre si *complementares*. A feminilidade realiza o «humano» tanto como a masculinidade, mas com uma modulação distinta e complementar. Quando o Gênesis fala de «auxiliar», não se refere só ao âmbito do *agir*, mas também do *ser*. Feminilidade e masculinidade são entre si complementares, *não só do ponto de vista físico e psíquico*, mas também *ontológico*. Só mediante a duplicidade do «masculino» e do «feminino», é que o «humano» se realiza plenamente [...]. Na sua reciprocidade sponsal e fecunda, na sua tarefa comum de dominar e submeter a terra, **a mulher e o homem não refletem uma igualdade estática e niveladora, mas tampouco comportam uma diferença abissal e inexoravelmente conflituosa**: a sua relação mais natural, conforme ao desígnio de Deus, é a *«unidade dos dois»*, ou seja, uma «unidualidade» relacional, que permite a cada um de sentir a relação interpessoal e recíproca como um dom enriquecedor e responsabilizador [...]

Normalmente, o progresso é avaliado segundo categorias técnicas e científicas; ora, até sob este ponto de vista, não falta a contribuição da mulher. Mas, essas não são as únicas dimensões do progresso, antes, não são sequer as principais. Mais importante ainda é a *dimensão ético-social*, que diz respeito às relações humanas e aos valores do espírito: e, nesta dimensão, frequentemente desenvolvida sem alarde, a partir das relações quotidianas entre as pessoas, especialmente dentro da família, a sociedade é em larga medida devedora, precisamente ao «gênio da mulher» (Paulo II, 1995) (grifo nosso).

A qual mulher estão as consonantes abordagens se referindo? Aqui, o entendimento de Hegel se junta ao “espírito absoluto” da voz papal para nos dar o esclarecimento. A explicação encontra-se na dimensão ético-social que diz respeito às relações humanas e aos valores do espírito (que ocorrem especialmente dentro da família), diferenciando-se dos aspectos técnicos e científicos (mundo da produção material). Da forma como se entende nesta reflexão, essa explicação (ético-social) não só é insuficiente como, principalmente, é uma maneira equivocada de tratar a questão.

É verdade que a opressão e a dominação têm uma existência há milhares de anos. Mas também é verdade que ocorreram modificações na maneira como se apresentaram as formas de dominação e opressão nas distintas relações sociais. Em um tipo de aparente contradição, podemos afirmar que, na época em que Hegel levava ao máximo a produção filosófica burguesa, ainda nem estava consolidada a relação social do capital em seu protagonismo. A forma mercantil já havia se mundializado e já se indicava o breve surgimento do horizonte que submeteria toda a vida social a sua nova dinâmica.

O que não estava presente no entendimento de Hegel (inclusive por motivos históricos) e nem na compreensão do Papa (esse não tem desculpa) é o que passou a caracterizar de modo principal a nova relação social: a **exploração** na forma típica do capital. Para o intuito aqui sugerido, não é necessário dizer mais do que o seguinte, como uma definição inicial: possuidores de meios de produção desenvolvem um mercado no qual se encontram com os que não possuem nenhum outro meio de produzir a sua vida além de sua força de trabalho. Nesse processo, a força de trabalho, no interior do processo produtivo, gera um valor maior do que ela custa para o proprietário dos meios de produção e contratante da força de trabalho. O valor, em um processo incansável de valorização, torna-se a ser reinvestido com mais meios de produção, na forma de um moto-contínuo sem data para terminar. A garantia jurídica e política (por meio da coerção e do consenso) é avalizada pelo Estado como ente que expressa o interesse da classe dominante. O Estado do capital não está em disputa e nem é palco da luta de classes como muitos imaginam.

A partir dessa superficial aproximação sobre o significado da relação social do capital, cabe indicar outra questão de bastante complexidade que está diretamente relacionada a esta. O que determina a vida social?

Depende.

Se a pergunta estivesse sendo realizada dentro de uma fortificação de propriedade de um senhor feudal, rodeada por uma vila de camponeses que trabalham para este senhor, a resposta seria: a propriedade da terra sob os auspícios de deus.

No caso da sociedade do capital, a resposta ganha em complexidade. A relação social do capital que foi descrita acima não foi obra de uma criação divina. Foi fruto do desenvolvimento e generalização da atividade mercantil criada pelas mulheres e pelos homens. Partindo de um processo de complexas metamorfoses, a criatura (a relação social do capital) passa a determinar a ação dos criadores (os seres humanos) em todas as dimensões de sua vida social. A objetividade deste tipo de exploração só pode ser desvendada por um processo de desmistificação teórica que também exprime um alto grau de complexidade (tenta dar “só” uma “passada de olhos” em

O *capital...*). Em resumo, isso significa dizer que a resposta sobre a determinação atual da vida social é: a sociedade do capital.

O destaque que a paródia *Mulheres burguesas* merece consiste no fato de especificar o caráter burguês da condição de um determinado grupo de mulheres, sendo que esse não põe fim ao problema da relação entre os gêneros. Segue nas palavras do autor: “Mirem-se no exemplo/ Daquelas mulheres/ Burguesas/ Exploram a mais valia/ Ficando ricas/ Burguesas”.

Ele explicita que a condição de sobrevivência daquelas passa por produzir uma mercadoria com o menor custo unitário, visando ganhar a disputa entre vida e morte com a concorrência no mercado capitalista. A mulher proprietária de capital, de forma igual ao homem, vai ter que brigar para reduzir o custo da força de trabalho no processo de produção de forma invariável.

A indignação de algumas pessoas com a paródia parece esquecer que tanto faz se a força de trabalho é explorada por uma empresa de propriedade de uma mulher ou de um homem. Ou pior, a indignação põe a nu a torcida de algumas mulheres a favor de outras mulheres que conseguem um sucesso empresarial na forma de proprietárias de grande capital. Nesse caso, mesmo se tivéssemos como pressuposto que a relação social do capital que produz o mais valor não contivesse preconceito de gênero, ainda assim, a condição de proprietárias privadas dos meios de produção não seria uma condição universalizável para todas as mulheres. Ficar ameno perante este ponto significa reproduzir a perspectiva liberal que afirma ser o sucesso ou o fracasso de cada indivíduo uma consequência do seu próprio esforço.

E, novamente, faço uma consideração explicativa para deixar a posição bem clara, porque senão posso ser mal interpretado: a menção feita aqui no texto não se refere às pessoas que estão submetidas a essa condição geral de miséria e que lutam para garantir a sua sobrevivência por meio de seu pequeno empreendimento. Compreendendo que seja essa, também, a perspectiva que está contida na paródia de Hagemeyer. O ponto central da paródia foca a crítica às mulheres burguesas.

Todavia, isto não resume a obra criativa de *Mulheres burguesas (de Atenas)*. Existe um outro conjunto de referências que também podem ter causado contrariedade e desconforto: Fundação Ford, empoderamento, gênero na diversidade, decolonialidade, democracia burguesa, progressistas, *hipsters*. São alguns exemplos de assuntos que, em si, não aduzem problemas para aqueles e aquelas que os utilizam de forma assexuada. O fato é que não foi assim que Hagemeyer os utilizou.

O conjunto de sua paródia destaca o universal do capital nas formas em que esse se particulariza, no jeito utilizado por uma expressiva quantidade de pessoas, por meio dos temas: empoderamento, democracia burguesa, diversidade e etc. Esses pontos particulares, que assumem a condição de um outro patamar teórico, colocam-se como determinações adicionais ao elemento universal e se realizam quando, na sua singularidade, se tornam a imagem e semelhança do seu criador universal. Sob a perspectiva aqui adotada, o posicionamento que não demonstra a relação desses temas com a determinação principal de toda a vida social, direta ou indiretamente a corrobora.

É evidente que, a essa altura da conversa, entramos em uma seara muito mais complexa e que não será possível, nesta resenha, desenvolver os fundamentos que indicam a racionalidade do aqui exposto. O propósito principal é o de sustentar que a crítica desenvolvida na paródia *Mulheres burguesas (de Atenas)* demonstra unidade e coerência para abordar, de forma criativa, a condição da sociedade do capital reproduzida por meio do comando e da condução das estruturas econômicas, também por meio da direção das mulheres. Esse fato não torna melhor o mundo em que vivemos.

A humanidade ergueu sobre a natureza todas as coisas que nos rodeiam. Sob o comando do capital produz-se desumanidade porque não produzimos os valores de uso para a satisfação de nossas necessidades. Produzimos mercadorias para formar a força de trabalho (que é a fonte de acumulação de capital), o que é muito diferente. Após uma das passagens mais irônicas em *O capital*, na parte que se refere ao processo de trabalho e processo de valorização, Marx (1985) conta em seguida (de forma séria) que alguém acha graça neste processo:

Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor. Nosso capitalista previu o caso que o faz **sorrir** (MARX, 1985, p.160) (grifo meu).

A descoberta do capitalista me faz surgir na face um sorriso “amarelo”, no sentido empregado para esta cor durante a Idade Média como a cor da luz do inferno, da traição e do engano. É preciso raiva e paciência...

Como afirmado, não levo jeito para humorista, assim mesmo, penso ter deixado claro de que lado da piada me posicionei e, da mesma maneira, o lado do autor da paródia. ↗

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro. Filme-documentário: *O riso dos outros*. In: https://www.youtube.com/watch?v=uVyKY_qgd54, 2012.

BOAL, Augusto e HOLANDA, Francisco Buarque. *Mulheres de Atenas – Para a peça Mulheres de Atenas de Augusto Boal*. In: http://www.chicobuarque.com.br/letras/mulheres_76.htm, 1976.

DALTRO, Pedro e BOTAFOGO, Cristiano. *Medo e delírio em Brasília*. In: <https://medoedelirioembrasilia.wordpress.com/>

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Mulheres burguesas* (de Atenas). In: <https://www.youtube.com/watch?v=sibSjx3ZBOQ>, 2020

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes/ Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do séc. XX*. Rio de Janeiro: Edições 70/ Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia política*. Livro Primeiro, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PAULO II, João. *Carta do Papa João Paulo II às Mulheres*. In: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jp-ii_let_29061995_women.html, 1995.

Revisitando as jornadas de junho de 2013 com os olhos de 2020

POR RAÍSSA TAVARES CORTEZ

*Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em Geografia na Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio*

ALENCAR, Chico. **A rua, a nação e o sonho, uma reflexão para as novas gerações**. Mar de Ideias, 1.ed. Rio de Janeiro, 2013. (p. 11-116).

O autor do livro, Chico Alencar, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 2003 até 2018 e escreveu “A rua, a nação e o sonho - Uma reflexão para as novas gerações” no ano de 2013, o mesmo ano em que o Brasil inteiro parou, ou melhor, se movimentou contra o aumento das passagens de ônibus. Foram produzidos dezenas de livros, monografias e artigos acadêmicos em geral sobre aquele fatídico mês de Junho de 2013, que hoje parece tão distante. Realmente, já se passaram sete anos desde que “o gigante acordou”, e não parece que tivemos qualquer reação a não ser dormir profundamente mais uma vez.

A obra que conta com o prefácio do deputado federal Marcelo Freixo e, em algumas páginas, com a ajuda do sociólogo Léo Lince, está longe de ser uma obra que romantiza o despertar da juventude e o gosto das massas pela política. Pelo contrário, no livro tanto o autor principal, quanto Freixo e Lince deixam claro as preocupações em função da crise da política representativa.

Afinal, a crise de representatividade não foi um dos motivos que levou ao fim da era PSDB e PT? Até o início de 2018, estudiosos de cenários políticos não indicavam sequer a possibilidade de vitória do Bolsonaro. O cientista político Alberto Carlos Almeida, no livro “O voto do brasileiro” (2018) apresentava exemplos internacionais de democracias consolidadas e as disputas entre partidos de direita e centro direita contra os de esquerda, apontando o quadro como tendência a se repetir no Brasil. Não ocorreu.

Nem os mais pessimistas na época das jornadas de junho apostariam que, cinco anos depois, o Brasil teria um personagem da extrema direita na presidência da república. Longe de ser pessimista, o livro de Chico Alencar traz algumas reflexões importantes de onde, como o próprio subtítulo sugere, as novas gerações poderiam tirar boas ideias acerca de militância, manifestações e *black-blocs*, agora com os olhos de uma nova década.

Há um destaque para a importância das ruas e das praças, os espaços públicos e espaços políticos, conceitos que foram muito explorados na geografia política no pós-manifestações de 2013. Esses espaços que antes eram da passagem, se tornaram os espaços da luta, espaços da democracia. O autor revela essa importância da materialidade para a manifestação - por mais que tenha se tornado um viral na

internet, que se tenha tentado reeditar uma primavera árabe, elas se concretizam somente no espaço físico. Nesse caso nas ruas e praças espalhadas pelo Brasil.

Para o autor, o gigante que acordou, voltou a dormir, mas poderá acordar em alguns anos para cobrar novamente e para culpar o Estado de suas mazelas. Há uma mensagem otimista, que é feita recorrendo ao passado. Uma analogia com o período do Segundo Império, em que revoltas populares ocorreram e arrefeceram para, dez anos depois, a monarquia dar lugar à república.

Passaram-se 7 anos e não causamos nenhuma revolução ou contra revolução. Ao contrário, Chico nos alerta para o que ocorreu naquele ano: uma irrupção. Não se tinham protestos orgânicos, organizados, não se tinham diretrizes, nem mesmo os vinte centavos eram pelos vinte centavos, o movimento - ou movimentos, gritavam que não era somente pelo aumento das passagens. Os governos não ouviram, ou fingiram que não ouviram essa parte, pois temiam o que não sabíamos que aconteceria.

A juventude foi às ruas, os sindicatos foram às ruas e a classe média foi às ruas. A sociedade mandou o seu recado, não queriam mais a corrupção. O desejo de melhoria na saúde, educação e segurança foi sendo deixado em segundo plano, e como protagonista surgia a corrupção. Os escândalos que posteriormente surgiram acarretando na prisão de 2 ex-governadores do Rio de Janeiro, e de um ex-presidente da república serviu para escandalizar ainda mais uma sociedade que bradou em 2013 “nenhum político ou partido presta”.

As manifestações de essência individuais, para o autor inorgânicas, retrato de um mundo hiper individualista e capitalista, na verdade possuía capilaridades de movimentos fascistas, conservadores ou de direita, como o MBL. Movimentos apartidários que exigiam que as bandeiras dos partidos fossem retiradas dos protestos. apontavam uma disputa de protagonismo.

Se para Chico Alencar nem a esquerda e nem a direita previram os protestos, é necessário dizer que a direita percebeu os protestos e soube liderá-los melhor que a esquerda. Talvez a arrogância de setores da esquerda, como ele aponta, possam ter sido os causadores dessa guinada à direita, ou até mesmo problemas internos em uma esquerda que é tão plural e difusa - são várias esquerdas.

Destarte a crítica ao que o autor chama de modelo liberal periférico do lulopetismo que entrou em crise, é reconhecível que até mesmo representantes políticos da esquerda endossaram o antipetismo no governo Dilma. Longe de expressar opiniões a favor do que viria a ser a derrubada de uma presidente democraticamente eleita, Chico Alencar aponta que o Partido dos Trabalhadores não tentou acabar com os problemas que causam fragilidade na democracia, o coronelismo, clientelismo, a corrupção.

Em uma breve passagem, o autor conta sobre a pesquisa feita com os manifestantes, em que 40,3% deles dizia estar ali contra a corrupção e somente 7,8% pediam melhorias na educação¹.

Em seu livro o autor passeia por temas que permearam aquele ano de 2013 e continuam a permear a sociedade. A internet é posta como a ferramenta da aproximação, do aglutinamento, o principal meio de avisar que o gigante acordou e vai para as ruas. O facebook apontado como a principal rede de articulação, alvo de estranhamento no modo que a juventude se organiza sem os manuais de estratégias de guer-

1. A educação acabou tendo suas próprias manifestações, talvez muito mais orgânicas e, sem dúvidas, com muito mais brutalidade contra sua existência no movimento de ocupação das escolas em 2016. Apenas três anos após as jornadas de junho, os jovens, adolescentes em idade escolar, assumiam o protagonismo de uma luta com um propósito claro.

rilhas (p. 21). É no mínimo curioso pensar que somente sete anos atrás as *fake news* não eram sequer pauta de debate envolvendo política e internet. No livro, o autor se limita a comentar a organização - ou a falta dela-, da juventude pelas redes e sua possibilidade de causar um “viral”.

O que mais marca no texto do Chico Alencar é sua visão sobre a necessidade da utopia. Essa para ele não pode ser perdida, ao contrário. Junto dela deve estar o fazer da política, o desenvolvimento da militância e os estudos².

Além da utopia, há ainda o questionamento da fé, do acreditar sem questionar. O acreditar que o Brasil vai melhorar, ou acreditar que não há mais jeito. Nesse sentido, falta um aprofundamento na questão da religiosidade no país, algo que não pode ser dissociado da política brasileira onde vivemos um inchamento da frente parlamentar evangélica no Congresso e a bíblia vem disputando espaço com a Constituição. Faltou no livro essa análise da religião, que se fez tão presente nas pautas das eleições de 2018 e que interferem nas formulações de políticas públicas. O que é debatido por Chico Alencar é uma fé no sentido da psicanálise, muito breve, concentrada no campo das paixões, tanto quanto as ideologias.

Com passagens que citam historiadores e filósofos, críticas aos devotos do socialismo ortodoxo, que não compreendem os anseios de uma maior e diversa classe, que experimentam as maravilhas do consumo e dos problemas relacionados às crises ambientais.

O livro traz uma dúvida acerca do impacto das manifestações de 2013 no futuro político do Brasil em meio as discussões pertinentes à sociedade, aos eleitores de hoje e de dez anos no futuro.

Com um final positivo, propondo meios para se alcançar um projeto de sociedade que combine a reinvenção do socialismo com a reafirmação da liberdade, Chico Alencar demonstra uma lucidez e leitura de Brasil ímpar, como poucos políticos possuem.

Um livro de uma leitura tranquila, com pouco mais de 100 páginas, em que é possível passear pelos sentimentos que ocuparam as ruas e as praças em 2013, relembrar os anseios da juventude e compreender que a esquerda, ou o progressismo, necessitam de um projeto a longo prazo para estimular a consciência política, entre outras dezenas de propostas para alcançarmos uma sociedade mais igualitária, e, o mais importante, uma sociedade mais justa.

O livro termina com questionamentos sem respostas, e nem é preciso delas. São, assim como o autor revela, as perguntas que são importantes, muito mais do que as respostas. Há esperança nas palavras, e há esperança na história, só é preciso saber esperar e saber agir. ↗

2. Tratando sobre os estudos, há uma crítica aos marxistas ortodoxos que tratam a obra de Marx e o próprio como um messias capaz de prever o futuro e elaborar um difícil modelo de sociedade perfeita. Através de exemplos, o autor revela as falhas do modelo socialista perfeito, que nunca existiu. A China capitalista, Cuba isolada e o fracasso da União Soviética não podem ser considerados os modelos ideais para serem buscados através do socialismo, para o autor este deve continuar sendo buscado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. **O voto do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

PERIÓDICO CIENTIFICO - SINASEFE LITORAL
VOLUME I - NÚMERO III - 2020

POTEMIN

EM

sinasefe-ifc.org/litoral